

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GUSTAVO VIEIRA VILAR GARCIA

NORMA, AÇÃO E PROPOSIÇÃO: A LÓGICA DEONTICA ENTRE O DEVER-SER E
O DEVER-FAZER



CURITIBA
2016

GUSTAVO VIEIRA VILAR GARCIA

NORMA, AÇÃO E PROPOSIÇÃO: A LÓGICA DEÔNTICA ENTRE O DEVER-SER E
O DEVER-FAZER

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Direito das
Relações Sociais, no Curso de Pós-Graduação em
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena

CURITIBA
2016

G216n

Garcia, Gustavo Vieira Vilar

Norma, ação e proposição: a lógica deôntica entre o dever-ser e o dever-fazer / Gustavo Vieira Vilar Garcia; orientador: Cesar Antonio Serbena. – Curitiba, 2016. 128 p.

Bibliografia: p. 125-128.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2016.

1. Lógica. 2. Semântica. I. Serbena, Cesar Antonio.
II. Título.

CDU 16

Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626

TERMO DE APROVAÇÃO

GUSTAVO VIEIRA VILAR GARCIA

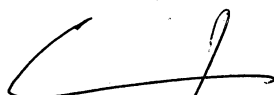
NORMA, AÇÃO E PROPOSIÇÃO: A LÓGICA DEÔNTICA ENTRE O DEVER-SER E
O DEVER-FAZER

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena
Orientador – Setor de Ciências Jurídicas, UFPR

Prof. Dr. Pablo Navarro
Universidade Blaise Pascal, Argentina
Universidade Nacional do Sul, Argentina



Prof. Dr. Juliano Maranhão
Faculdade de Direito, USP

Curitiba, 4 de abril de 2016.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da ajuda de muita, mas muita gente mesmo. Parte dessas pessoas talvez nem se lembre que um dia foi responsável por um empurrãozinho que um dia viria a se tornar a oportunidade única de fazer o mestrado na UFPR. Outras estiveram presentes diariamente, com seu apoio incondicional e irrestrito. Algumas estiveram no começo de tudo, quando a ideia de vir pra Curitiba era apenas isso, uma nuvem no mundo das ideias. Outras vieram bem depois, quando cada dia era a celebração do novo, e não faltaram ocasiões e motivos nestes dois anos para celebrar continuamente. Aos professores que me auxiliaram no começo de tudo, com sugestões de leituras para as provas, Arnaldo Bastos, Helena Esser, João da Cruz Gonçalves e Maria Cristina Vidotte. Ao grande amigo Vitor Freitas "Vitão", pela primeira leitura que meu embrionário projeto de dissertação viria a receber, e pelas valiosas sugestões apresentadas a mim então. Ao amigo Toni Barros, por ter aberto o caminho no interior da difícil obra de Castañeda, pelos livros e artigos emprestados, e pelas sugestões. Ao mestre e amigo Wagner Sanz, que nos idos de 2012 me disse "cara, você não sabe o que fazer, venha fazer filosofia um tempo, vamos trabalhar alguma coisa juntos". A acolhida se transformaria em uma iniciação científica, que por sua vez se tornaria um projeto de dissertação e que agora é este trabalho. Portanto, com toda justiça, nada disso seria possível sem seu constante auxílio, professor. No rol de professores, por fim, sem que nos conhecêssemos e confiando apenas na pretensa qualidade da pesquisa, agradeço imensamente ao professor César Serbena, meu orientador. Pelos inúmeros conselhos, pela inesgotável paciência com seus orientandos, pela inspiração, pela lisura intelectual e pela confiança em minha capacidade. Há também os amigos que caminharam, receberam correspondências, assinaram termos sem saber bem o quê, pra que esse trabalho chegasse a termo. Lá atrás, quando de minhas primeiras tentativas, agradeço ao trabalho braçal dos meus primos e amigos Eduardo Constantini e João Marcos Bastos. À Jackeline Scarpelli (saudades, jáqui!), por ter obtido os e-mails trancados a sete chaves. A Lucas Carvalho, pela amizade de tantos anos e, não menos importante, por ter um irmão, Marcos Carvalho, que nunca conheci pessoalmente, estrategicamente localizado em Curitiba, e responsável por entregar a documentação para a inscrição

no processo seletivo. Marcos, muito obrigado pelo tempo e pela gentileza! E por falar em Curitiba, meus dias na úmida e gelada capital do Paraná foram aquecidos pela amizade de muita gente! Leonardo Costa, Bruno Cortez, Leandro Rutano, Sandro Pacífico, Maurício Timm e Vanessa Massuchetto. Vocês são parte fundamental dos inesquecíveis dois anos de um goiano passando bastante frio! Aos meus amigos-irmãos, o trio de notáveis, Renê Chiquetti, Cezar Bolzani e Matheus Vasconcelos. As noites e madrugadas de terça-feira, o dia sagrado, no não menos sacro solo do 404, não são mais as mesmas sem a overdose de música, ideias e amizade que Vossas Excelências me proporcionaram. Renezinho, o filósofo, Bolzani, o neurótico e Matheus, o homem de Deus. A este último, por sinal, quero agradecer a paciência de ter me suportado durante um ano, diariamente, no frio, na chuva e na neblina, de manhã, à tarde, e à noite. Não, não era um casamento. Era a imperiosa necessidade rachar as crescentes despesas de morar fora de casa! À Marcela, que estava muito antes do começo, e que esteve em todos os momentos fundamentais. Pelo apoio irrestrito, e pelo muito muitíssimo amor, apesar da distância entre a gente. Obrigado, flor! Por fim, à minha família, que ainda tenta entender o sentido de eu ter partido pra longe estudar esse tema que minha mãe adora, "lógica deôntica". Airton, Hildete, Isa, pai, mãe, corazón, obrigado por tudo, pelo apoio verdadeiramente incondicional e pelo amor infinito!

É proibido dançar agarrado, mas se quiser pode.

Aviso em bar

RESUMO

A lógica deôntica consolidou-se como modelo formal correspondente à função prescritiva da linguagem sobre a base técnica e conceitual da lógica modal alética. Essa derivação, conquanto tenha tornado o sistema-padrão de lógica deôntica (Standard Deontic Logic – SDL) completo e correto, gerou resultados contraintuitivos que limitaram sua capacidade de análise da linguagem normativa. Em especial, a opção por atribuir uma matriz exclusivamente proposicional à lógica deôntica, oriunda em grande medida da intensa influência que os sistemas modais exerceram sobre a constituição sintática e semântica dos sistemas deônticos, eliminou uma importante característica já presente no sistema original de Georg Henrik von Wright, o propositor moderno da lógica normativa: a possibilidade de representar formalmente prescrições em termos de agentes e ações (dever-fazer) e não apenas em termos de estados de coisas cuja atualização se pretende (dever-ser). Através da apresentação de alguns sistemas vinculados a esta primeira tradição, também denominada Lógica Deôntica da Ação, e do aparato filosófico correlato, notadamente de alguns dos modelos propostos por von Wright e pelo lógico Héctor-Neri Castañeda, o trabalho pretende sugerir caminhos possíveis para o desenvolvimento de uma lógica deôntica sobre bases agenciais, bem como avaliar o modo como tal opção teórica, nas diferentes vertentes apresentadas, responde aos problemas conceituais mais destacados dos sistemas formais normativos.

Palavras-chave: Lógica deôntica, lógica modal, semântica, ação, norma, dever-ser, dever-fazer.

ABSTRACT

Deontic logic has established itself as a formal model of ordinary language's prescriptive function upon the technical and conceptual basis of alethic modal logic. Although this derivation had rendered the standard system of deontic logic (SDL) complete and sound, it also gendered counterintuitive results, reducing its analytical sharpness in the scrutiny of normative language. Particularly, opting to assign an exclusively propositional matrix to deontic logic due to the major influence that modal systems exerted over the syntactical and semantical constitution of deontic systems resulted in the elimination of an important feature already present in Georg Henrik von Wright's (the modern proponent of the logic of norms) original system: the formal possibility of depicting norms in terms of agents and actions (ought-to-do), and not only in terms of willingly realizable states of affairs (ought-to-be). Through the introduction of some systems pertaining to the former tradition, also known as Deontic Logic of Action, and the related philosophical apparatus (namely, models proposed by von Wright and the logician Héctor-Neri Castañeda), this work intends to suggest possible ways of developing deontic logic on agential basis, as well as to evaluate how this theoretical option, in the different aspects exhibited, answer to the highlighted conceptual problems of formal normative systems.

Keywords: Deontic logic, modal logic, semantics, action, prescription, ought-to-be, ought-to-do.

NOTAÇÃO

A notação aqui estabelecida vale ao longo de todo o trabalho, exceto se se tratar de uma citação. A lógica básica subjacente é o cálculo proposicional clássico. O alfabeto empregado inclui os seguintes símbolos:

a, b, c... (letras minúsculas em itálico) representam proposições.

A, B, C... (letras maiúsculas em itálico) representam ações, na apresentação dos sistemas wrightianos, e práticas, na apresentação do sistema de Castañeda.

d, f (sempre minúsculos não italicizados) são os operadores wrightianos de ação em *Norm and Action* (1963) e traduzem, respectivamente, os conceitos de *ação* e *omissão*.

T (sempre maiúsculo não italicizado) é o conectivo wrightiano de mudança. A proposição à sua esquerda é o estado de coisas anterior à transformação (estado inicial, *initial-state*) e a proposição à sua direita corresponde ao estado de coisas posterior à transformação (estado final, *end-state*).

I (sempre maiúsculo não italicizado) é o operador (diádico) wrightiano de ação em *An Essay in Deontic Logic and the General Theory of Action* (1968). A proposição à sua esquerda é o *resultado da ação* e a proposição à sua direita representa como seria o mundo considerado sem a intervenção do agente.

B (sempre maiúsculo não italicizado) é o operador (monádico) wrightiano de produção/destruição de estados de coisas em *Norms, Truth and Logic* (1983).

S (sempre maiúsculo não italicizado) é o operador (monádico) wrightiano de conservação de estados de coisas em *Norms, Truth and Logic* (1983).

\neg é o sinal lógico de omissão, associado aos operadores *B* e *S* em *Norms, Truth and Logic* (1983).

O, P, PH, OP e OM (sempre maiúsculos não italicizados) são operadores deônticos e significam, respectivamente, *é obrigatório (que)*, *é permitido (que)*, *é proibido (que)*, *é opcional (que)*, *pode-se omitir (que)*.

\Box , \Diamond são operadores modais e significam, respectivamente, *é necessário (que)* e *é possível (que)*.

\forall , \exists são os quantificadores universal e existencial, respectivamente.

\vdash é o símbolo de consequência sintática.

\therefore indica a presença de uma conclusão lógica.

\neg , \vee , \wedge , \rightarrow , \leftrightarrow são os conectivos booleanos de negação, disjunção, conjunção, implicação material e equivalência, respectivamente.

\supset é o conectivo de Castañeda para implicação prática, significando '*não... ou...*'.

Quanto às citações e traduções, os trechos em espanhol aparecem no corpo do texto ou em nota de rodapé, no original, sem tradução. Os fragmentos em inglês aparecem no corpo de texto com a minha tradução e em nota de rodapé encontram-se os originais (exceto no caso de uma nota de rodapé explicativa que inclua uma citação em inglês, quando a tradução, em primeiro lugar, e o original, depois, seguirão justapostos).

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 LÓGICA DEÔNTICA E LÓGICA MODAL: APROXIMAÇÕES E INSUFICIÊNCIAS | 19 |
| 2.1 O NASCIMENTO AGENCIAL DA LÓGICA DEÔNTICA | 19 |
| 2.2 LÓGICA DEÔNTICA COMO INTERPRETAÇÃO NORMATIVA DE SISTEMAS MODAIS | 21 |
| 2.2.1 Sintática | 22 |
| 2.2.2 Semântica | 24 |
| 2.3 ALGUMAS INSUFICIÊNCIAS | 29 |
| 2.3.1 A restrição ao axioma-T | 29 |
| 2.3.2 Notas sobre paradoxos deônticos | 31 |
| 2.3.3 Os paradoxos em espécie | 34 |
| 2.3.3.1 O paradoxo do bom samaritano | 35 |
| 2.3.3.2 O paradoxo do conhecedor | 36 |
| 2.3.3.3 O paradoxo do assassinato gentil | 37 |
| 2.3.3.4 O paradoxo de Chisholm | 38 |
| 2.3.3.5 O paradoxo de Ross | 40 |
| 3 AÇÃO E PROPOSIÇÃO EM VON WRIGHT | 42 |
| 3.1 INTRODUÇÃO | 42 |
| 3.2 DEONTIC LOGIC (1951) | 46 |
| 3.3 NORM AND ACTION (1963) | 50 |
| 3.4 AN ESSAY IN DEONTIC LOGIC AND THE GENERAL THEORY OF ACTION (1968) | 59 |
| 3.5 NORMS, TRUTH AND LOGIC (1983) | 65 |
| 3.5.1 Lógica deôntica como parâmetro de racionalidade | 65 |
| 3.5.2 A lógica deôntica da ação em NTL | 70 |
| 3.6 A LÓGICA DEÔNTICA WRIGHTIANA ENTRE AÇÕES E PROPOSIÇÕES | 72 |
| 4 PRÁTICAS E JUÍZOS DEÔNTICOS EM CASTAÑEDA | 77 |
| 4.1 PRELÚDIO: ALTERNATIVAS AO SDL NA CRÍTICA DE GEACH | 77 |
| 4.2 O SISTEMA DE CASTAÑEDA | 80 |
| 4.2.1 Notas Introdutórias | 80 |

| | |
|--|------------|
| 4.2.2 Pensamento contemplativo e pensamento prático | 82 |
| 4.2.3 Os componentes estruturais do pensamento prático | 84 |
| 4.2.3.1 Proposições..... | 85 |
| 4.2.3.2 Prescrições e práticas, mandatos e imperativos | 90 |
| 4.2.3.3 Juízos deônticos..... | 98 |
| 4.2.4 Semântica da linguagem prática | 100 |
| 4.2.5 Axiomatização | 108 |
| 4.3 A SOLUÇÃO DOS PARADOXOS DEÔNTICOS EM CASTAÑEDA..... | 109 |
| 4.4 PROPOSIÇÕES DEÔNTICAS DESCRITIVAS OU NORMATIVAS? | 120 |
| 5 CONCLUSÃO | 122 |
| REFERÊNCIAS..... | 125 |

1 INTRODUÇÃO

No prefácio de *Razão Prática e Normas* Joseph Raz afirma que seu trabalho “se baseia na crença de que é possível e necessário desenvolver uma lógica para todos os conceitos pertencentes à teoria normativa e que a parte mais fundamental de tal lógica não é a lógica deôntica, mas a lógica das razões para a ação.”¹ (RAZ, 2002, p. 13, tradução minha). Algumas linhas antes, Raz sustenta que parte das razões de sua rejeição à lógica deôntica como instrumento de análise da linguagem normativa estaria relacionada à estreiteza dos conceitos objeto dos estudos lógicos em razão prática, que se esgotariam nos operadores de dever, poder e proibição. Cabe, pois, questionar: o que exatamente estaria envolvido na crítica raziana à possibilidade de desenvolvimento no âmbito da lógica deôntica de uma teoria analítica geral do discurso normativo? Seria a incapacidade dos instrumentos formais de representar adequadamente a riqueza pragmática e conceitual das linguagens normativas (dentre elas, a linguagem jurídica), especialmente, em relação ao interesse específico de Raz, sendo o direito expresso em um discurso, ainda que técnico, articulado em linguagem natural? Ou tratar-se-ia da autolimitação filosófica inerente ao formalismo lógico, que tornaria ociosa a busca por recursos conceituais explicativos da razão prática no limitado vocabulário da lógica deôntica?

Se nos atentarmos, porém, para o fato de que a relutância raziana envolve a substituição de um aparato formal por outro, isto é, da lógica deôntica pela lógica das razões para a ação, aparentemente quaisquer justificativas que repousem sobre a limitação do formalismo no exame da linguagem prescritiva não se coadunam com o programa analítico levado a termo no estudo sistemático e unificado das razões para a ação em sua obra. O próprio Raz, porém, sugere, como mencionei, que parte de sua atitude cética diz respeito à restrição do campo de investigação da lógica deôntica a alguns poucos operadores, incapazes de exprimir satisfatoriamente, em

¹ “[...] the present work is based on the belief that it is possible and necessary to develop a unified logic of all the concepts belonging to normative theory and that the most fundamental part of such a logic is not deontic logic but the logic of reasons for action.”

bases formais, a complexidade sintática, semântica e pragmática de linguagens cujo propósito é a orientação de condutas.

A lógica deôntica, desde sua consolidação como campo de estudo autônomo em meados do século XX, se viu assolada por uma miríade de problemas técnicos e filosóficos que projetaram certa desconfiança sobre os estudiosos, enfraquecendo as possibilidades de aplicação de seus resultados aos objetos de estudo da filosofia moral, política e jurídica. Contrariamente, ainda que não paradoxalmente, parte substancial do impulso dado ao desenvolvimento da disciplina provém diretamente dos debates gerados pela postulação de dilemas e paradoxos deônticos, de problemas técnicos das mais diversas naturezas, de inquietações filosóficas relativas ao modelo semântico apropriado à linguagem normativa, da adequação ou não das propostas de formalização de raciocínios práticos, da natureza e conteúdo dos operadores deônticos e das entidades linguísticas que recaem em seu escopo, das relações entre lógica modal e deôntica e de uma série de questões responsáveis pela constituição ao longo do último século de uma vasta literatura especializada.

O que a proliferação de problemas revela acerca da lógica deôntica? A resposta precisa a essa questão pode ser formulada a partir de uma análise detida de cada uma das dificuldades em consideração e do que elas revelam tanto sobre os obstáculos técnicos compreendidos na tarefa de formalização de um campo restrito da razão prática, quanto sobre a índole filosófica de lógicas de entidades linguísticas normativas. O tratamento direto de tais problemas e das soluções técnicas sugeridas, porém, não constitui o enfoque prioritário do trabalho. Trata-se, antes, de propor as seguintes investigações conceituais: 1) identificar e problematizar a entidade de linguagem que recai no escopo dos operadores deônticos e 2) identificar e problematizar a unidade completa formada pela associação do modal deôntico² ao seu escopo.

² As expressões “operador deôntico”, “modal deôntico” e “prefixo deôntico” serão tratadas como sinônimas ao longo do trabalho, traduzindo os conceitos normativos (deônticos) que modalizam uma expressão descritiva de estados de coisas ou de ações, a depender do sistema deôntico de que se esteja falando no momento. Por sua vez, as expressões “escopo”, “sufixo” e, em algumas ocorrências, “conteúdo” e “conceito” designarão os objetos lógicos situados no âmbito de incidência dos operadores.

E qual é, afinal, o campo de estudo em lógica deôntica que será tomado como relevante no trabalho? Cuida-se, nesse sentido, de uma investigação em lógica deôntica da ação, ou simplesmente lógica da ação.

Para alguns autores, a lógica da ação ainda é um campo negligenciado, em comparação com os estudos desenvolvidos pela corrente majoritária em lógica deôntica (cujos contornos pretendo esboçar ainda no capítulo inicial), e mesmo por disciplinas propriamente filosóficas dedicadas ao escrutínio da ação humana e de suas correlações com a ética, a metafísica e a filosofia política.³ Nesse aspecto, uma das pretensões do trabalho é apontar a lógica da ação como um campo da lógica clássica comparativamente pouco explorado e, por isso, pleno de possibilidades para a análise formal da linguagem prática.

O primeiro capítulo buscará narrar, de modo sintético, o percurso dos sistemas deônticos que adquiriram no século XX o *status* de *padrão* (cujo ponto culminante pode ser reconhecido no estabelecimento do sistema-padrão de lógica deôntica, *Standard Deontic Logic* – SDL)⁴. Mais precisamente, o trabalho buscará indicar por que a lógica deôntica se consolidou como lógica do *dever-ser* (*ought-to-be*, *seinsollen*), estipulando, no interior dos sistemas formais, que normas são constituídas pela aplicação dos operadores deônticos de obrigação (O), permissão (P), proibição (PH), omissão (OM) e opção (OP)⁵ a proposições ou estados de

³ Krister Segerberg ressalta a existência desse descompasso, ao mesmo tempo em que afirma que o tempo de maturação do estudo formal da ação encontra-se próximo: “[...] deve-se admitir que a lógica da ação não se desenvolveu do mesmo modo – ou em nada semelhante ao sucesso – da filosofia da ação. Isso talvez seja porque o tempo para o desenvolvimento da lógica nessa área esteja apenas vagarosamente se aproximando.” (SEGERBERG, 1992, p. 347, tradução minha). “[...] it has to be admitted that the logic of action is not developed to nearly the same degree as – or with anything like the success of – the philosophy of action. This is perhaps because the time for logic in this area is only slowly becoming ripe.” Cabe notar, porém, que o artigo de Segerberg é de 1992 e as décadas de 90 e 2000 foram especialmente fecundas em resultados para a lógica da ação. (HILPINEN; McNAMARA, 2013, p. 97-112).

⁴ A expressão foi aparentemente cunhada por Bengt Hansson: “A lógica deôntica sob estudo será chamada *lógica deôntica padrão* (SDL), baseada em BL [lógica básica, isto é, o cálculo proposicional]. O conjunto de fórmulas do SDL é o menor conjunto que preencha os seguintes requisitos: (i) sempre que *f* for uma fórmula de BL, *Of* será uma fórmula do SDL; (ii) a negação de qualquer fórmula do SDL é uma fórmula do SDL; (iii) a disjunção de quaisquer duas fórmulas do SDL é uma fórmula do SDL.” (HANSSON, 1969 [1971], p. 122, grifos do original, nota explicativa minha, tradução minha). “The deontic logic under study will be called the *standard deontic logic* (SDL) based on BL. The set of formulas of SDL is the smallest set fulfilling the following requirements: (i) whenever *f* is a formula of BL, then *Of* is a formula of SDL; (ii) the negation of any formula of SDL is a formula of SDL; (iii) the disjunction of any two formulas of SDL is a formula of SDL.”

⁵ Note-se que os sistemas clássicos tomam como primitivo o operador P (permissão) ou este e o operador O (obrigação), tornando-os interdefiníveis e delimitando os demais conceitos deônticos em

coisas (p). Curiosamente, porém, a lógica deôntica foi inicialmente formulada (VON WRIGHT, 1951) como uma teoria do dever-fazer (*ought-to-do*, *tunsollen*), sendo uma lógica de agentes e ações e, ainda mais curiosamente, a passagem de um modelo a outro ocorreu de modo mais ou menos desapercibido.

Se nos primórdios da lógica deôntica ainda havia indefinição acerca da teoria subjacente apropriada à conceituação das prescrições, creio ser possível identificar na formulação de uma semântica-padrão para o SDL a consolidação do caráter eminentemente proposicional da lógica deôntica⁶, característica que pode ser traduzida simbólica e conceitualmente na definição do escopo dos operadores como descrições de estados de coisas e na consideração de normas (ao menos normas que veiculam obrigações) como deveres de obtenção de um estado de coisas almejado (um dever de obtenção do ser específico contido na proposição exigida, dever-ser). Tal constructo teórico é a versão deôntica da semântica de mundos possíveis, originalmente formulada no âmbito da lógica modal alética. Como creio que este é um ponto determinante na tarefa de perquirição da teoria semântica subjacente⁷ à lógica deôntica, uma parte importante deste capítulo será dedicada ao tema.

Foi dito que o tratamento direto das dificuldades técnicas da lógica deôntica *standard* não se encontrava dentro do plano investigativo do trabalho. Ao menos uma categoria de problemas sugeridos, porém, será especificamente considerada. Cuidam-se dos *paradoxos deônticos*, das dificuldades geradas por estes dilemas para a lógica deôntica padrão e de algumas propostas de solução. O problema dos paradoxos deônticos, como mencionado, deu ensejo a uma extensa literatura

função destes primeiros. Axiomatizações mais recentes, porém, já produzem definições que abrangem todos os conceitos mencionados (HILPINEN; McNAMARA, 2013, p. 42-43).

⁶ Não se pretende sustentar uma dicotomia estrita entre lógicas deônticas proposicionais e lógicas deônticas agenciais. Inúmeros sistemas, como teremos a oportunidade de observar, sustentam modelos mistos, ora atribuindo o caráter agencial aos operadores e proposicional ao escopo e vice-versa, ora concebendo a variável como descritiva de ações (ou proposições) e a fórmula atômica (operador mais sufixo) como uma proposição deôntica, ora simplesmente integrando indistintamente proposições e prescrições ao vocabulário básico da lógica deôntica.

⁷ Aqui o termo 'semântica' é utilizado de modo lato, como sinônimo próximo de 'sentido' ou 'significado'. Não quer, portanto, designar estritamente a teoria de interpretação de entidades lógicas em termos de valores (valoração), mas também a interpretação conceitual dos mesmos símbolos. No caso, as teorias semânticas subjacentes interpretam o escopo do operador (dever) como estado de coisas (dever-ser) ou ação (dever-fazer). Outras ocorrências dessa acepção surgirão ao longo do trabalho.

correlata. Não pretenderei investigá-la sistematicamente. Antes, buscarei me concentrar sobre os paradoxos diretamente enfrentados pelos autores que compõe a bibliografia principal do trabalho. O objetivo não é simplesmente sugerir resoluções aos problemas, mas deles derivar conclusões pertinentes aos traços constitutivos dos sistemas lógicos debatidos e entender de que modo tais características afastam ou dão ensejo ao surgimento de paradoxos. Essas questões ainda farão parte do primeiro capítulo.

Os capítulos subsequentes pretenderão reconstituir os sistemas de lógica da ação de dois autores, representativos de dois momentos clássicos da instituição histórica da lógica deôntica sob o conceito de ação. Ao primeiro deles, Georg Henrik von Wright, é comumente atribuída a paternidade da disciplina no famoso artigo publicado em 1951 na revista *Mind*, intitulado precisamente *Deontic Logic*. O que mais especificamente me interessa no esforço inaugural de von Wright é um dado técnico muitas vezes ignorado ou não suficientemente considerado na apresentação de seu projeto lógico: o de que os operadores deônticos por ele formulados aplicavam-se, então, a símbolos especiais designativos de ações genéricas, ainda que a base formal de seu modelo fosse o da lógica proposicional clássica. Além do artigo de 1951, três textos de von Wright serão de especial interesse para o trabalho: o substrato filosófico de seu modelo de ações, isto é, sua teoria geral da ação formulada em *Norm and Action*, de 1963, a tentativa de integração da teoria à base formal de uma lógica deôntica construída como extensão da lógica modal, em *An Essay in Deontic Logic and the General Theory of Action*, de 1968, e a última modificação substancial de seu sistema deôntico-agencial, em *Norms, Truth and Logic*, de 1983. Não obstante o foco recaia sobre os textos em questão, é evidente que recorrerei tanto a artigos e livros de suporte do próprio autor, quanto de comentadores.

O outro autor é o lógico guatemalteco Héctor-Neri Castañeda. Castañeda foi responsável pela elaboração de uma teoria da ação tendo por horizonte os então problemas técnicos mais desafiadores da lógica deôntica (vide sua pormenorizada análise de vários paradoxos deônticos), associada a questões de ontologia e metafísica da linguagem prática (conceito de normas institucionais, práticas, operadores, escopo e retificação da teoria semântica subjacente à lógica deôntica,

do dever-ser ao dever-fazer), cujo resultado encontra-se sintetizado na sua principal obra, *Thinking and Doing*, de 1975. Dentre as teses centrais defendidas por Castañeda em *Thinking and Doing* destacarei seu peculiar conceito de *pratição* (a unidade linguística básica da razão prática, em sua terminologia), sua defesa de uma lógica de imperativos, de um lado, e de juízos deônticos, de outro, fundada a primeira na autonomia lógica da relação de inferência em oposição à abordagem semântica (a inferência, assim, não seria apenas uma relação lógica de preservação da verdade, mas uma relação de implicação própria, que liga estruturas lógicas umas às outras) e a segunda na assimilação de normas ao conceito geral de proposição, sem recurso à distinção tradicional entre normas e proposições normativas.

Da investigação dos sistemas deônticos de ação sugeridos o trabalho buscará extrair subsídios para uma reconsideração conceitual: a par da concepção de normas como asserções (proposições) impessoais, tendentes a atualizar estados de coisas almejados e semanticamente caracterizadas como mundos deônticos possíveis relativamente acessíveis ao mundo atual, sustentar a introdução das noções de agente e ação no interior do próprio conceito de norma, em especial através da modificação do escopo dos operadores e da consequente definição do que viria a ser a unidade completa formada pelo operador e seu escopo agencial⁸.

Este trabalho, portanto, propõe-se como um esforço de clarificação filosófica de conceitos lógicos em lógica da ação. Nesse sentido, as seguintes pretensões são liminarmente afastadas: 1) a pretensão de apresentar um sistema axiomático completo em lógica da ação (axiomas, regras de inferência e teoremas); 2) a pretensão de oferecer um modelo semântico especificamente direcionado aos conceitos de agente e ação.

Essas limitações decorrem da própria natureza da investigação a que se procedeu: clarificações conceituais em lógica formal, pertinentes a um tipo de pesquisa frequentemente tratada em filosofia como *lógica filosófica*.

⁸ O adjetivo 'agencial' não existe no vernáculo. Em língua inglesa há a palavra 'agential', de uso corrente em textos técnicos de lógica deôntica. Como a língua portuguesa não exhibe nenhuma palavra ou locução curta que tenha a força expressiva do correlato em inglês, optarei por esta fórmula inexistente, porém sintética.

Tal restrição, creio, não diminui a relevância do trabalho. O enriquecimento da lógica deôntica a partir da abordagem em lógica da ação sugerida pode ser útil não só como proposta de resolução de problemas técnicos importantes, com repercussão filosófica, como pode ser capaz de abrir espaço para o tratamento formal das linguagens normativas, acaso se deva considerar os conceitos de agente e ação como relevantes para a definição do próprio conceito de norma.

2 LÓGICA DEÔNTICA E LÓGICA MODAL: APROXIMAÇÕES E INSUFICIÊNCIAS

2.1 O NASCIMENTO AGENCIAL DA LÓGICA DEÔNTICA

O campo de estudos formais que partilha dos pressupostos metodológicos e conceituais da lógica clássica e que se dedica à análise e formalização de entidades linguísticas prescritivas é comumente conhecido como *Lógica Deôntica*⁹. Apesar de ter se consolidado como lógica de operadores normativos tendo por escopo a proposição, a disciplina, em seus primórdios, foi linguisticamente caracterizada de modo distinto. A apresentação estritamente proposicional da lógica deôntica, isto é, a interpretação de variáveis, constantes individuais e letras sentenciais como estruturas simbólicas representativas de proposições, bem como a incidência dos operadores (O, P, ...) sobre classes proposicionais (p , q , ...), gerando proposições deônticas (Op , Pq , ...), somente se consolidou na sequência de artigos técnicos e obras¹⁰ que emergiram nos anos seguintes ao debate lançado pelo lógico finlandês Georg Henrik von Wright, em seu seminal artigo de 1951, *Deontic Logic*. Até então pairavam dúvidas acerca do conceito apropriado à caracterização formal das prescrições, o que refletia uma incerteza a respeito da própria definição de norma em linguagens formais.

Os dois principais antecessores de von Wright no desenvolvimento recente da lógica deôntica divergiram nesse aspecto. Enquanto Alexius Meinong concebeu o escopo dos operadores em termos de entes representativos de ações, Ernst Mally desenvolveu seu sistema de lógica normativa sobre a base conceitual do dever-ser, estipulando deveres, juízos e vontades como direcionados a estados de coisas. Já

⁹ Von Wright esclarece que a expressão *Lógica Deôntica* constitui um neologismo que lhe foi indicado para designar o exame formal de normas e prescrições, sendo constituído pela transliteração do verbo grego equivalente: “O nome “lógica deôntica” me foi sugerido em 1951 por C. D. Broad. “Deôntico” deriva dos verbos gregos $\delta\acute{\epsilon}\sigma\mu\alpha\iota$ (“compelir, vincular”) e $\delta\epsilon\acute{\iota}\nu$ (“dever”). Bentham empregou *deontologia* como nome para “a ciência da moralidade”. Mally, um pioneiro do estudo lógico-formal de conceitos normativos, utiliza o termo *Deontik*.” (VON WRIGHT, 1968, p. 11, grifos do original, tradução minha). “The name “deontic logic” was suggested to me in 1951 by C. D. Broad. “Deontic” is a derivation from the Greek verbs $\delta\acute{\epsilon}\sigma\mu\alpha\iota$ (“to bind”) and $\delta\epsilon\acute{\iota}\nu$ (“ought”). Bentham used *deontology* as a name of “the science of morality”. Mally, a pioneer of the formal logical study of normative concepts, uses the term *Deontik*.”

¹⁰ Dentre os quais cumpre mencionar Prior (1955), Kanger (1957 [1971]) e Hintikka (1957).

no século XVII o principal precursor moderno da lógica deôntica, Leibniz, instituíra um modelo para a caracterização formal de permissões e obrigações em termos do que seria *possível* a um bom homem *fazer*, no primeiro caso, e do que seria *necessário* a um bom homem *fazer*, no segundo, ainda que sua proposta, como faz prova o emprego dos conceitos modais clássicos (necessidade e possibilidade) na definição das expressões deônticas, reflita um profundo estreitamento entre lógica modal e deôntica (HILPINEN; McNAMARA, 2013, p. 9-11 e p. 15). Os nascentes estudos lógicos da razão prática afiguram-se, assim, como modelos formais ora caracterizados por estados de coisas exigíveis, ora por ações deonticamente consideradas, com alguma prevalência desta última abordagem.

Ademais, conceitos deônticos eram aplicados usualmente a ações, de modo que os modais deônticos foram tomados como *modalidades de ação*. Assim como a palavra inglesa ‘action’, a expressão ‘actio’, utilizada na literatura dos séculos XVII e XVIII, não se referia apenas a ações humanas, mas também a eventos ocorridos como resultado de necessidade natural; ações humanas (ou ações em sentido estrito) eram distinguidas de outras ações e eventos por meio do atributo ‘liber’; [...] Considerava-se que conceitos normativos eram adequadamente aplicados apenas às [...] ações (‘livres’).¹¹ (Idem, Ibidem , p. 9, grifo do original, tradução minha)

É, porém, o pequeno artigo *Deontic Logic* de von Wright (1951) que comumente demarca a emergência consistente das pesquisas contemporâneas em lógica deôntica. Neste trabalho, o autor constrói sobre a base formal da lógica proposicional e da lógica modal um sistema de lógica deôntica com três características básicas. Primeiro, introduz operadores capazes de representar simbolicamente as noções normativas de *dever*, *obrigação*, *obligatoriedade* (operador-O) e *poder*, *permissão*, *permissividade* (operador-P), muito semelhantes aos operadores modais de necessidade (\Box) e possibilidade (\Diamond), e torna-os interdefiníveis ($Pp \leftrightarrow \neg O\neg p$ e $Op \leftrightarrow \neg P\neg p$). Segundo, define o escopo dos operadores deônticos como “ações genéricas”. Os objetos, portanto, tornados permitidos, obrigatórios, proibidos ou opcionais pelos operadores deônticos não são estados de coisas, e sim classes de ações genéricas, ou seja, ações não tomadas como casos individuais, delimitados espaço-temporalmente, mas como *classe*. Já a

¹¹ “Moreover, deontic concepts were usually applied to actions, thus deontic modalities were regarded as *action modalities*. Like the English word ‘action’, the expression ‘actio’ used in the 17th and 18th century literature did not refer only to human actions, but also to events which take place as a result of natural necessity; human actions (or actions in a narrow sense) were distinguished from other actions and events by the attribute ‘liber’; [...]. Normative concepts were regarded as being properly applicable only to the [...] (‘free’) actions.”

unidade completa formada pelo modal deôntico e seu sufixo é chamada por von Wright de *proposição deôntica*. Terceiro, semanticamente ações genéricas são dotadas de valores de *performance* (realização), enquanto proposições deônticas exibem valores de verdade e integram relações lógicas funcional-veritativas capazes de serem reproduzidas em tabelas de verdade.

O caminho sugerido por von Wright, no entanto, não foi optado pela tradição que o sucedeu e tampouco seu sistema se consolidou como *padrão*. O desenvolvimento da lógica deôntica se estabeleceu a partir de uma cada vez mais estreita adaptação das já consolidadas lógicas modais aléticas¹².

2.2 LÓGICA DEÔNTICA COMO INTERPRETAÇÃO NORMATIVA DE SISTEMAS MODAIS

A constituição da lógica deôntica como extensão de sistemas modais não representa nenhuma novidade histórica. Von Wright chama a atenção para a circunstância de que Leibniz, ainda no século XVII, enunciara com total clareza nos seus *Elementa Juris Naturalis* a intenção de investigar as modalidades prescritivas a partir da lógica modal aristotélica, em razão de analogias e equivalências existentes entre os conceitos primários de umas e outras (VON WRIGHT, 1983a, p. 100-101). O próprio von Wright, por seu turno, declina como uma das razões primárias de seu interesse pela lógica deôntica a extraordinária semelhança que os conceitos deônticos exibiam tanto em face das expressões modal-aléticas, quanto de quantificadores¹³:

O autor se interessou pela lógica das normas e conceitos normativos (também chamada 'lógica deôntica') ao observar que as noções de 'dever',

¹² No comentário que faz do alto grau de aceitação alcançado pela perspectiva do dever-ser em lógica deôntica, John Horty (2001, p. 3-4) declina duas possíveis razões explicativas: 1) a facilidade de lidar com um sistema já consistentemente estabelecido como a lógica modal e apenas ter de adequá-lo aos propósitos da lógica deôntica e 2) a tese filosófica de que o dever-fazer é uma espécie ou caso do dever-ser, isto é, o que agentes devem fazer é um caso de estados de coisas cuja ocorrência é prescrita.

¹³ Essa analogia é explicitada em Navarro e Rodríguez por meio da construção de quadrados de oposição de conceitos quantificacionais, modais e deônticos (NAVARRO; RODRIGUEZ, 2014, p.17-20).

‘poder’, e ‘não poder’ exibem uma surpreendente analogia com as noções modais de necessidade, possibilidade e impossibilidade. Seu interesse pela lógica modal, ainda, foi despertado pela observação de que seus conceitos básicos demonstram uma analogia com os conceitos básicos da chamada teoria quantificacional, as noções de ‘todo’, ‘algum’ e nenhum.¹⁴ (VON WRIGHT, 1963, p. 17, tradução minha)

O desenvolvimento inicial da lógica deôntica, assim, foi fundamentalmente beneficiado pela constituição prévia da lógica modal alética, isto é, por sua axiomatização e, posteriormente, pela edificação de um modelo semântico voltado à valoração de suas fórmulas bem-formadas. Ambos os procedimentos de consolidação formal da lógica modal exerceram tremenda influência sobre a trajetória correlata da lógica deôntica, determinando os contornos de suas estruturas sintáticas e semânticas. Veremos com brevidade a extensão da influência da lógica modal sobre a lógica deôntica a partir desses dois pontos de vista privilegiados.

2.2.1 Sintática

Tomemos a chamada *Lógica Deôntica Padrão* (*Standard Deontic Logic – SDL*) e vejamos as notórias semelhanças axiomáticas entre o SDL e o sistema modal equivalente, KD¹⁵:

| Sistema Modal KD (axiomas, definições e regras de inferência) | Standard Deontic Logic – SDL (axiomas, definições e regras de inferência) |
|--|--|
| Todas as tautologias do cálculo proposicional clássico | Todas as tautologias do cálculo proposicional clássico |
| Axioma K (axioma da distribuição): $\Box(p \rightarrow q) \rightarrow (\Box p \rightarrow \Box q)$ | Axioma OK (axioma da distribuição): $O(p \rightarrow q) \rightarrow (Op \rightarrow Oq)$ |
| Definição de \Diamond (operador de possibilidade): $\Diamond p =_{df} \neg \Box \neg p$ (possível p define-se como não necessário não- | Definição de P (operador de permissão): $Pp =_{df} \neg O \neg p$ (permitido p define-se como não obrigatório não- |

¹⁴ “The author became interested in the logic of norms and normative concepts (also called ‘deontic logic’) through the observation that the notions of ‘ought to’, ‘may’, and ‘must not’ exhibit a striking analogy to the modal notions of necessity, possibility, and impossibility. His interest in modal logic again had been awakened by the observation that its basic concepts show an analogy to the basic concepts of so-called quantification-theory, the notions of ‘all’, ‘some’, and ‘none’.”

¹⁵ A tabela é uma adaptação de Navarro e Rodríguez (2014, p. 31).

| | |
|--|---|
| p) | p) |
| Regra de necessitação modal: $\frac{\vdash p}{\vdash \Box p}$ (Se p pode ser derivado (é uma consequência sintática), $\Box p$ pode ser derivado) | Regra de necessitação deôntica: $\frac{\vdash p}{\vdash Op}$ (Se p pode ser derivado (é uma consequência sintática), Op pode ser derivado) |
| Modus ponens: $p \rightarrow q, p \vdash q$ | Modus ponens: $p \rightarrow q, p \vdash q$ |
| Todos os axiomas e regras até aqui também fazem parte do sistema modal mais simples, o sistema K | Todos os axiomas e regras até aqui também fazem parte do sistema deôntico mais simples, o sistema OK |
| Axioma modal D (axioma definidor de KD): $\Box p \rightarrow \Diamond p$ (Se p é necessário, então p é possível) | Axioma deôntico D (axioma definidor do SDL): $Op \rightarrow Pp$ (Se p é obrigatório, então p é permitido) |

A comparação entre os axiomas e definições de KD e SDL permite concluir com facilidade que a construção deste último depende da mera substituição dos operadores de necessidade (\Box) e possibilidade (\Diamond) pelos operadores de obrigação (O) e permissão (P), respectivamente. Isso pois “os sistemas deônticos são estruturalmente análogos aos sistemas modais, podendo-se interpretar o operador de *necessidade* como sendo sintaticamente similar ao operador de *obrigatoriedade* e o de *possibilidade* ao de *permissão*.” (SERBENA, 2002, p. 62, grifos do original)

Ainda do ponto de vista sintático, cabe dar destaque à correlação definicional entre a lógica modal e a lógica deôntica. Tal correspondência, novamente, se torna clara a partir da comparação entre os esquemas de definição dos operadores modais de necessidade (necessário p , $\Box p$) e possibilidade (possível p , $\Diamond p$) e os operadores deônticos de obrigação (obrigatório p , Op) e permissão (permitido p , Pp)¹⁶.

Tomado o operador de necessidade (\Box) como primitivo, valem as seguintes relações entre operadores modais:

¹⁶ Trata-se de uma adaptação da versão de McNamara (2006, p. 200-202).

É possível que p ($\Diamond p$) =_{df} $\neg \Box \neg p$

É impossível que p =_{df} $\Box \neg p$

Não é necessário que p =_{df} $\neg \Box \neg p$

É contingente que p =_{df} $\neg \Box p \wedge \neg \Box \neg p$

Por seu turno, ao tomarmos o operador de obrigação (O) como primitivo, valem as seguintes igualdades:

É permitido que p (Pp) =_{df} $\neg O \neg p$

É proibido que p (PHp) =_{df} $O \neg p$

Pode-se omitir p (OMp) =_{df} $\neg Op$

É opcional que p (OPp) =_{df} $\neg Op \wedge \neg O \neg p$.

Uma rápida comparação entre as sentenças produzidas a partir dos operadores primitivos de cada sistema permite estabelecer uma equivalência direta entre os conjuntos de definições. Obrigação (O) e necessidade (\Box) afiguram-se mutuamente substituíveis na construção dos operadores sentenciais. Com efeito, basta trocar \Box por O e teremos todas as fórmulas básicas do esquema deôntico tradicional.

Von Wright afirma que o sistema-padrão levou a equivalência entre as lógicas modal e deôntica aos seus últimos limites, cedendo apenas em pontos onde a paridade produziu resultados notoriamente contraintuitivos (como veremos logo à frente, com respeito ao axioma-T) (VON WRIGHT, 1983a, p. 103). Ao tecer seu comentário, entretanto, o autor não tinha em mente as analogias semânticas que, então, já haviam sido formuladas e consolidadas nos estudos dominantes do campo.

2.2.2 Semântica

Do ponto de vista semântico, as derivações extraídas da lógica modal para a lógica deôntica se deram de maneira igualmente estreita. O problema semântico, por sinal, é um dos mais antigos problemas filosóficos da lógica deôntica. O

oferecimento de uma resposta segura a essa questão, no entanto, encerra algumas dificuldades prévias.

A sintaxe lógica traduz em bases puramente formais uma linguagem-objeto e, como tal, é inteiramente destituída de conteúdo. A atribuição de valores semânticos às fórmulas atômicas ocorre de modo um tanto quanto arbitrário. O valor semântico das fórmulas moleculares fica determinado pelas definições semânticas e pela interpretação das fórmulas atômicas. Dizer de um sistema S que o valor semântico de uma sua fórmula atômica p é ‘verdadeiro’, ‘V’, ‘1’, ‘válido’, ‘legítimo’, ‘rosa’, ‘ π ’, etc, é uma dentre as várias decisões metodológicas que ocorrem na formulação de um sistema lógico. Historicamente, porém, uma relação estreita terminou por se estabelecer entre lógica e proposição. A lógica formal, a partir de Frege, consolidou-se como o caminho natural do desenvolvimento da disciplina ao incorporar a linguagem típica da matemática e ao assumir problemas matemáticos como pontos de partida para a investigação da linguagem. No campo linguístico, pelas mãos de Wittgenstein e Russell, a proposição passou a ser vista como a unidade básica da atividade assertiva e o material de trabalho primário da lógica. Uma vez, porém, que a referência das proposições concerne a estados de coisas, parte significativa da linguagem ordinária não pode ser incorporada à teoria lógica ou o foi com grandes dificuldades.

Ora, se a proposição for interpretada como conteúdo das sentenças declarativas¹⁷, e estas como descrições de estados de coisas no mundo, resta clara a razão da consolidação da verdade como valor semântico básico das unidades do cálculo sentencial.¹⁸

Os componentes da linguagem normativa (prescrições, normas, mandamentos, comandos, imperativos) não podem, à primeira vista, ser inadvertidamente interpretados como verdadeiros ou falsos, sob pena de serem fortemente contrariadas algumas de nossas intuições linguísticas fundamentais. Esse universo de problemas é chamado em lógica deôntica de *Dilema de*

¹⁷ Sobre as várias acepções de proposição, ver Corcoran (2011).

¹⁸ O que não quer dizer que o estabelecimento das teorias da verdade por correspondência, sobretudo a teoria semântica tarskiana, tenha ocorrido de modo incontroverso. Ver, para tanto, Haack (2002, p. 127-184).

*Jørgensen*¹⁹. Não é cabível nos limites do trabalho apresentar as várias facetas do problema filosófico, de modo que me contentarei em fazer direta menção ao dilema quando algum problema enfrentado assim o exigir. Basta dizer, por enquanto, que no âmbito do SDL o dilema recebe uma solução técnica, resultante da importação da teoria semântica padrão em lógica modal, a semântica kripkeana de mundos possíveis.

Os autores pioneiros em lógica deôntica contemporânea (Von Wright, A. N. Prior, A. R. Anderson e J. E. Fenstad) desenvolveram abordagens puramente sintáticas dos conceitos normativos (WOLEŃSKI, 1990, p. 273). Tratavam-se de modelos axiomáticos sem grande preocupação com a modelagem de fundamentos semânticos para a valoração dos conceitos deônticos (tanto em termos de verdade e falsidade, quanto qualquer outro tipo de interpretação de enunciados prescritivos).

Esse cenário se alterou com os trabalhos pioneiros de Jaakko Hintikka (1957), Stig Kanger (1957 [1971]), Richard Montague (1960) e, especialmente, Saul Kripke (1959). Os três primeiros incluíram considerações especificamente voltadas à lógica deôntica. Kripke inicialmente desenvolveu seu modelo semântico para a lógica modal alética, mas também teceu algumas poucas observações concernentes aos sistemas deônticos (1963). Concentrar-me-ei no modelo kripkeano, que exerceu influência mais decisiva e duradoura sobre os sistemas aléticos e deônticos²⁰.

Uma estrutura kripkeana é uma tripla $M = \langle W, w', R \rangle$, onde W é um conjunto não-vazio de mundos possíveis, w' é um elemento de W (normalmente interpretado

¹⁹ Ver Jørgensen (1937), Hilpinen e McNamara (2013, p. 20-31) e Navarro e Rodríguez (2014, p. 34-38). Opto por transcrever a versão que Juliano Maranhão (2013, p. 32) dá ao problema: “No discurso ordinário parece razoável admitir que a obrigação de João de pagar impostos «decorra» da norma geral que obriga todos ao pagamento de impostos. É intuitivo aceitar que se alguém for obrigado a fechar a janela e a porta, então será obrigado a fechar a porta, ou, ainda, que esta última norma «contradiz» uma outra que lhe exija deixar a porta aberta. Portanto, em algum sentido, falamos de relações de implicação e contradição entre normas. Todavia, de um lado, há consenso entre filósofos, com raras exceções, de que normas (discurso prescritivo) não possuem valores de verdade. [...] De outro lado, conceitos tais como consequência lógica e contradição e até mesmo as operações de negação, conjunção e disjunção são definidos semanticamente em termos de valores de verdade. [...] Assim, se normas são entidades que não possuem valores de verdade, não podem figurar em relações de consequência e contradição (ao menos no sentido usual) e não é sequer claro o sentido de compostos de normas por meio de conectivos como «não», «e», «ou» e «implica». Portanto, segue o argumento, não pode haver uma lógica de normas.”

²⁰ A exposição da semântica de mundos possíveis é uma adaptação das versões de Hilpinen e McNamara (2013), Woleński (1990) e Chellas (1980).

como o mundo considerado, isto é, o mundo real), e R representa uma relação de acessibilidade (possibilidade relativa) entre mundos. Um modelo kripkeano é formado pela associação de uma função valorativa I (usualmente V ou F, para verdadeiro ou falso) à estrutura-kripke M . I atribui valores às fórmulas $\Diamond p$ e $\Box p$ de uma linguagem modal L em um ponto ou mundo w do conjunto W . Por exemplo, (1) $\Diamond p$ será verdadeiro no mundo w' de W se a proposição p for verdadeira em ao menos um dos mundos de W acessíveis a w' , sob as limitações impostas por R , e (2) $\Box p$ será verdadeiro no mesmo mundo w' se a proposição p for verdadeira em todos os mundos de W acessíveis a w' , restritos por R . As cláusulas de verdade para as fórmulas modais $\Diamond p$ e $\Box p$ são²¹:

- (1) $I(\Diamond p, w') = V$ se $\exists w (w'Rw \wedge I(p, w) = V)$
 (2) $I(\Box p, w') = V$ se $\forall w (w'Rw \rightarrow I(p, w) = V)$

A diferentes propriedades de R correspondem distintos sistemas de lógica modal. Por exemplo, no sistema modal normal KD (que comparamos acima com o SDL) a relação de acessibilidade é serial. Simbolicamente:

$$\forall w \exists w' (wRw') \quad \text{Serialidade}$$

Isto é, há ao menos um mundo acessível para cada mundo possível. Já no sistema S5, um dos mais fortes sistemas de lógica modal, a relação de acessibilidade é reflexiva, transitiva e simétrica. Simbolicamente:

$$\begin{array}{ll} \forall w (wRw) & \text{Reflexividade} \\ \forall ww'w'' (wRw' \wedge w'Rw'') \rightarrow wRw'' & \text{Transitividade} \\ \forall ww' (wRw' \rightarrow w'Rw) & \text{Simetria} \end{array}$$

Isto é, 1) qualquer que seja o mundo possível considerado ele é relativamente acessível a si mesmo (reflexividade); 2) para qualquer w , w' e w'' , se w' é acessível a w e w'' é acessível a w' , então w'' é acessível a w (transitividade); e 3) para qualquer w e w' , se w' é acessível a w , então w é acessível a w' (simetria).

²¹ As versões modais e deônticas das cláusulas de verdade constituem adaptações de Rodríguez (2014, p. 464).

O modelo semântico para a lógica deôntica é estritamente simétrico. Distingue-se tão-somente pela interpretação de natureza deôntica (e não modal-alética) dos seus elementos. Trata-se de uma tripla $M = \langle W, w', R \rangle$ onde W é um conjunto não-vazio de mundos deônticos possíveis, w' é um elemento de W (normalmente interpretado como o mundo deôntico considerado, isto é, o mundo real) acessível aos pontos do conjunto W e R espelha uma relação de acessibilidade deôntica (possibilidade relativa) entre mundos. O modelo depende ainda da associação a M de I , uma função valorativa (usualmente V ou F , para verdadeiro ou falso, apesar das já mencionadas restrições da tradição filosófica à valoração de entidades normativas em termos de valores-verdade), que atribui valores às fórmulas de uma linguagem deôntica D em um ponto ou mundo w do conjunto W . A interpretação deôntica da semântica de mundos kripkeana funciona de modo semelhante, exigindo apenas a substituição das noções de possibilidade e necessidade por permissão e obrigação²²: (1) Pp será verdadeiro em w' se p for o caso em ao menos um dos mundos deônticos de W acessíveis a w' , sob as limitações estabelecidas por R , e (2) Op será verdadeiro em w' se p for o caso em todos os mundos deonticamente acessíveis de W , limitados por R .²³ Simbolicamente:

$$(1) I(Pp, w') = V \text{ se } \exists w (w'Rw \wedge I(p, w) = V)$$

$$(2) I(Op, w') = V \text{ se } \forall w (w'Rw \rightarrow I(p, w) = V)$$

²² Há por trás do aparato formal da semântica de mundos possíveis (cuja versão deôntica é tradicionalmente chamada de semântica de mundos ideais) uma dimensão intuitiva da idealização de mundos em que são cumpridas obrigações e verificadas permissões, capturada por Nelson Gonçalves Gomes nos seguintes termos: “Quando um legislador apresenta um projeto de lei, ele lança mão dos conceitos ora definidos, na medida em que tenta provar que haveria progresso se as obrigações ali propostas *fossem*, de fato, realizadas. Se ele propõe uma permissão, deve mostrar que esta nada envolve de ilegal. Esses modos de falar recorrem a idealizações que são mundos deonticamente perfeitos.” (GOMES, 2008, p. 16, grifo do original)

²³ É importante notar que a semelhança entre as versões modal e deôntica da semântica de Kripke é tal que a atribuição de valores-verdade às sentenças das duas linguagens é feita de modo análogo. Isto quer dizer que não há preocupação no sistema deôntico padrão em interpretar os significados de estados de coisas obrigatórios e permitidos de maneira a modular a valoração em termos não da *ocorrência* da proposição (p) tornada obrigatória (Op) ou permitida (Pp) nos mundos deônticos acessíveis ao mundo considerado, mas apenas da *estipulação* de uma obrigação (em todos os mundos alternativos) ou permissão (em ao menos um mundo alternativo), sem considerações acerca da realização (cumprimento) de p nos mundos acessíveis.

A diferentes propriedades de R correspondem distintos sistemas de lógica deôntica, simétricos aos sistemas normais de lógica modal. Ao sistema modal normal KD corresponde o sistema deôntico OD (o SDL), cuja relação de possibilidade relativa é a mesma, isto é, serial. Também o sistema S5 possui seu equivalente deôntico, o sistema OS5, dotado das mesmas relações de acessibilidade.

De fato, e em vista das apontadas analogias, parece ser desejável que um modelo formal nascente se possa aderir a uma lógica amplamente aceita e cuja consistência e correção já tenha sido demonstrada, como é o caso dos sistemas modais aléticos. É possível dizer, assim, que se for excetuado o primitivo projeto agencial de von Wright (apesar da influência que a equivalência modal-deôntica exerceu sobre seu trabalho inicial), a quase totalidade dos demais trabalhos representaram o progressivo estreitamento das equivalências em questão²⁴, de modo que a lógica deôntica pôde ser considerada um subsistema do grupo das lógicas modais aléticas.

2.3 ALGUMAS INSUFICIÊNCIAS

2.3.1 A restrição ao axioma-T

Após a apresentação dos aspectos sintáticos e semânticos cruciais do SDL e dos correlatos modais, com atenção às estreitas similitudes entre eles, cumpre retornar brevemente às definições propostas e ao espelhamento existente entre os esquemas de definição modais e deônticos, a fim de que seja formulado um derradeiro comentário.

A relação direta evidenciada tanto nos pares de definições como nos modelos semânticos parece conduzir à conclusão de que $\Box p \equiv Op$ e $\Diamond p \equiv Pp$. A equivalência, no entanto, é falsa. E por qual razão a analogia entre necessidade-

²⁴ Com especial destaque para Anderson (1958) e Kanger (1951[1971]).

obrigatoriedade e possibilidade-permissão, ao menos em um aspecto, revela-se falsa? Algumas lógicas modais aléticas (especialmente os sistemas T, S4 e S5) consideram os seguintes princípios como válidos:

Se p é necessário, então p é verdadeiro ($\Box p \rightarrow p$);

Se p é verdadeiro, então p é possível ($p \rightarrow \Diamond p$).

Caso a lógica deôntica se mostrasse uma mera variação terminológica da lógica modal alética, os seguintes princípios deônticos também deveriam ser válidos:

Se p é obrigatório, então p é verdadeiro (e a obrigação é cumprida) ($Op \rightarrow p$);

Se p é verdadeiro (e, portanto, realizado), então p é permitido ($p \rightarrow Pp$).

Ocorre que, intuitivamente, essas formulações deônticas são claramente inadequadas. Se uma conduta é obrigatória, isso não significa que a obrigação não possa ser violada. Por outro lado, se uma conduta se realiza daí não se extrai que seja permitida.²⁵

Essa talvez seja a razão pela qual o SDL não se compromete a tanto²⁶. O axioma $\Box p \rightarrow p$, denominado em lógica modal de *axioma-T* (e definidor do sistema

²⁵ Cumpre tecer um breve comentário acerca desta limitação imposta ao SDL. Sabe-se que os problemas classificados como *paradoxos deônticos* (de que falaremos logo na sequência), em sua maioria, resultam de distúrbios interpretativos de teoremas válidos do sistema-padrão. Isto é, as fórmulas geradoras dos paradoxos não colidem com outras fórmulas derivadas dos axiomas do cálculo, mas apenas revelam resultados contraintuitivos quando traduzidas para a linguagem natural. No entanto, e esse é o ponto que pretendo destacar, tais resultados não são suficientes para que se busque extirpar de imediato a fórmula do cálculo. Isso ocorre porque, da perspectiva axiomática, o SDL é tanto correto quanto completo e o que se busca garantir primariamente na construção de sistemas formais é precisamente a sua solidez *formal*. Ora, por qual razão, então, o SDL precisa ser enfraquecido a ponto de não admitir a provabilidade de $Op \rightarrow p$ ou de $p \rightarrow Pp$ se mais uma vez temos (aparentemente) um problema de adequação intuitiva? Este ponto parece indicar que na formulação de sistemas lógicos há limites para o sacrifício de nossas intuições linguísticas. Ainda que a admissão dos teoremas em comento não gere perturbações para a consistência formal da lógica deôntica, aceitá-los equivaleria a rejeitar a possibilidade de que esta possa ser algo significativa para a análise da linguagem natural prescritiva e para a concepção de que obrigações, quando formalmente representadas, tenham um valor legítimo na orientação de condutas no mundo.

²⁶ Von Wright trata desta restrição do seguinte modo: “Do Sistema-padrão pode-se dizer que força a analogia entre as lógicas modal e deôntica até o seu limite máximo. A única divergência significativa repousa no fato de que enquanto a lógica modal tradicional aceita como válidas as fórmulas $p \rightarrow Mp$ e $Np \rightarrow p$, uma lógica deôntica “correta” deve rejeitar seus análogos $p \rightarrow Pp$ e $Op \rightarrow p$. Ela deve se contentar com as formas mais fracas de tais fórmulas analógicas, representadas pelo Princípio da Permissão e pela Lei de Bentham, respectivamente.” (VON WRIGHT, 1983a, p. 103). “The Standard System may be said to stretch the analogy between modal and deontic logic to its utmost limit. The

modal T), não integra a apresentação axiomática do SDL e este é, assim, um sistema mais fraco que o correlato deôntico do sistema T (sistema OT, cujo axioma definidor em apresentação deôntica é $Op \rightarrow p$).

2.3.2 Notas sobre paradoxos deônticos

Em lógica formal, paradoxos são definidos nos seguintes termos por Fernando Martinho:

Um paradoxo lógico consiste em duas proposições contrárias ou contraditórias derivadas conjuntamente a partir de argumentos que não se revelaram incorretos fora do contexto particular que gera o paradoxo. Ou seja, partindo de premissas geralmente aceitas e utilizadas, é (pelo menos aparentemente) possível, em certas condições específicas, inferir duas proposições que ou afirmam exatamente o inverso uma da outra ou não podem ser ambas verdadeiras. (MARTINHO, 2006, p. 573)

O que temos no fragmento destacado é a definição em *sentido forte* de paradoxo. Segundo ela, há um paradoxo em sentido próprio em um sistema lógico considerado se da sua estrutura axiomática deriva-se $p \wedge \neg p$, ou seja, tautologias ou fórmulas válidas mutuamente incompatíveis.

Em lógica deôntica, porém, os paradoxos dizem respeito ao surgimento de resultados contraintuitivos nas interpretações em linguagem ordinária de expressões equivalentes formalizadas. Não há no âmbito do próprio cálculo deôntico nenhuma contradição; o paradoxo, na maioria dos casos, emerge apenas no momento da tradução em linguagem natural de teoremas válidos, gerando inconsistências de difícil assimilação por nossas intuições no campo normativo da linguagem²⁷.

only significant deviation lies in the fact that whereas traditional modal logic accepts as valid the formulas $p \rightarrow Mp$ and $Np \rightarrow p$, a “sound” deontic logic must reject their analogues $p \rightarrow Pp$ and $Op \rightarrow p$. It has to rest content with the weaker forms of those analogical formulas which are represented by the Principle of Permission and by Bentham’s Law respectively.”

²⁷ “Este não é um paradoxo de tipo lógico, como o paradoxo de Russell; ele não revela qualquer antinomia ou contradição no cálculo.” (NOWELL-SMITH; LEMMON, 1960, p. 289, tradução minha) “This is not a logician’s paradox, like Russell’s class paradox; it reveals no logical antinomy or contradiction within the calculus.” e “Visto que o sistema-padrão é correto e consistente, nele nenhuma contradição é teorema. Portanto, no sistema-padrão, não há paradoxos como o de Russell. Entretanto, nesse sistema surgem dificuldades importantes que, numa acepção bem mais fraca, são chamadas de paradoxos deônticos.” (GOMES, 2008, p. 18)

Há casos críticos, entretanto, nos quais é possível provar teoremas contraditórios. A razão lógica para a emergência dessas ditas contradições segue em geral um roteiro padronizado: propõe-se um argumento deôntico em linguagem natural perfeitamente intuitivo. Em seguida, procede-se à sua formalização nos parâmetros ditados pelo SDL. Como observamos (e repetiremos à frente), a provabilidade de todas as fórmulas do sistema-padrão depende da construção de uma estrutura sintática composta por axiomas, definições e regras de inferência. Algumas das versões simbólicas de argumentos originalmente concebidos em linguagem ordinária recaem com exatidão em uma das regras sintáticas, permitindo o estabelecimento de inferências formalmente válidas, mas não previstas pelo argumento original. Por exemplo, imaginemos que uma determinada obrigação condicional, contida na cadeia argumentativa primitiva, seja formalizada como $O(p \rightarrow q)$. Sabe-se que um dos axiomas do SDL é o axioma (ou regra) da distribuição, $O(p \rightarrow q) \rightarrow Op \rightarrow Oq$. Mesmo que o conseqüente $Op \rightarrow Oq$ desta implicação não esteja contido no argumento básico, as regras do SDL permitem validamente estabelecer, a partir da obrigação condicional original $O(p \rightarrow q)$, a inferência cujo resultado é o conseqüente que destaquei. Imaginemos que o argumento primitivo contenha, ainda, uma sentença formalizada como $O\neg q$ e outra como Op , mas nenhuma correspondente a Oq , além da obrigação condicional:

- (1) $O\neg q$
- (2) Op
- (3) $O(p \rightarrow q)$

Por (2), (3), *modus ponens* e o axioma da distribuição é possível provar a fórmula Oq . Como $O\neg q$ constitui uma das premissas, a aplicação da regra distributiva gera uma legítima contradição lógica – $Oq \wedge O\neg q$. Essa é a origem de alguns dos resultados não previstos no discurso ordinário, mas perfeitamente válidos do ponto de vista formal.

Da perspectiva da constituição formal de sistemas lógicos, talvez não fosse o caso de se atribuir excepcional relevância à emergência de *puzzles* ou dilemas de tradução. Afinal, há uma evidente distância entre linguagens formais e naturais,

distância que se pode verificar a partir da constatação de que as primeiras são maximamente destituídas de conteúdo e representam apenas relações estruturais de um campo da linguagem considerado, enquanto as últimas são linguagens ambíguas, semanticamente ricas e, como tal, constitutivamente imprecisas. Nesse contexto, é natural que a passagem de um extremo a outro do espectro conteudístico vá gerar algum tipo de distúrbio interpretativo, cujo reconhecimento prévio, no interior do sistema lógico, se encontra obstado pela própria natureza simbólica da linguagem em questão.

As características do modo linguístico que se pretende formalizar em lógica deôntica, porém, parecem exigir que a separação entre forma (estrutura) e conteúdo seja mitigada. Falo da função eminentemente *prática* da linguagem normativa. A conexão entre o mundo da descrição e o mundo da ação assume contornos problemáticos em lógica deôntica, em oposição ao modelo univocamente descritivo da lógica proposicional (e, de certa maneira, também da lógica modal) e uma solução que recorra à separação estrita entre os âmbitos de linguagem em questão não é capaz de responder satisfatoriamente a esta dificuldade.

Situados no ponto em que os sistemas formais falham em oferecer alternativas simbólicas suficientemente enriquecidas para a representação de raciocínios deônticos ordinários ou geram resultados indesejáveis quando interpretados ordinariamente, os paradoxos, ao revelarem deficiências expressivas no cálculo deôntico, exercem um papel propulsor de seu desenvolvimento (CASTAÑEDA, 1981, p. 38), oferecendo indícios de quais podem ser os problemas técnicos que afligem o sistema considerado, que tipo de soluções podem ser eficazes e quais acabam gerando novas dificuldades colaterais.

Recordemo-nos, então, da apresentação axiomática do SDL e dos teoremas que dão origem à maior parte dos paradoxos deônticos. As siglas serão utilizadas nas demonstrações apresentadas na sequência.

Axiomas:

(CP) Todas as tautologias do cálculo proposicional clássico

(A1) $Op \rightarrow Pp$

(A2) $O(p \rightarrow q) \rightarrow (Op \rightarrow Oq)$ regra da distribuição deôntica (RDD)

Regras de inferência:

(MP) $p \rightarrow q, p \vdash q$ *modus ponens*

(RND) $\vdash p, \vdash Op$ regra de necessitação deôntica

(PCD) $\vdash p \rightarrow q, \vdash Op \rightarrow Oq$ princípio de consequência deôntico (deduzido de A2 e RND)

Definição (tomado O como primitivo):

(DefP) $Pp =_{df} \neg O\neg p$ definição de permissão em termos de obrigação

2.3.3 Os paradoxos em espécie

Ainda que a literatura respectiva seja abundante em exemplos e distintas versões dos paradoxos mais conhecidos, os limites do trabalho não comportam um tratamento minucioso do tema ou das variadas soluções propostas.²⁸ Na exposição que se seguirá me restringirei aos paradoxos enfrentados pelos autores que integram a literatura principal e que revelam dados técnicos e filosóficos diretamente pertinentes aos propósitos desta pesquisa (especialmente a relação entre ação e proposição em lógica deôntica).

Como critério adicional de seleção, me deterei sobre os paradoxos que Navarro e Rodríguez consideram desafios mais robustos ao SDL. Tratam-se das três versões progressivamente mais fortes do paradoxo do bom-samaritano (paradoxo do *bom samaritano* propriamente dito, paradoxo do *conhecedor* e paradoxo do *assassinato gentil*) e do paradoxo de *Chisholm* ou das *obrigações contrárias ao dever*. Apresento, ainda, por sua longevidade e pela atenção que von Wright a ele dedica, o paradoxo de Ross. Todos os dilemas em apreço foram detalhadamente discutidos por Hector-Néri Castañeda, e as soluções por ele propostas serão desenvolvidas quando da apresentação de seu sistema lógico-filosófico.

²⁸ Remeto o leitor para o tratamento sistemático do tema oferecido por Txetxu Ausín (2005), obra da qual, ademais, me valerei para a exposição sintética dos paradoxos que interessam ao trabalho.

2.3.3.1 O paradoxo do bom samaritano

Ainda que o paradoxo possua inúmeras versões, o enunciado original de Prior é o que segue:

- (1) É proibido que alguém seja roubado;

PHp

- (2) Se o bom samaritano presta ajuda a alguém que foi roubado, então alguém foi roubado;

$q \rightarrow p$

- (3) É proibido que o bom samaritano ajude a alguém que foi roubado.

PHq

(2), PCD

Está em jogo aqui, como nas demais versões do paradoxo do bom samaritano, o resultado contraintuitivo gerado pelo princípio de consequência deôntico (PCD), segundo o qual de uma proposição que implica outra extrai-se que a obrigação da primeira implica a obrigação da segunda (e que, em razão da interdefinibilidade de obrigação (O) e proibição (PH), pode ser interpretada em termos do operador PH). A formalização desse raciocínio em termos de obrigações exigidas do bom-samaritano também dá azo a conclusões paradoxais. Tomando p como “prestar ajuda a quem foi roubado”, q como “alguém foi roubado” e a partir da premissa deôntica intuitiva de que é “obrigatório prestar ajuda a quem foi roubado” têm-se:

- (1) É obrigatório que o bom samaritano preste ajuda a quem foi roubado;

Op

- (2) Se o bom samaritano presta ajuda a quem foi roubado, então alguém foi roubado;

$p \rightarrow q$

CP

- (3) Se é obrigatório que o bom samaritano preste ajuda a quem foi roubado, então é obrigatório que alguém seja roubado;

$$Op \rightarrow Oq \quad (2), \text{PCD}$$

(4) É obrigatório que alguém seja roubado.

$$Oq \quad (1), (3), \text{MP}$$

Isto é, da obrigação original de prestar ajuda a quem é roubado, conclui-se, por PCD, que é obrigatório que alguém seja roubado.

2.3.3.2 O paradoxo do conhecedor

A versão original do paradoxo do bom samaritano, formulada por Prior (1958), foi dissolvida por meio de uma técnica que ficou conhecida como *solução de escopo*. Tal proposta retirava, sem definição de critérios precisos, a ação contraintuitivamente exigida do escopo do operador deôntico, mantendo apenas a obrigação original (no caso do dilema do bom samaritano, a obrigação consistente em proporcionar auxílio à vítima do roubo).

A versão de Åqvist (1967) consiste em reunir na mesma proposição tanto a ação cuja exigência corresponde ao dever central, quanto a ação proibida, de modo a impossibilitar a distinção de escopo responsável pela resolução do paradoxo primitivo. Trata-se, no exemplo, do *dever de saber* que uma conduta proibida é o caso. Adaptando a apresentação dessa proposta por Ausín (2005), relativa aos deveres de um corregedor de polícia (Haroldo) para com a conduta dos membros de uma corporação policial, especificamente do agente Alfredo, temos:

(1) É proibido que Alfredo maltrate o prisioneiro/é obrigatório que Alfredo não maltrate o prisioneiro ($PH\alpha \leftrightarrow O\neg\alpha$);

$$PHp \ (O\neg p)$$

(2) É obrigatório que Haroldo saiba que Alfredo maltratou o prisioneiro;

$$Oq$$

(3) Se Haroldo sabe que Alfredo maltratou o prisioneiro, então Alfredo maltratou o prisioneiro;

$$q \rightarrow p$$

- (4) Se é obrigatório que Haroldo saiba que Alfredo maltratou o prisioneiro, então é obrigatório que Alfredo maltrate o prisioneiro;

$$Oq \rightarrow Op \quad (3), \text{PCD}$$

- (5) É obrigatório que Alfredo maltrate o prisioneiro

$$Op \quad (2), (4), \text{MP}$$

- (6) É obrigatório que Alfredo não maltrate o prisioneiro e é obrigatório que Alfredo maltrate o prisioneiro

$$O\neg p \wedge Op \quad (1), (5)$$

O paradoxo do conhecedor, assim, tanto não se resolve por via da solução de escopo quanto gera uma verdadeira contradição na cadeia inferencial.

2.3.3.3 O paradoxo do assassinato gentil

Esta é a versão mais resistente da série de paradoxos do bom samaritano, tendo sido proposta por Forrester (1984). Castañeda o classifica como “o mais profundo paradoxo da lógica deôntica”²⁹ (1986, p. 155). A proposta de Forrester é a que segue:

- (1) É obrigatório que Smith não mate Jones;

$$O\neg p$$

- (2) É obrigatório que, se Smith mata Jones, que Smith o mate gentilmente;

$$O(p \rightarrow q)$$

- (3) $O(p \rightarrow q) \rightarrow p \rightarrow Oq$ (RDD*)³⁰

- (4) Se Smith mata Jones, é obrigatório que Smith o mate gentilmente;

$$p \rightarrow Oq \quad (2), (3/\text{RDD}^*)$$

²⁹ “Forrester discovered what in my opinion is the deepest paradox of deontic logic.”

³⁰ Nesse ponto, Forrester faz uso da modificação proposta por Castañeda na regra de distribuição deôntica (RDD) do SDL $O(p \rightarrow q) \rightarrow Op \rightarrow Oq$. Segundo esta regra, em uma implicação deôntica (submetida a algum operador deôntico) apenas ações podem ser modalizadas pelos operadores. Têm-se, assim, uma versão retificada de RDD (RDD*), onde p é uma proposição e A é uma ação: $O(p \rightarrow A) \rightarrow p \rightarrow OA$. Forrester não explicita em sua formalização a natureza agencial do escopo de O , mas como seu artigo é, em grande medida, uma resposta ao esforço de Castañeda de eliminação dos paradoxos por meio da distinção proposição-ação, torna-se evidente que o emprego de RDD* e não de RDD tem por finalidade demonstrar os limites dessa abordagem. Todas essas questões serão vistas em detalhe no tópico pertinente.

- (5) Smith mata Jones;
 p
- (6) É obrigatório que Smith mate Jones gentilmente;
 Oq (4), (5), MP
- (7) Se Smith mata Jones gentilmente, então Smith mata Jones³¹;
 $q \rightarrow p$
- (8) $\vdash p \rightarrow q / \vdash Op \rightarrow Oq$ (PCD*)
- (9) É obrigatório que Smith mate Jones;
 Op (7), PCD*
- (10) É obrigatório que Smith não mate Jones e é obrigatório que Smith mate Jones.
 $O\neg p \wedge Op$ (1), (10)

Após considerar cada um dos passos do argumento, Forrester diagnostica a fonte mais provável do dilema como sendo (8), isto é, o princípio de consequência deontico (inclusive na versão modificada de Castañeda). Tratando-se de uma regra de inferência básica dos sistemas deonticos, Forrester afirma: “se esta é efetivamente a maçã podre, o cesto inteiro da lógica deontica padrão deve estar em mal estado.”³² (1984, p. 197).

2.3.3.4 O paradoxo de Chisholm

A estrutura lógica da proposta de Chisholm, de um paradoxo relacionado a obrigações contrárias ao dever original, diz respeito à presença de uma sentença condicional por meio da qual uma obrigação é estipulada no caso de descumprimento de um dever anterior. Quando formulada em linguagem natural a cadeia inferencial permanece hígida. O paradoxo surge quando da transposição das sentenças para a linguagem simbólica. A versão de Chisholm (1963) é a seguinte:

³¹ A grande dificuldade de Castañeda reside nesse passo. No sistema deste autor, ambas as ações em questão aparentemente podem ser modalizadas por operadores. Desse modo, mesmo o princípio de consequência deontico modificada por Castañeda ($\vdash A \rightarrow B / \vdash OA \rightarrow OB$, PCD*) é incapaz de evitar a emergência do paradoxo.

³² “If this is indeed the rotten apple, the entire barrel of standard deontic logic must be in a bad way.”

- (1) Deve ser o caso que um certo homem vá em auxílio de seus vizinhos;
 Op
- (2) Deve ser o caso que se ele vai, ele informa aos vizinhos que está indo;
 $O(p \rightarrow q)$
- (3) Mas, se ele não vai, ele não deve informar aos vizinhos que está indo;
 $\neg p \rightarrow O\neg q$
- (4) Ele não vai;
 $\neg p$
- (5) O homem não deve informar aos vizinhos que está indo;
 $O\neg q$ (3), (4), MP

Apesar de a exposição em linguagem natural do raciocínio ser aparentemente consistente, a tentativa de formalizá-lo no âmbito do SDL gera problemas. A partir de (2) e de RDD têm-se que:

- (6) O homem deve informar aos vizinhos que está indo;
 Oq (2), RDD

O axioma de distribuição, porém, faz (5) e (6) emergirem conjuntamente, gerando um resultado contraditório.

- (7) O homem deve informar aos vizinhos que está indo e o homem não deve informar aos vizinhos que está indo.
 $Oq \wedge O\neg q$

Cumpramos notar que a objeção segundo a qual não se pode derivar Oq , já que a condição p para a sua ocorrência não é o caso no argumento, não é obstáculo ao paradoxo porque Oq não se conclui por *modus ponens* de p ($p \rightarrow Oq$, $p \therefore Oq$), mas por *modus ponens* de Op e pela aplicação de RDD a $O(p \rightarrow q)$. Seria o caso, então, como observam Navarro e Rodríguez, de retificar a formalização de (2) para, por exemplo, $p \rightarrow Oq$ (2'), ou de (3) para algo como $O(\neg p \rightarrow \neg q)$ (3').

Em ambos os casos $Oq \wedge O\neg q$ não é mais derivável. No entanto, (2') é uma consequência trivial de (4) e (3') é uma consequência trivial de (1) – através de uma diferente aplicação do princípio *ex falso sequitur quodlibet* em cada

caso – $((p \wedge \neg p) \rightarrow q)$ – e isto contradiz a não-redundância intuitiva do conjunto (1) a (5). Assim, o sistema-padrão de lógica deôntica aparentemente não dispõe de recursos para representar o conjunto original de sentenças de um modo que preserve tanto sua consistência quanto sua não-redundância.³³ (NAVARRO; RODRÍGUEZ, 2014, p. 47-48, tradução minha, adaptou-se)

A fórmula *ex falso sequitur quodlibet* é o conhecido *princípio da explosão* em sistemas lógicos, que dispõe que de uma contradição qualquer sentença pode ser provada. A provabilidade ilimitada de fórmulas em lógicas clássicas trivializa o sistema e é um resultado que deve ser evitado a todo custo. Ainda que o paradoxo de Chisholm não leve a tal resultado, o preço pago é a impossibilidade de representar simbolicamente um raciocínio deôntico perfeitamente intuitivo, bem como a impressão de que um componente clássico da linguagem normativa – normas condicionais – não possui um correlato formal seguro.

2.3.3.5 O paradoxo de Ross

O *puzzle* proposto por Alf Ross em 1941 foi um dos primeiros a receber atenção mais detida dos lógicos deônticos. Se o paradoxo de Chisholm exemplifica um caso de limitação dos sistemas formais na representação de argumentos intuitivos, o dilema de Alf Ross, por seu turno, consiste num típico caso de inadequação intuitiva não das fórmulas derivadas, mas da interpretação em linguagem natural de uma cadeia inferencial simbólica válida. A hipótese, no caso, é um teorema (tautologia) comum do cálculo proposicional:

$$(1) \quad p \rightarrow (p \vee q)$$

Se aplicarmos a ele PCD geramos outro teorema típico do SDL:

³³ “In either case $Oq \wedge O\neg q$ is no longer derivable. However, (2') is a trivial consequence of (4), and (3') is a trivial consequence of (1) – in each case by a different application of the principle *ex falso sequitur quodlibet* $((p \wedge \neg p) \rightarrow q)$ – and this contradicts the intuitive non-redundancy of the set (1) through (5). Hence, it seems that the standard system of deontic logic has no resources to represent the original set of sentences in a way that preserves both its consistency and non-redundancy.” (adaptado).

$$(2) Op \rightarrow O(p \vee q)$$

Ross, então, propõe a seguinte interpretação para a fórmula: se é obrigatório enviar uma carta, então é obrigatório enviá-la ou queimá-la. Essa tradução gera a possibilidade de adimplir um dever legítimo a partir da realização de uma ação que torna impossível o cumprimento do dever original. Von Wright considera o paradoxo de Ross uma dificuldade real e tende a ver nele um indício da necessidade de constituição da lógica deôntica a partir de operadores diádicos, em um momento, ou de uma reinterpretação da função analítica da lógica deôntica, em outro. Castañeda, dentre outros, atribui o paradoxo a um abuso de linguagem e não o considera um óbice legítimo ao sistema-padrão. Tratarei de ambas as análises adiante.

3 AÇÃO E PROPOSIÇÃO EM VON WRIGHT

3.1 INTRODUÇÃO

O pensador finlandês Georg Henrik von Wright notabilizou-se ao longo do século XX como responsável pela formulação de trabalhos em uma vasta gama de campos filosóficos, que abrangem a lógica proposicional, a lógica modal, a ética e a filosofia moral, a filosofia da ciência e, especialmente, os trabalhos de formalização lógica da filosofia prática, a saber, a lógica deôntica e a lógica da ação, que mais diretamente interessarão a este trabalho.

Correlata à extensão dos interesses filosóficos de von Wright está sua capacidade de propor constantes reformulações de seu pensamento, o que torna difícil precisar as teses definitivas que enfeixam os sistemas lógicos que propôs em seu período de atividade, bem como os conceitos unificadores de seus modelos analíticos. A isso se soma sua prolificidade como filósofo, que gerou uma extensa bibliografia autoral³⁴ e uma igualmente vasta bibliografia de comentários e obras que declinam direta filiação ao pensamento de von Wright.

Nada obstante, von Wright ocupa um papel central e, uma vez mais, pioneiro, na trajetória recente de constituição de sistemas lógicos especificamente interessados no conceito de ação. Procurarei apresentar os aspectos principais do esforço inaugural de von Wright e de que modo essa parte de seu projeto teórico reconduz o campo *normativo* ao espaço da *ação* e subordina a consistência formal e filosófica da lógica deôntica à prévia edificação de uma lógica das ações e dos agentes³⁵.

³⁴ Um resumo da trajetória intelectual de von Wright pode ser encontrado em González Lagier (1994, p. 16-30)

³⁵ Uma lógica da ação, por sua vez, pressupõe uma lógica de mudanças (VON WRIGHT, 1963, p. vii e Idem, 1968, p. 39). Aparentemente, portanto, o sistema lógico primitivo, sobre o qual são erigidos os demais, é a lógica de mudanças (*Logic of Change*). As mudanças relevantes para a lógica deôntica, porém, são aquelas levadas a termo por agentes e orientadas por normas. Aos três níveis lógicos postulados por von Wright – Lógica de Mudanças, Lógica da Ação, Lógica Deôntica – correspondem, respectivamente, os três conceitos básicos de estados de coisas, ações e normas. Mudanças podem ocorrer com ou sem a interferência de agentes. Aparentemente apenas o primeiro

Como indiquei há pouco, a obra wrightiana comporta constantes reformulações e os sistemas lógicos por ele propostos foram muitas vezes revisados, com a rejeição de determinadas concepções basilares de versões anteriores e, anos depois, novo endosso de teses abandonadas pelo caminho. Isso pode ser dito da maior proximidade ou afastamento definicional entre a lógica deôntica e a lógica modal, da natureza das unidades lógicas predicadas dos operadores, da gramaticidade de fórmulas mistas e de ordem superior, dentre outras concepções básicas. Esta proposta, portanto, longe de pretender oferecer uma topografia completa e minuciosa das idas e vindas teóricas de Von Wright, se concentrará sobre os textos selecionados (que não constituem, ademais a integralidade da bibliografia que guarda pertinência direta com os temas debatidos) e, ao menos quanto a esse recorte, procurará sistematizar as aludidas modificações em seu pensamento. Confira-se os quadros abaixo, que dispõem os sistemas de lógica deôntica estudados, conforme a caracterização sugerida por Von Wright, em colunas, e suas estruturas formais e conceituais (axiomas, regras de inferência, semântica, etc.) em linhas:

caso é relevante para a lógica deôntica (mudanças não-agenciais podem de algum modo interferir em condutas humanas, mas essa hipótese aparentemente não interessa ao autor). Tudo considerado, creio que, apesar do caráter primitivo da lógica de mudanças, a centralidade do conceito de ação (seja como escopo direito dos operadores, seja ao integrar a estrutura geral das normas por meio dos operadores de ação e omissão) nas diversas reformulações dos sistemas de lógica deôntica de von Wright, associada à pouca relevância de mudanças sem agentes para a lógica deôntica, levam à conclusão de que a ação deve ocupar o lugar central deste estudo. Dito de outro modo, se a lógica de mudanças é um pressuposto técnico da lógica da ação, a primazia ontológica cabe ao conceito de ação.

| Sistema | Deontic Logic (1951) | Norm and Action (1963) ³⁶ |
|-------------------------|--|---|
| Propriedades | | |
| Axiomas | Todas as tautologias do CP | Idem |
| | $P(A \vee B) \leftrightarrow PA \vee PB$ (princípio da distribuição deôntica) | $d(\neg pTp \vee pT\neg p) \leftrightarrow d(\neg pTp) \vee d(pT\neg p)$ $f(\neg pTp \vee pT\neg p) \leftrightarrow f(\neg pTp) \vee f(pT\neg p)$ (cálculo-df) |
| | Princípio da contingência deôntica ³⁷ | $d((pT\neg p) \wedge (qT\neg q)) \leftrightarrow d(pT\neg p) \wedge d(qT\neg q)$ $f((pT\neg p) \wedge (qT\neg q)) \leftrightarrow f(pT\neg p) \vee f(qT\neg q)$ (cálculo-df) |
| | $PA \vee \neg PA$ (princípio da permissão) | |
| Regras de inferência | $p \rightarrow q, p \vdash q$ (modus ponens) | Idem |
| | Se $\vdash p$, então $\vdash Op, Pp$ (regra da extensionalidade) | Idem |
| | Substituição (das fórmulas do CP por variáveis) | Idem |
| Definições | $OA \leftrightarrow \neg P\neg A$ | O e P não são interdefiníveis |
| Constantes individuais | Ações genéricas | Proposições |
| Semântica | A, B: performance OA, PB: valor-verdade | p, q : valor-verdade pTq : valor-verdade $d(pTq), f(pTq)$: valor-verdade $Od(pTq), Of(pTq),$ $Pd(pTq), Pf(pTq)$: expressões ambíguas: normas (?) ou proposições normativas (valor-verdade) |
| Operadores e conectivos | O, P (monádicos) | O, P (operadores deônticos, monádicos) T (conectivo de mudança, binário) d (operador de ação, monádico) f (operador de omissão, monádico) |

³⁶ O sistema de *Norm and Action* não é axiomático. As fórmulas equivalentes aos princípios de distribuição e contingência apenas representam o mecanismo de distribuição dos operadores de ação no cálculo.

³⁷ Von Wright sustenta que $O(A \vee \neg A)$ e $\neg P(A \wedge \neg A)$ não são teoremas do sistema e denomina esta regra de *Princípio da Contingência Deôntica*. Uma vez que estas fórmulas não se seguem dos dois demais axiomas e regras de inferência, da perspectiva da construção axiomática de *Deontic Logic* o princípio não configura um axioma (HILPINEN; MCNAMARA, 2013, p. 32).

| Sistema | An Essay in Deontic Logic (1968) ³⁸ | Norms, Truth and Logic (1982) ³⁹ |
|------------------------|--|--|
| Propriedades | | |
| Axiomas | Idem | Idem |
| | $(p \vee qTrvs) \leftrightarrow (pTr) \vee (pTs) \vee (qTr) \vee (qTs)$ $(p \vee qlrvs) \leftrightarrow (plr) \vee (pls) \vee (qlr) \vee (qls)$ | $P(p \vee q) \leftrightarrow Pp \vee Pq$ |
| | $(pTq) \wedge (pTr) \rightarrow (pTq \wedge r)$ $(plq) \wedge (plr) \rightarrow (plq \wedge r)$ | $P(p \vee \neg p)$ |
| | $p \leftrightarrow (pTq \vee \neg q)$ $p \leftrightarrow (plq \vee \neg q)$ | $O(p \vee \neg p)$ |
| | $\neg(pTq \wedge \neg q)$ $\neg(plq \wedge \neg q)$ | $O(Op \rightarrow p)$ Lógica de normas de ordem superior |
| | $M(p \vee q) \leftrightarrow Mp \vee Mq$ $p \rightarrow Mp$ $\neg M(p \wedge \neg q)$ (axiomas modais do cálculo-TIM) | $Op \rightarrow OOp$ Lógica de normas de ordem superior |
| Regras de inferência | Idem | Idem |
| | Idem | Idem |
| | Idem | Idem |
| Definições | $Op \leftrightarrow \neg P\neg p$ $Np \leftrightarrow \neg M\neg p$ | $Op \leftrightarrow \neg P\neg p$ |
| Constantes individuais | Proposições | Proposições |
| Semântica | p, q : valor-verdade pTq : valor-verdade | expressões deônticas e sistemas deônticos integralmente considerados: valor de satisfabilidade |

³⁸ No sistema de operadores diádicos de *An Essay*, von Wright oferece seis interpretações distintas para permissão e seis interpretações para obrigação. Dessas, o autor opta por considerar, respectivamente, como acepções canônicas de $O(p/q)$ e $P(p/q)$ O_1 (em *todos os mundos possíveis* nos quais é verdadeiro que q *nenhum* mundo possível é permitido no qual *não* é verdadeiro que p) e P_2 (em *todos os mundos possíveis* nos quais é verdadeiro que q *algum* mundo possível é permitido no qual é verdadeiro que p) (VON WRIGHT, 1963, p. 22-36). Ademais, há apresentações axiomáticas tanto do cálculo-T primário, quanto do cálculo-I (lógica da ação) construído sobre este. Apresentaremos os axiomas e regras de inferência referentes a ambos.

³⁹ Os sistemas de *Norms, Truth and Logic* não são propriamente axiomáticos. Von Wright, no entanto, oferece uma apresentação desse tipo, advertindo, porém, que as regras e axiomas constituem meros objetos de aferição da racionalidade de sistemas normativos concretos. De todo modo, a apresentação aqui diz respeito apenas ao sistema deôntico básico, desconsiderado o sistema agencial (para o qual não são oferecidas regras de natureza axiomática).

| | | |
|--------------------------------|--|---|
| | $pT(\neg plp)$: valor-verdade $O(pT(\neg plp))$: valor-verdade $P(pT(\neg plp))$: valor-verdade $N(pT(\neg plp))$: valor-verdade $M(pT(\neg plp))$: valor-verdade | |
| Operadores e conectivos | O, P (operadores deônticos, diádicos) T (conectivo de mudança, binário) I (conectivo de ação, binário) M (operador de possibilidade) N (operador de necessidade) | B (produção e eliminação) S (conservação) \neg (símbolo de omissão, aplicável a B e S) O, P (operadores deônticos) |

3.2 DEONTIC LOGIC (1951)

O que em especial chamara a atenção de von Wright quando da elaboração do sistema deôntico de 1951 foram as analogias entre as modalidades aléticas (necessidade, possibilidade), epistêmicas (o verificado, o falseado), existenciais/quantificacionais (o universal, o existente e o vazio) e deônticas (permissão, obrigação). Tais relações, com destaque para o paralelismo existente entre os modos aléticos e deônticos, se revelariam cruciais para o desenvolvimento da disciplina e determinariam o principal curso de investigações em lógica deôntica, como tivemos a oportunidade de observar por ocasião da comparação entre o sistema-padrão deôntico e seu equivalente modal.

Von Wright, porém, não se deteve na perquirição das apontadas equivalências. Já aqui o autor reconhece a existência de uma noção anterior ao conceito de norma, cuja exploração aparenta ser condição necessária para a constituição da lógica deôntica. Trata-se do conceito que recai no escopo dos operadores deônticos (ou seja, o objeto linguístico que é tornado obrigatório, permitido ou proibido) e que entra na constituição formal das entidades normativas. Falo, evidentemente, das *ações*⁴⁰. Não de quaisquer ações, a exemplo de ações

⁴⁰ Esta posição se alterará inúmeras vezes ao longo do percurso intelectual de von Wright. A opção em geral será caracterizar o escopo como uma proposição.

individualmente consideradas (casos individuais de ações), mas de ações genéricas⁴¹ (A, B), representando propriedades ou qualidades de atos individuais.

Semanticamente, as ações genéricas exibem valores de performance (realização), ainda que o autor não refine seu entendimento acerca das características da interpretação sugerida ou conceba tabelas-verdade análogas às tabelas da lógica proposicional. Assim, uma ação (ato) é uma função de performance de outras ações (atos) se o seu valor de performance depende do valor de performance das outras ações atribuídas ao mesmo agente (VON WRIGHT, 1951, p. 2). Trata-se da mesma correlação técnica verificada entre proposições, valores de verdade e funções de verdade, o que evidencia a base proposicional empregada na construção do sistema. Normas, por seu turno, são constituídas pela associação de uma modalidade deôntica (apenas obrigação e permissão no sistema de 1951) a uma ação genérica. Essa unidade completa é também denominada *proposição deôntica*. Von Wright não se pronuncia explicitamente sobre o estatuto semântico das proposições deônticas. Sustenta, porém, a existência de verdades lógicas especificamente relacionadas à natureza normativa dos sistemas lógicos deônticos (Idem, Ibidem, p. 5-6).

Sintaticamente, o operador P (permissão) é tomado como primitivo e tornado interdefinível, sendo capaz de representar as noções deônticas derivadas de obrigação (O), em primeiro lugar, e também de proibição (PH) e opção ou indiferença (OP), conforme os esquemas de definição apresentados abaixo⁴² (Idem, Ibidem, p. 4-5):

⁴¹ Von Wright conceitua vagamente *ações genéricas* como ações concebidas como propriedades (*properties*) e não casos espaço-temporalmente localizáveis de ações (ações individuais) (Idem, 1963, p. 36 e Idem, 1951, p. 2). González Lagier, por seu turno, oferece a seguinte definição informal: “[...] en el primer caso [ação individual, assassinato de César] conversábamos acerca de una acción que se correspondía con un segmento de la realidad, con algo que realmente aconteció en un momento y en un lugar determinado, hablábamos de un acto individual. Podemos señalar la *ocasión* en que ocurrió la acción, es decir, podemos localizarla en el espacio y en el tiempo. Espacio y tiempo actúan como “principia individuationis”. En el segundo caso, por el contrario, no nos referimos en general a ninguna acción real: no hay nada empírico que sea El Asesinato. Cuando de Quincey afirma que “el asesinato puede tomarse por su lado moral (...), o bien cabe tratarlo estéticamente” no se refiere a ningún asesinato que vaya a ocurrir. Se refiere a la *clase* de hechos que se encuentran incluidos en la extensión del verbo “asesinar”, es decir a una categoría de actos.” (LAGIER, 1994, p. 49, grifos do original, nota explicativa minha).

⁴² A notação utilizada nas definições apresentadas é levemente distinta da que von Wright emprega, e o esquema permite algumas extensões modificadas em relação ao artigo de 1951, como a definição de um operador autônomo OP (opcionalidade), inexistente na apresentação original. O conceito de

| | |
|---|--|
| $PHA \leftrightarrow \neg PA$ | (proibido A é equivalente a não permitido A) |
| $OA \leftrightarrow \neg P\neg A$ | (obrigatório A é equivalente a não permitido não-A) |
| $OPA \leftrightarrow PA \wedge P\neg A$ | (A é indiferente/opcional é equivalente a A é permitido e não-A é permitido) |

O sistema é, ainda, constituído pelos dois axiomas seguintes:

| | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| $P(A \vee B) \rightarrow PA \vee PB$ | (princípio da distribuição deôntica) |
| $PA \vee \neg PA$ | (princípio da permissão) |

Se a anterioridade lógica do conceito de ação em relação ao conceito de norma foi aqui sugerida, a isso não correspondeu a opção metodológica pelo desenvolvimento de um sistema lógico de ações previamente ao sistema de lógica deôntica propriamente dito. Os conceitos de ação e norma são frouxamente integrados do seguinte modo: as ações genéricas são modalizáveis por via dos operadores de permissão (PA) e obrigação (OA), constituindo proposições deônticas. Estas, por sua vez, são interpretadas como descrições de normas que exigem a ação submetida ao operador deôntico.

De igual maneira, a formulação do sistema deôntico sobre a base técnica da lógica proposicional parece ter sido realizada de modo descuidado (o que von Wright admitirá⁴³). Em primeiro lugar, os conectivos funcional-veritativos tradicionais do

opção/indiferença, porém, é ali efetivamente introduzido e definido nos exatos termos de OP. Há, ainda, os conceitos de incompatibilidade e compromisso, simbolicamente representados pelas fórmulas $\neg P(A \wedge B)$ e $O(A \rightarrow B)$, que também não se exprimem por meio de operadores próprios.

⁴³ "Categorias de atos foram tomadas como 'entidades proposicionais', i.e. entidades sobre as quais as operações funcional-veritativas de negação, conjunção, disjunção, etc., podem se aplicar. Tomei expressões do tipo OA ou $P(A \& \sim B)$ como representativas de proposições, de modo que algumas categorias de atos foram consideradas obrigatórias ou permitidas. Assim, a possibilidade de combinar expressões por meio de conectivos de verdade foi tida como certa. Eu também, no entanto, implicitamente considerei estas representações como normas que impunham ou permitiam ações. Não me ocorreu, então, que isto tornou problemática a aplicabilidade de conectivos verifuncionais a essas expressões." (Idem, 1963, p. v, grifos do original, tradução minha) "Act-categories were treated as 'proposition-like entities', i.e., entities on which the truth-functional operations of negation, conjunction, disjunction, etc., can be performed. The meanings of expressions such as OA or $P(A \& \sim B)$ I regarded as propositions to the effect that certain categories of acts are obligatory or permitted. Thus the possibility of combining the expressions by means of truth-connectives was taken for granted. I also, however, implicitly regarded these meanings as norms enjoining or permitting acts. It did not then occur to me that this made the applicability of truth-connectives to the expressions problematic."

cálculo sentencial⁴⁴ foram livremente aplicados às ações genéricas puras (não modalizadas), como se se tratassem de entidades proposicionais. Alguns problemas podem emergir desta decisão metodológica. O mais evidente diz respeito ao atributo *funcional-veritativo* associado aos conectivos, isto é, ao papel que cumprem na modulação e transferências dos valores de verdade entre fórmulas por eles ligadas. Se de antemão sabemos que ações genéricas não são expressões verdadeiras ou falsas (uma vez que são semanticamente caracterizadas por meio de valores de *performance*), torna-se problemática a função dos conectores junto a símbolos de ações.

Pode-se argumentar que von Wright procurou apenas apreender as acepções intuitivas⁴⁵ dos conectivos quando os utilizou na construção de fórmulas moleculares agenciais, sem se comprometer com a repercussão semântica da gramática lógica de ações. Isso também não seria menos problemático. Se no âmbito da lógica proposicional existem dificuldades relativas à consolidação de interpretações canônicas para os conectivos, o que dizer, então, da interpretação dos conectivos aplicados a ações, sem que haja clareza sobre o próprio conceito wrightiano de ação? Por fim, a mesma estrutura lógica proposicional (inclusive em relação à aplicação dos conectivos) valeria também para as proposições deônticas. Estas expressões designam propriamente as normas do sistema wrightiano e são tomadas aqui como detentoras de valores-verdade. Todas as questões mencionadas, portanto, voltam a emergir também em relação às proposições deônticas, com as dificuldades adicionais que surgem a partir da consideração de que normas são aqui efetivamente verdadeiras ou falsas.

De todo modo, *Deontic Logic* impulsionou tremendamente os estudos formais de prescrições e imperativos, sugerindo que lógicas normativas adequadas ao seu objeto linguístico deveriam ser primeiramente formuladas sobre o conceito de ação (e não de proposição), isto é, como lógicas do dever-fazer.

⁴⁴ Conjunção (\wedge), disjunção (\vee), negação (\neg), implicação (\rightarrow) e equivalência (\leftrightarrow).

⁴⁵ As acepções 'e' (conjunção), 'ou' (disjunção inclusiva), 'não' (negação), 'se..., então' (implicação), 'se, e somente se' (equivalência).

3.3 NORM AND ACTION (1963)

Norm and Action, de 1963, é um projeto teórico de maior envergadura que, ao lado de retificações técnicas importantes, como a construção gradual do sistema de lógica deôntica sobre o substrato formal de subsistemas menores (lógicas da mudança e da ação e omissão) e a formulação de operadores correlatos, propõe uma teoria analítica dos conceitos que von Wright considerou mais caros para o desenvolvimento de uma lógica normativa, como ação, omissão, mudança, agência, ocasião, etc.

A teoria geral da ação de *Norm and Action* tem início com uma importante reordenação no curso de estabelecimento dos conceitos fundamentais dos sistemas normativos. Se ações e normas são concomitantemente reunidas em um sistema formal simples de lógica proposicional em 1951, agora é necessário dar um passo atrás para construir, antes, um modelo formal de ações e agentes: “uma Lógica da Ação acabou se revelando um requisito necessário de uma Lógica de Normas ou Lógica Deôntica.”⁴⁶ (VON WRIGHT, 1963, p. vii, tradução minha).

De qualquer maneira, a anterioridade lógica do conceito de ação já estava subentendida no sistema de 1951. Como tivemos a oportunidade de observar, um modelo formal de ações puras (não modalizadas) havia sido construído sobre a exata base técnica da lógica proposicional, valendo-se von Wright das mesmas relações funcional-veritativas pertinentes ao uso de conectivos na lógica proposicional, com a diferença de que as fórmulas atômicas do cálculo eram interpretadas como ações (genéricas) semanticamente dotadas de valores de realização, isto é, nada mais que versões agenciais dos valores de verdade proposicionais. Desse modo, o cálculo exibia, inclusive, tabelas de verdade que espelhavam as interpretações valorativas classicamente atribuídas aos conectivos booleanos.

Em *Norm and Action*, porém, von Wright sustenta que esse único recuo não é suficiente. Ações não são os conceitos logicamente primários em um sistema

⁴⁶ “A Logic of Action turned out to be a necessary requirement of a Logic of Norms or Deontic Logic.”

deôntico. Seria preciso, portanto, desvendar a identidade dos objetos lógicos implicados por ações e conceber um novo sistema formal que os representasse.

É possível dizer que a lógica formal, como nós hoje a conhecemos, é essencialmente a lógica de um mundo estático. Seus objetos básicos são estados de coisas possíveis e as respectivas análises em termos de categorias como coisa, propriedade e relação. Não há espaço para mudança nesse mundo. Proposições são concebidas como definitivamente verdadeiras ou falsas – não como verdadeiras agora, e agora falsas. Ações, entretanto, estão essencialmente vinculadas a mudanças. Um estado não-presente pode vir a ser como resultado da interferência humana com o mundo; ou um estado presente pode ser compelido a desaparecer. Ações são capazes de manter estados de coisas que de outro modo desapareceriam ou suprimir estados que de outra maneira viriam a ser. Uma exigência necessária de uma Lógica da Ação é, por conseguinte, uma Lógica de Mudanças.⁴⁷ (Idem, Ibidem, p. vii, tradução minha)

O duplo recuo conceitual proposto por von Wright, assim, nos conduz ao conceito de *mudança*. A construção deste conceito respeitará o propósito lógico de subsumi-lo progressivamente à lógica da ação e à lógica deôntica. Uma mudança, portanto, é um evento estruturado a partir de duas proposições dispostas como um par ordenado, de modo que a primeira representaria o estado inicial (*initial state*) e a segunda corresponderia ao estado final (*end-state*), unidas por um operador de mudança T (Idem, Ibidem, p. 27-28). Simbolicamente:

pTq (um estado de coisas p se transforma em um estado de coisas q)

O exemplo clássico oferecido por von Wright é o da abertura e fechamento de uma janela. Leia-se a proposição p como “a janela está aberta”. As descrições de transformações do cálculo de mudanças (cálculo-T) correspondem a eventos processados dentro de um lapso temporal. As quatro mudanças ou transformações elementares de p para o exemplo são⁴⁸:

⁴⁷ “We could say that formal logic, as we know it to-day, is essentially the logic of a static world. Its basic objects are possible states of affairs and their analysis by means of such categories as thing, property, and relation. There is no room for change in this world. Propositions are treated as definitely true or false – not as now true, now false. [...]. Acts, however, are essentially connected with changes. A state which is not there may come into being as a result of human interference with the world; or a state which is there may be made to vanish. Action can also continue states of affairs which would otherwise disappear, or suppress states which would otherwise come into being. A necessary requirement of a Logic of Action is therefore a Logic of Change.”

⁴⁸ Von Wright (Ibidem, p. 49) constrói uma tabela com as condições de ação, ações, omissões e resultados elementares. Essa tabela, ademais, indica as interpretações em linguagem natural das fórmulas elementares concebidas. Ao apresentá-las seguirei as sugestões do autor.

| | |
|-----------------|---|
| pTp | (a janela permanece aberta/ p permanece) |
| $pT\neg p$ | (a janela se fecha/ p desaparece) |
| $\neg pTp$ | (a janela se abre/ p acontece) |
| $\neg pT\neg p$ | (a janela permanece fechada/ p permanece ausente) |

A lógica de mudanças, assim construída, não é capaz de retratar transformações levadas a efeito pela ação humana. O cálculo-T constitui uma extensão da lógica proposicional e se presta a apreender simbolicamente transformações entre estados de coisas ou descrições de *eventos*, sem que se possa atestar que tipo de relação causal dá origem às mudanças por ele representadas.

Assim como apenas uma categoria específica de mudanças interessa à lógica da ação (mudanças causalmente relacionadas a ações e agentes), apenas um tipo de ação será relevante para formalização do cálculo em apreço, qual seja, uma ação que gere mudança.

“Uma ação não é uma mudança no mundo. Muitas ações, porém, podem ser adequadamente descritas como trazendo ou *gerando* (voluntariamente) uma mudança. Agir é, em certo sentido, *interferir* no ‘curso da natureza’. [...] A Lógica da Ação [...] será primariamente considerada uma lógica de atos que provocam mudanças entre estados de coisas. Não lidaremos com outros tipos de ação em nossa teoria formal”.⁴⁹ (Idem, *Ibidem*, p. 36, grifos do original, tradução minha)

É relevante considerar a relação lógica que von Wright estabelece entre ações e mudanças. Toda ação tende a gerar mudanças, mesmo aquelas denominadas pelo autor como *não-mudanças*. Trata-se do caso de uma ação que gera a transformação pTp , isto é, a permanência de um estado de coisas que, do contrário (na ausência de uma ação), se transformaria em $\neg p$. De qualquer modo há na lógica da ação wrightiana uma relação intrínseca entre ações e estados de coisas. Ações são interpretadas como geradoras de transformações, de mundos em um formato para mundos em outro formato.

⁴⁹ “An act is not a change in the world. But many acts may quite appropriately be described as the bringing about or *effecting* (‘at will’) of a change. To act is, in a sense, to *interfere* with ‘the course of nature’. The Logic of Action [...] will primarily be a logic of acts which effect changes among states of affairs. Other types of action will not be explicitly dealt with in our formal theory.”

Na teoria da ação esboçada por von Wright, ademais, ações dependem de uma *ocasião* apropriada para a sua ocorrência e de que o resultado do ato não ocorra “por si mesmo” (e, assim, que a ação seja determinante para a ocorrência do resultado). Esse último caso, por sinal, corresponde a uma terceira modalidade de estado, além dos estado-inicial e do estado-final, denominada por Hilpinen e McNamara (2013, p. 97) de estado-contrário (*counter-state*) ou elemento contrafactual da ação. Ocasões afiguram-se como oportunidades para agir e pressupostos lógicos para a ocorrência de ações. No exemplo anterior, da abertura e fechamento de uma janela, as condições para a ação no primeiro caso são um estado de coisas tal que a janela esteja fechada e que a abertura decorra de modo relevante da ação e, no segundo, um estado de coisas tal que a janela esteja aberta e seja fechada determinadamente por uma ação.

Formalmente, a representação de mudanças provocadas por agentes depende da explicitação no cálculo de um elemento que associe a mudança à ação. Isso se dará por meio da integração de um novo operador ao cálculo-T, o operador d. Correlatas às quatro mudanças elementares, existem quatro ações elementares, interpretadas do seguinte modo:

| | |
|--------------------|--|
| $d(pTp)$ | (a janela permanece ativamente aberta/ p é conservado) |
| $d(pT\neg p)$ | (a janela é fechada/ p é destruído) |
| $d(\neg pTp)$ | (a janela é aberta/ p é produzido) |
| $d(\neg pT\neg p)$ | (a janela permanece ativamente fechada/ p é impedido) |

Oportuno notar que no novo modelo para a designação formal de ações, o caráter agencial da fórmula não se encontra mais vinculado a um conceito ou símbolo que represente diretamente no alfabeto lógico uma ação. Nem p , nem as expressões-T, nem d, por si mesmos, são variáveis agenciais. p simboliza uma classe de proposições, pTp uma classe de mudanças, e d isoladamente não constitui qualquer fórmula bem-formada do cálculo. A incidência de d sobre p – $d(p)$ –, porém, tem o condão de modalizar a proposição de modo que esta passa a ser considerada *agencialmente*. É, então, esta unidade completa de operador mais

variável proposicional que reproduz no sistema de *Norm and Action* uma ação genérica⁵⁰.

A lógica da ação de 1963, porém, não está completa apenas com a inserção de *d* em seu vocabulário. Há uma outra ordem de atitudes que não se incluem frequentemente na acepção tradicional de ação, mas que serão consideradas simetricamente relevantes para a modalização de proposições e de mudanças. Trata-se do conceito de omissão (*forbearance*), retratado por meio do símbolo 'f'. As quatro omissões elementares são:

| | |
|--------------------|--|
| $f(pTp)$ | (a janela deixa de ser mantida aberta/omite-se a conservação de p) |
| $f(pT\neg p)$ | (a janela deixa de ser fechada/omite-se a destruição de p) |
| $f(\neg pTp)$ | (a janela deixa de ser aberta/omite-se a produção de p) |
| $f(\neg pT\neg p)$ | (a janela deixa de ser mantida fechada/omite-se o impedimento de p) |

Em todos os casos as expressões traduzem abstenções da mudança descrita entre parênteses. Isso significa que o estado efetivamente verificado após a omissão é oposto ao estado descrito pela proposição à direita do conectivo *T*. Ou seja, as mudanças efetivamente verificadas e correspondentes às omissões elementares são respectivamente, $pT\neg p$, pTp , $\neg pT\neg p$ e $\neg pTp$.

Ações e omissões equivalentes são mutuamente exclusivas. Isto é, uma ação $d(\neg pTp)$ não pode ocorrer na mesma ocasião que uma omissão $f(\neg pTp)$. Não só isso, mas quaisquer duas ações elementares dentre as quatro possíveis são mutuamente exclusivas. Não existe, portanto, ocasião que constitua uma oportunidade para a realização de duas ações elementares; apenas uma delas pode ser realizada em dada ocasião. Com respeito às omissões, as mesmas observações valem. Omissões elementares são também mutuamente exclusivas.

⁵⁰ Apesar disso e exprimindo a posição conceitual desta obra, as expressões-*df*, a par de descreverem ações e omissões, expressam também proposições. Essa opção se coaduna com o caráter intrínseco da relação entre ações e estados de coisas que, como tivemos a oportunidade de observar, diz respeito à restrição das ações que interessam à Lógica da Ação como sendo aquelas que geram mudanças, isto é, transformações entre estados de coisas.

Nessa altura o sistema atinge seu último estágio de elaboração. A partir da lógica proposicional (p) foi construída uma lógica de mudanças (pTp). Com a adição de mais dois operadores, von Wright propõe o cálculo-df – $d(pTp)$ ou $f(pTp)$. A lógica deôntica em *Norm and Action* é constituída pela inclusão dos operadores clássicos de obrigação (O) e permissão (P) ao cálculo-df. Como foi feito em relação aos demais subsistemas, seguem as expressões deônticas elementares⁵¹:

| | |
|---------------------|---|
| $Od(pTp)$ | (é obrigatório que a janela permaneça ativamente aberta/é obrigatório que p seja conservado) |
| $Od(pT\neg p)$ | (é obrigatório que a janela seja fechada/é obrigatório que p seja destruído) |
| $Od(\neg pTp)$ | (é obrigatório que a janela seja aberta/é obrigatório que p seja produzido) |
| $Od(\neg pT\neg p)$ | (é obrigatório que a janela permaneça ativamente fechada/é obrigatório que p seja evitado) |
| $Of(pTp)$ | (é obrigatório que a janela deixe de ser mantida aberta/é obrigatório que a conservação de p seja omitida) |
| $Of(pT\neg p)$ | (é obrigatório que a janela deixe de ser fechada/é obrigatório que a destruição de p seja omitida) |
| $Of(\neg pTp)$ | (é obrigatório que a janela deixe de ser aberta/é obrigatório que a produção de p seja omitida) |
| $Of(\neg pT\neg p)$ | (é obrigatório que a janela deixe de ser mantida fechada/é obrigatório que o impedimento de p seja omitido) |
| $Pd(pTp)$ | (é permitido que a janela permaneça ativamente aberta/é permitido que p seja conservado) |
| $Pd(pT\neg p)$ | (é permitido que a janela seja fechada/é permitido que p seja destruído) |
| $Pd(\neg pTp)$ | (é permitido que a janela seja aberta/é permitido que p seja produzido) |

⁵¹ Von Wright apresenta apenas as interpretações das normas de dever. Quanto às normas permissivas, há um longo excursus acerca do seu exato conceito (Idem, Ibidem, p. 85-92) que não me interessará aqui. Basta dizer que para a construção do cálculo permissões serão consideradas conceitualmente independentes. Encerro aqui a apresentação dos cálculos de *Norm and Action*. Não farei a exposição, assim, do modelo de normas condicionais proposto pelo autor.

| | |
|---------------------|---|
| $Pd(\neg pT\neg p)$ | (é permitido que a janela permaneça ativamente fechada/é permitido que p seja evitado) |
| $Pf(pTp)$ | (é permitido que a janela deixe de ser mantida aberta/é permitido que a conservação de p seja omitida) |
| $Pf(pT\neg p)$ | (é permitido que a janela deixe de ser fechada/é permitido que a destruição de p seja omitida) |
| $Pf(\neg pTp)$ | (é permitido que a janela deixe de ser aberta/é permitido que a produção de p seja omitida) |
| $Pf(\neg pT\neg p)$ | (é permitido que a janela deixe de ser mantida fechada/é permitido que o impedimento de p seja omitido) |

As fórmulas dos cálculos correspondentes aos subsistemas de proposições, de mudanças e de ações expressam unanimemente proposições: “expressões-p, expressões-T, expressões-df, dissemos, são símbolos sentenciais ou esquemas sentenciais. *Eles expressam proposições*. Eles descrevem estados de coisas genéricos, mudanças e ações ou omissões, respectivamente.”⁵² (Idem, Ibidem, p. 73, grifo meu, tradução minha).

Ora, as frases-O/P ou frases deônticas mantêm, nesse particular, a equivalência expressiva que caracteriza as fórmulas dos subsistemas sobre os quais é erigido o sistema deôntico (e, nesse sentido, tratam-se de proposições deônticas verifuncionais)? Normas, portanto, são verdadeiras ou falsas no mesmo sentido em que proposições descritivas o são ou há algo mais a ser dito acerca da estrutura sintática e semântica de prescrições? Enunciados normativos, dirá von Wright, são intrinsecamente ambíguos:

Suponha que eu diga a alguém em resposta a uma questão, por exemplo: ‘Você pode estacionar seu carro em frente à minha casa.’ Isso é a formulação de uma norma? É fácil perceber que existem duas possibilidades a serem consideradas aqui. Ao responder com essas palavras, eu posso, na verdade, estar *concedendo permissão* ao interlocutor para estacionar seu carro em frente à minha casa. Nesse caso, a frase foi (utilizada como) uma norma. Ela não exprimiu o que quer que seja que fosse verdadeiro ou falso. As mesmas palavras, porém, poderiam ter sido usadas para *dar informação* ao interlocutor acerca das regras existentes sobre o estacionamento de veículos. Nesse caso, a frase foi descritiva. Ela

⁵² “p-expressions, T-expressions, df-expressions, we have said, are sentential symbols or sentence-schemas. They express propositions. They describe generic states of affairs, changes, and acts or forbearances respectively.”

foi utilizada para emitir um juízo verdadeiro ou falso. Denominarei este tipo de juízo de *normativo*. As exatas mesmas palavras podem, assim, ser utilizadas para enunciar uma norma (atribuir uma prescrição) e emitir uma asserção normativa. Essa ambiguidade, ademais, parece ser característica de sentenças deônticas em geral.⁵³ (Idem, *Ibidem*, p. 104-105, grifos do original, tradução minha)

[...]

Como sabemos, sentenças deôntica em sentido comum exibem uma ambiguidade característica. Em algumas ocasiões, elas são utilizadas como formulações de normas. Chamaremos este uso de uso descritivo. Quando utilizadas descritivamente, frases deônticas expressam o que chamamos de proposições normativas. Se normas são prescrições, proposições normativas exprimem a aceção de que tal e qual prescrição 'existe', isto é, foi promulgada e está em vigor.⁵⁴ (Idem, *Ibidem*, p. 132, tradução minha)

Cumprе notar que a questão acerca da interpretação cabível ao discurso normativo, quando entendida no interior do cálculo deôntico, não concerne à natureza das normas, isto é, não se trata de decidir se entidades linguísticas normativas são prescrições ou proposições. Se se cuidasse de aferir a estrutura conceitual de normas não haveria dúvida para von Wright quanto à resposta apropriada. Normas são prescrições e, como tal, são destituídas de valores de verdade. Essa definição, porém, não nos libera do problema de saber quais devem ser as características de um sistema lógico capaz de formalizar deveres, permissões ou proibições. A questão, portanto, está relacionada à estrutura simbólica do cálculo, a saber, o que a lógica deôntica é ou não capaz de representar. Se esse for um óbice intransponível e se a linguagem normativa efetivamente exibir a ambiguidade que é apontada por von Wright, então é preciso que seja tomada a decisão metodológica de declinar precisamente qual dessas opções deve ser preferida na representação simbólica.

⁵³ "Suppose I say to someone, for example in reply to a question: 'You may park your car in front of my house.' Is this a norm-formulation? It is easy to see that there are two possibilities to be considered here. In replying with those words I might actually have been *giving permission* to the questioner to park his car in front of my house. In this case the sentence was (used as) a norm-formulation. It did not say anything which was true or false. But the same words might also have been used for *giving information* to the questioner concerning existing regulations about the parking of cars. In this case the sentence was a descriptive sentence. It was used to make a, true or false, statement. I shall call this type of statement a *normative statement*. The very same words may thus be used to enunciate a norm (give a prescription) and to make a normative statement. This ambiguity, moreover, seems to be characteristic of deontic sentences generally."

⁵⁴ "As we know [...] deontic sentences in ordinary usage exhibit a characteristic ambiguity. Sometimes they are used as norm-formulations. We shall call this their descriptive use. When used descriptively, deontic sentences express what we called norm-propositions. If the norms are prescriptions, norm-propositions are to the effect that such and such prescriptions 'exist', *i.e.* have been given and are in force."

Ora, como pudemos verificar a respeito do sistema original de von Wright, de 1951, as maiores dificuldades técnicas, na ocasião, estavam relacionadas ao tratamento conferido pelo autor aos conectivos funcional-veritativos da lógica proposicional. Estes foram livremente empregados para estabelecer relações de inferência entre entidades não-proposicionais, quais sejam, ações. Como a característica básica da relação de inferência, em termos semânticos, é a propriedade de transmissão da verdade ao longo da cadeia inferencial, sustentar relações desse tipo entre símbolos de ações destituídos de valores-verdade revelou-se, no mínimo, problemático. O mesmo poderia ser dito acerca de uma lógica deôntica que assumisse o emprego de conectivos sentenciais entre normas, caso esta fosse a interpretação optada no tocante à apontada ambiguidade linguística.

Assim, no caso de fórmulas deônticas atômicas que, como tal, não geram as dificuldades derivadas da interpretação conferida aos conectivos lógicos, von Wright manteve não-resolvida a ambiguidade. Ou seja, fórmulas do tipo $Od(pTp)$, $Pd(pTp)$, $Of(pTp)$, $Pf(pTp)$, $Od(\neg pTp)$, $Pd(\neg pTp)$, $Of(\neg pTp)$, $Pf(\neg pTp)$, etc, poderiam ser lidas livremente, tomadas tanto como normas, quanto como proposições normativas. No caso de qualquer fórmula molecular, estruturada sobre qualquer dos conectivos, a dificuldade técnica tomou a decisão por von Wright: fórmulas moleculares e cadeias inferenciais deônticas somente poderiam ser interpretadas como proposições normativas, isto é, descrições de normas propriamente ditas.

Para se livrar das dificuldades técnicas impostas pela interpretação dos conectivos sentenciais e da ambiguidade normativa, o sistema de *Norm and Action* apresenta-se como uma espécie de metalógica deôntica. Seu poder de representação direta de normas em sentido próprio mantém-se adstrito às fórmulas atômicas. Em todos os demais casos, o tratamento formal pelo sistema deôntico deve ser intermediado por uma metalinguagem proposicional da linguagem prescritiva de primeiro grau, composta por sentenças descritivas do conteúdo de normas, que afirmam a existência destas últimas.

3.4 AN ESSAY IN DEONTIC LOGIC AND THE GENERAL THEORY OF ACTION (1968)

Deontic Logic e *Norm and Action* refletem etapas preliminares de constituição da lógica deôntica no século XX. Vimos que o artigo de 1951 procurou sistematizar a proximidade conceitual íntima existente entre os conceitos deônticos e modal-aléticos, sugerindo que nesta relação estaria a chave para o desenvolvimento de um sistema lógico capaz de formalizar adequadamente normas e prescrições, conquanto tenha sido necessário introduzir um símbolo novo com o intuito de traduzir na linguagem formal o núcleo ideal das entidades linguísticas de natureza normativa, isto é, a ação.

Norm and Action é igualmente um texto seminal. Nele, von Wright toma ciência da necessidade de desenvolver não apenas um sistema simbólico para normas e ações, mas uma anterior teoria filosófica da ação, assentada, em última instância, sobre o conceito primitivo de *mudança*. Tal decisão filosófica sustenta a decisão metodológica de construir a lógica deôntica por meio do progressivo desenvolvimento de sistemas lógicos menores e conceitualmente mais simples que o sistema propriamente normativo. A ordem de elaboração dos sistemas de *Norm and Action* é a seguinte: lógica de mudanças, lógica da ação, lógica deôntica e lógica deôntica condicional. Os modelos formais em comento são significativamente diferentes e conceitualmente autônomos em relação aos sistemas modais desenvolvidos até então (cuja forma moderna havia sido estabelecida a partir a adoção da semântica kripkeana de mundos possíveis, em 1959) e respondem a exigências e peculiaridades próprias da linguagem normativa. Essa é a avaliação que em *An Essay* von Wright faz de seu sistema de ação prévio:

Em *Norm and Action* (1963) procurei atender a essas exigências [de constituir uma lógica da ação sobre uma lógica de mudanças]. Os rudimentos de uma teoria formal de mudanças e ações foram desenvolvidos e utilizados como base para a lógica deôntica. A nova tessitura estrutural exibiu uma aparência muito distinta da original. Em particular, a estreita analogia com a lógica modal ameaçava romper-se. Consequentemente, a construção de uma lógica deôntica aparentou ser um desvio muito mais

radical da teoria lógica existente do que eu pude então imaginar.⁵⁵ (Idem, 1968, p. 3, grifo do original, nota explicativa minha, tradução minha)

No sistema em questão, porém, von Wright consolida a posição de que a lógica deôntica deveria ser concebida como um subsistema especial da lógica modal. Como veremos um pouco à frente, essa opção deriva de uma aproximação interpretativa ocorrida entre os modais de *permissão* e *possibilidade* e da integração deste último operador à gramática padrão do cálculo deôntico.

Não foi sem surpresa que percebi que a analogia entre as lógicas modal e deôntica, que aparentemente havia ruído em *Norm and Action*, foi restaurada quando a teoria formal da ação foi dotada de uma estrutura mais sólida. A lógica deôntica, como eu hoje a concebo, é essencialmente um ramo ou faceta da lógica modal. Há um paralelo muito estreito entre *permissibilidade* como possibilidade deôntica de agir e *habilidade* como possibilidade humana (e naturalística) de fazer coisas.⁵⁶ (Idem, Ibidem, p. 4, grifos do original, tradução minha)

A metodologia de constituição gradual da lógica deôntica sobre estruturas lógicas mais simples permanece sendo utilizada. Von Wright parte, porém, de um problema que já o intrigara fortemente em *Norm and Action* e que receberá aqui uma solução provisória. Trata-se da polissemia dos operadores deônticos (obrigação e permissão) e da emergência de paradoxos deônticos supostamente derivados de confusões na atribuição dos significados corretos dos conceitos normativos. A solução provisória consistirá em interpretar as fórmulas da lógica deôntica apenas descritivamente.

O refinamento da interpretação dos operadores ocorrerá, em primeiro lugar, através de uma modificação estrutural. Os operadores monádicos dos sistemas anteriores serão substituídos por operadores diádicos do tipo $O(p/q)$ e $P(p/q)$, lidos como: “é obrigatório/permitido que p , dado que q ”. A interpretação das variáveis

⁵⁵ “In *Norm and Action* (1963) I tried to meet these requirements. The rudiments of a formal theory of change and of action were developed and used as a basis for deontic logic. The new fabric presented a rather different look from the original one. In particular, the close analogy with modal logic threatened to break down. As a consequence, the building of a deontic logic came to appear to me as a much more radical departure from existing logical theory than I at first realized.”

⁵⁶ “It was not without surprise that I found that the analogy between deontic and modal logic which in *Norm and Action* had seemed to me to break down, was restored when the formal theory of action was given a more accomplished shape. Deontic logic, as I see the subject now, is essentially a branch or facet of modal logic. *Permissibility* as deontic possibility of acting closely parallels *ability* as human (and naturalistic) possibility of doing things.”

também será estabelecida. Acompanhando a tendência em vigor nos trabalhos de lógica deôntica que se seguiram à sua proposta original (Prior, Anderson), von Wright abandonará definitivamente a representação simbólica autônoma de ações em favor de concebê-las como proposições ou estados de coisas que emergem de ações.⁵⁷

A representação simbólica de estados de coisas tornados obrigatórios ou permitidos gerou, segundo von Wright, alguns dos mais remotos paradoxos da lógica deôntica. Tratam-se de fórmulas bem-formadas em lógica deôntica, porém contraintuitivas, e raciocínios intuitivos, mas incapazes de serem provados na linguagem deôntica formal. O primeiro caso é o conhecido paradoxo de Ross, simbolicamente representado pela regra $Op \rightarrow Op \vee Oq$. O segundo é a noção intuitiva de que uma permissão de disjuntos implica a permissão do primeiro e a permissão do segundo, que não é, porém, um teorema do sistema padrão de lógica deôntica. Simbolicamente, $P(p \vee q) \rightarrow Pp \wedge Pq$.

A solução destas limitações passa pela substituição de seu cálculo monádico por uma versão diádica de lógica deôntica. Nela os operadores se aplicam a estruturas proposicionais binárias, nas quais a primeira proposição é tomada como o estado de coisas modalizado, e a segunda é interpretada como uma condição para a realização do estado de coisas contido na primeira proposição. Por exemplo, a tradução em linguagem natural da expressão básica $P(p/q)$ é “é permitido que p , dado que q , isto é, sob a condição que q , relativamente a q , ou na circunstância onde q ”. Pode-se também interpretar as expressões em termos de mundos possíveis: $P(s/s')$, assim, significa “no mundo possível s' s é permitido como um mundo possível alternativo a s' .” (Idem, Ibidem, p. 23)

⁵⁷ Surpreendentemente von Wright já introduz aqui uma interpretação para ações que apenas se tornaria majoritária em sistemas contemporâneos de Lógica da Ação. Trata-se da estrutura generalizada por Brian Chellas em *The Logical Form of Imperatives* (1969), consistente na representação de ações como tornando estados de coisas o caso – *see to it that p*, que traduzo por *fazer com que p* – simbolicamente representadas contemporaneamente pelo operador *stit*: “Nós podemos ter em conta essa combinação de ação e o estado de coisas resultante em nossa leitura de fórmulas deônticas. Ao invés de dizer simplesmente “a p ” ou “que p ” nós empregamos a frase “fazer com que p ”. A fórmula “ Pp ” é lida, assim, como “é permitido fazer com que (ser o caso que) p ” ou “alguém pode fazer com que p ” (Idem, Ibidem, p. 16, tradução minha). “We can take account of this combination of action and resulting state of affairs in our reading of deontic formulae. Instead of saying simply “to p ” or “that p ” we employ the phrase “see to it that p ”. The formula “ Pp ” is thus read “it is permitted to see to it that (it is the case that) p ” or “one may see to it that p ”.

A estruturação diádica de normas, tomadas como proposições modalizadas submetidas a condições, entendidas estas, por sua vez, como mundos possíveis, alarga as possibilidades interpretativas dos operadores, que assumem diferentes significados a depender de restrições quantificacionais a eles impostas. Isso significa que em expressões do tipo $P(p/q)$ ou $O(p/q)$, von Wright inclui quantificadores e a negação lógica às proposições no escopo dos operadores e, a depender do modo como a proposição é quantificada (seja aquela correspondente ao estado de coisas almejado, à esquerda de /, seja aquela correspondente à condição normativa, à direita de /), emergem diferentes interpretações para os operadores P e O . Exemplificando, a adesão do quantificador existencial ao primeiro item da expressão diádica e do quantificador universal ao segundo fornece a acepção P_3 de permissão:

$P_3(p/q)$: *algum* mundo possível no qual é verdadeiro que p é tal que (este mundo) é permitido em *qualquer* mundo possível no qual é verdadeiro que q

O enriquecimento da linguagem deôntica em questão torna admissíveis seis distintas interpretações para $P(p/q)$ (permissão) e outra seis acepções para $O(p/q)$ (obrigação). Em três delas é possível gerar o teorema intuitivo da permissão de escolha livre (*free choice permission*) $P(Pp \vee Pq) \leftrightarrow Pp \wedge Pq$ sem que, no entanto, o cálculo aceite $Op \rightarrow O(p \vee q)$ que, por sua vez, gera Oq , isto é, a obrigação de que qualquer coisa seja o caso se p for obrigatório (o conhecido paradoxo de Ross). Há a explícita postulação, portanto, de diferentes sistemas deônticos voltados para diferentes propósitos, o que fundamenta a afirmação de von Wright de que paradoxos estão relacionados à confusão entre as várias acepções dos operadores.

A moral a ser retirada dessas considerações é que existem inúmeros conceitos de permissão e obrigação. Os “paradoxos” de vários sistemas de lógica deôntica emergem através da confusão no nível intuitivo entre diferentes conceitos. Quando tais conceitos são distinguidos com clareza, os “paradoxos” desaparecem. Tal separação é alcançada através da construção de variadas lógicas deônticas.⁵⁸ (Idem, Ibidem, p. 33-34, tradução minha)

⁵⁸ “The moral to be drawn from these considerations is that there are several concepts of permission and obligation. The “paradoxes” of various systems of deontic logic arise through a confusion on the intuitive level between different concepts. When the concepts are clearly separated there are no “paradoxes”. Their separation is achieved through the construction of a variety of deontic logics.”

Após a postulação de uma estrutura diádica para os operadores deônticos, von Wright está autorizado a formular a base lógica para a representação formal de ações. O autor mantém uma das teses centrais de *Norm and Action*, segundo a qual ações correspondem a mudanças intencionalmente levadas a termo no mundo. Ao cálculo-T, base do sistema agencial de 1963, von Wright acrescenta um conector diádico I, sintaticamente semelhante a T, que descreve dois estados de coisas, um dos quais é o resultado da ação em questão, e outro que estipula como seria o mundo sem a interferência do agente. Assim, a transformação ativa de p em $\neg p$ pode ser simbolicamente expressa como $pT(\neg p|p)$, onde p ao lado esquerdo de T descreve o mundo antes da mudança, $\neg p$ ao lado esquerdo de I descreve o mundo após a mudança provocada pelo agente e p ao lado direito de I descreve como teria permanecido o mundo não fosse a interferência do agente. As oito ações e omissões elementares do cálculo-TI assim constituído são:

$pT(plp)$
 $pT(pl\neg p)$
 $pT(\neg plp)$
 $pT(\neg pl\neg p)$
 $\neg pT(plp)$
 $\neg pT(pl\neg p)$
 $\neg pT(\neg plp)$
 $\neg pT(\neg pl\neg p)$

A aproximação das lógicas modal, deôntica e de ação em *An Essay* torna admissível o livre acréscimo ao cálculo-TI do operador modal de possibilidade M (para o qual tenho utilizado o símbolo \Diamond), do que resulta uma lógica modal da ação denominada por von Wright de cálculo-TIM. O conceito de possibilidade reunido às expressões-TI, sugerindo simbolicamente ações possíveis a um agente, sinaliza tanto a capacidade do agente de realizar a ação em questão (habilidade), quanto a presença de uma oportunidade para agir. Nesse ponto, von Wright exhibe com todas as tintas a radicalidade do estreitamento proposto entre conceitos modais e deônticos, ao tomar os operadores tipicamente práticos de *permissão* e *obrigação* como interpretações deônticas da possibilidade e necessidade naturais.

Quando [...] dizemos de um agente que ele *pode fazer* ou que *é possível* que ele faça uma certa coisa, queremos dizer que este fazer algo não violará um conjunto de regras (normas) ou condições tais como, por exemplo, as regras de uma certa ordem jurídica ou de um código moral. Este é um uso comum e natural das expressões “poder fazer” e “é possível fazer”. Ao apresentarmos a questão “*Podemos fazer isto?*” muito frequentemente o que buscamos saber é se “as leis do Estado, ou nossa consciência ou o código moral de nossa sociedade *permitem* isso?” Quando a resposta afirma que nós *não podemos* fazer isso, que é impossível fazê-lo, o que pretendemos dizer, com frequência, é que o direito, a nossa consciência ou código moral nos *proíbem* de fazê-lo. O conceito de possibilidade, no interior dos limites da lei natural, [...] nós denotamos por “*M*”. O conceito de possibilidade no interior dos limites de uma ordem normativa nós denotamos por “*P*”. Podemos falar da primeira noção como “possibilidade natural” e da segunda como “possibilidade deôntica.” [...] Para a necessidade deôntica temos o símbolo “*O*”. Para a necessidade natural introduzimos o símbolo “*N*”.⁵⁹ (Idem, Ibidem, p. 58-59, tradução minha)

Vimos que a adição do operador M ao cálculo-TI, com a possibilidade de representação simbólica de ações logicamente possíveis, traduz a possibilidade natural de uma ação (*habilidade e ocasião para agir*). A inclusão ao cálculo da possibilidade deôntica (permissão) completa a estrutura das condições para a ação, dessa vez com respeito ao sistema normativo. Ações, do primeiro ponto de vista, são possíveis, e do segundo ponto de vista, são permitidas, e a reunião de ambas as possibilidades constitui o quadro completo das ações possíveis em contextos deônticos.

Entendido P como a interpretação deôntica de M, o cálculo deôntico-agencial de *An Essay* revela-se, uma vez mais, como subsistema deôntico das lógicas modais aléticas (sobretudo do sistema modal M, que fornece os axiomas e regras de inferência para a constituição deste sistema deôntico). Dessa maneira, P (e O, por interdefinibilidade) não é adicionado ao cálculo-TIM, mas apenas substitui M no cálculo de ação TI. É importante recordar que, em razão das inúmeras interpretações possíveis dadas por von Wright a O e P, são proporcionalmente

⁵⁹ “When [...] we say of an agent that he *can do* or that *it is possible* for him to do a certain thing, we mean that his doing of this thing will not violate a set of rules (norms) or conditions such as, for example, the rules of a certain legal order or moral code. This is a common and natural use of the expressions “can do” and “it is possible to do”. Very often, when we raise the question “*Can we do this?*” what we are asking is “Does the law of the state, or our conscience, or the moral code of our society *permit* this?” When the answer is that we *cannot* do this, that it is impossible to do it, what we mean is often that the law, or our conscience, or the moral code *forbids* it. The concept of possibility within the limits of natural law [...] we have denoted by “*M*”. The concept of possibility within the limits of a normative order we shall denote by “*P*”. We can speak of the first notion as “natural” and of the second as “deontic” possibility. [...] For deontic necessity we have the symbol “*O*”. For natural necessity we introduced the symbol “*N*”.”

admissíveis vários sistemas deônticos, correspondentes a acepções mais ou menos fracas dos operadores. Apesar da visível complexidade conceitual do sistema deôntico de *An Essay* e da riqueza das relações concebidas entre as possibilidades deôntica e modal, basta, para os propósitos do trabalho, demonstrar a assimilação dos conceitos deônticos ao âmbito particular da lógica modal.

3.5 NORMS, TRUTH AND LOGIC (1983)

3.5.1 Lógica deôntica como parâmetro de racionalidade

Norms, Truth and Logic (NTL) representa, em muitos sentidos, o ponto de chegada da trajetória de constituição e frequente revisão dos modelos wrightianos de lógica deôntica. Aqui ocorre a última modificação substancial de seus sistemas deônticos (tanto do ponto de vista técnico, quanto da função que a lógica deôntica deve cumprir na análise de sistemas normativos), e são oferecidos os derradeiros contornos de sua lógica da ação subjacente.

A mais importante revisão levada a efeito em NTL não diz respeito a nenhum dado técnico do sistema, mas à reinterpretação do papel que a lógica ocupa em relação aos ordenamentos de normas concretas. A preocupação central de von Wright se desloca da estruturação interna de sistemas lógicos voltados ao escrutínio formal de sistemas normativos para a eleição de critérios lógicos de medição da atividade legislativa racional. Isso não significa que von Wright abandona por completo o projeto de aperfeiçoamento conceitual da lógica deôntica propriamente dita. Prova disso é que NTL representa um dos últimos passos na constituição de um sistema formal para ações, a partir da propositura dos novos operadores B (produção/destruição de um estado de coisas) e S (conservação de um estado de coisas), bem como do enriquecimento da lógica deôntica com novos valores semânticos para normas e sistemas normativos. Por outro lado, von Wright parece abandonar a pretensão de que a lógica formal possa governar as relações de aparência lógica existentes nos sistemas normativos, adotando, no lugar, a postura

de que os modelos formais sejam vistos como espécies de *standard* ou padrões para a legislação racional.

Von Wright recorda que o sistema de *Norm and Action* é constituído por normas tomadas descritivamente, em razão das dificuldades impostas pela interpretação dos conectivos lógicos utilizados em inferências de normas propriamente ditas. Desse modo, e até mesmo por um imperativo de simplicidade, a lógica deôntica fora interpretada como lógica de proposições normativas. Por outro lado, os princípios basilares dessa lógica deôntica não são propriamente lógicos, mas derivados da natureza normativa do sistema deôntico (tratam-se das regras ou princípios de autoconsistência de uma norma, de consistência de um conjunto de normas e consequência lógica entre normas). Esse hibridismo, portanto, tanto impediria uma abordagem formal direta dos sistemas normativos, como introduziria, de maneira *ad hoc*, princípios alheios à lógica proposicional sem a justificativa técnica adequada.

Os problemas decorrentes da persistente ambiguidade da linguagem normativa e da manutenção do projeto de descrição das relações lógicas existentes no interior de sistemas normativos podem ser assim sintetizados: há clareza em relação à existência de duas acepções concernentes à linguagem deôntica, uma voltada à descrição de normas, outra à prescrição de condutas. Relações lógicas propriamente ditas, capazes de serem descritas e analisadas do ponto de vista axiomático, somente se verificam entre proposições (não só pelo óbice semântico, como pela dificuldade de interpretar o significado de conectivos booleanos aplicados entre normas). A opção clássica de resolução da dificuldade consiste em postular uma lógica que, indiretamente (i.e., por via de proposições descritivas), gere resultados analiticamente significativos para a compreensão das relações de aparência lógica que existem entre normas diretamente consideradas. Algumas dessas relações, corriqueiras em ordenamentos normativos e cruciais para a compreensão de seu funcionamento, porém, não possuem natureza propriamente lógica ou, ao menos, não podem ser sem dificuldade subsumidas à lógica proposicional. Desse modo, tanto a opção pela análise lógica indireta quanto a alternativa de formalização e axiomatização de sistemas de prescrições revelam-se inapropriadas.

A solução de von Wright pode ser concebida como uma mitigação das pretensões da lógica deôntica em relação aos sistemas normativos. Isso significa que os axiomas, teoremas e princípios lógicos gerais (não-contradição, implicação) devem ser compreendidos como padrões de racionalidade da atividade legislativa, e não como regras de construção de modelos formais.

Esse projeto pressupõe, em primeiro lugar, a reinterpretação das estruturas sintáticas e semânticas da lógica deôntica. Do ponto de vista semântico, valores-verdade, considerados inapropriados para a caracterização de normas, são substituídos por valores de satisfabilidade. A nova perspectiva semântica permite ao autor introduzir critérios para a classificação, quanto à racionalidade, de unidades normativas atômicas (normas), e do próprio conjunto ordenado das normas (*corpus*). Sintaticamente, von Wright passa a atribuir novos significados aos conectivos lógicos diretamente utilizados no nível normativo da linguagem.

Tome-se, por exemplo, a negação. Parece ser impossível afirmar que além do uso descritivo, não haja um emprego legítimo da negação em prescrições. Descritivamente, a negação corresponde à afirmação da inexistência de uma norma com igual conteúdo no ordenamento considerado. Prescritivamente, porém, a negação de Op exprimiria a possibilidade da negação de p ($P\neg p$), enquanto a negação de Pp expressaria a obrigatoriedade da negação de p ($O\neg p$). Ora, sabe-se que essa interpretação no nível prescritivo corresponde exatamente à corriqueira interdefinibilidade dos operadores P e O : $\neg Op \leftrightarrow P\neg p$ e $\neg Pp \leftrightarrow O\neg p$. As definições dos operadores deônticos, desse modo, não precisam ser formuladas exclusivamente no interior de modelos axiomáticos, mas podem ser diretamente postuladas como manifestações racionais do uso natural de negações na linguagem prescritiva.

O mesmo valeria para o emprego prescritivo da conjunção (que, segundo von Wright, está acima de dúvidas) e da disjunção (o caso é mais problemático, mas a proposta de solução envolve a atribuição de um genuíno sentido prescritivo a normas disjuntivas, direcionadas, porém, ao legislador).

Operadores deônticos iterados são admitidos no âmbito prescritivo da linguagem, mas apenas enquanto constitutivos de normas de ordem superior (i.e., normas endereçadas ao legislador). Isso quer dizer que não se tratam propriamente de iterações puras (de primeira ordem), já que a regra de formação somente admite proposições no escopo de operadores. A incidência de prefixos deônticos sobre outros prefixos, nesse caso, quer refletir a existência de deveres e permissões de estipulação pelo legislador de normas de primeiro grau no sistema normativo considerado. A rigor, portanto, não se consideram verdadeiras iterações, uma vez que os operadores não estão no mesmo nível lógico.

No tocante às tautologias da lógica deôntica, von Wright deixa de dizer que se tratam de verdades lógicas (e, como tal, que tautologias normativas seriam obrigatórias) para afirmar apenas que sua negação não pode ser racionalmente desejada.

A mesma situação ocorre com a implicação normativa. A “verdade” ou, ao menos, provabilidade de normas que são consequência lógica de outras normas foi notoriamente responsável pela emergência de muitos dos paradoxos da lógica deôntica. Se a pretensão de conceber estruturas normativas como “implicando” umas às outras for substituída por considerações acerca do que seria racional ao legislador assumir a partir de determinado conjunto de normas, então os problemas se dissolvem. Vejamos, por exemplo, como o paradoxo de Ross é interpretado em face da nova abordagem da lógica deôntica:

Assim, o que o paradoxo de Ross sugere é apenas que um legislador não pode racionalmente tornar um estado obrigatório e, ao mesmo tempo, permitir que este estado, em conjunto com outro estado arbitrário, não seja o caso. Isto é óbvio e não se parece minimamente “paradoxal”. Esta aparência surge apenas quando alguém fala do paradoxo como a implicação entre uma norma Op e uma norma $O(p \vee q)$. Mas não há algo como isso – e o paradoxo de Ross nos deixa cientes do absurdo de falar a respeito como se isso existisse.⁶⁰ (Idem, 1983b, p. 144, tradução minha)

⁶⁰ “Hence what the Ross Paradox amounts to is simply that a lawgiver cannot rationally both make a state obligatory and at the same time permit that this state, together with some other arbitrary state, does not obtain. This is obvious and not in the least “paradoxical”. It appears paradoxical only when one speaks about it as an “entailment” between a norm Op and a norm $O(p \vee q)$. There is no such thing – and the Ross Paradox makes us aware of the absurdity of talking as though it existed.”

No plano semântico, von Wright introduz os valores de *satisfação* de normas. Uma norma tal que deve ser o caso que p (Op) é considerada satisfeita se, e somente se, em todos os momentos de sua *história* (i.e., período de vigência) p é o caso. Uma norma tal que é permitido p (Pp) é considerada satisfeita se, e somente se, em ao menos um momento de sua história p é o caso. O conceito de satisfabilidade também é extensível a ordens normativas globalmente consideradas (*corpus*). Um corpo de normas se considera satisfeito “se, e somente se, é possível que todos os estados tornados obrigatórios por suas normas sejam o caso ao longo de sua história, e todos os estados de coisas permitidos por suas normas sejam o caso em algum momento desta história.”⁶¹ (Idem, Ibidem, p. 140, tradução minha).

O valor semântico de satisfabilidade correspondente a sistemas normativos oferece também o critério para a determinação de sua racionalidade. Sistemas capazes de serem satisfeitos são sistemas racionais, e sistemas incapazes de serem satisfeitos são sistemas normativos irracionais. A esse modelo avaliativo subjaz uma estrutura filosófica notoriamente similar ao modelo semântico de mundos perfeitos (desconsideradas as relações de acessibilidade), que aqui é interpretado nos moldes da reconfiguração geral da lógica deôntica na condição de parâmetro de racionalidade:

Eu tomarei, ademais, satisfabilidade como critério de *racionalidade* de um corpo de normas. Pode ser dito que um legislador concebe um estado ideal concordante com seu desejo ou vontade, e no qual tudo o que é obrigatório é o caso desde que as obrigações existam, e todas as coisas permitidas são o caso em algum momento ou outro na história das permissões. Pode-se dizer que um legislador “deseja” que todas as obrigações sejam satisfeitas ou *cumpridas* e “admite” que todas as permissões sejam satisfeitas ou *utilizadas* em algum momento ou outro.⁶² (Idem, Ibidem, p. 140, grifos do original, tradução minha)

Em suma, a mitigação generalizada das assunções e pretensões da abordagem formal dos conceitos normativos parece ser capaz de dissolver as

⁶¹ “[...] if, and only if, it is possible that all states which the norms of the corpus make obligatory obtain throughout the history of the corpus and all states which the norms permit obtain some time in this history.”

⁶² “I shall furthermore, regard satisfiability as a criterion of *rationality* of a corpus of norms. A lawgiver may be said to envisage an ideal state which agrees with his wish or will, and in which everything obligatory is the case as long as the obligations exist and everything permitted is the case at some time or other in the history of the permissions. The lawgiver can be said to “will” that all obligations be satisfied or *fulfilled* and to “tolerate” that all permissions be satisfied or *used* at some time or other.”

principais dificuldades nas quais a lógica deôntica se enredou desde sua constituição.

Essa a tarefa à qual Von Wright se propõe em NTL. O conflito desaparecerá, crê o filósofo, se abandonarmos a tentação de interpretar teoremas deônticos como «mostrando» relações normativas necessárias e os vermos apenas como padrões de racionalidade [...]. Von Wright circunscreve então o critério de racionalidade para o discurso normativo com atenção ao propósito central da promulgação de normas. Assume-se que um legislador promulga normas como meio para guiar os súditos para um estado ideal vislumbrado. Portanto, quer que suas normas sejam cumpridas. Condição mínima necessária para tanto é que o conjunto de normas promulgadas seja executável, *i.e.* todos os estados de coisas obrigatórios devem ser realizáveis simultaneamente sem se prevenir o aproveitamento de qualquer permissão. Se executabilidade é considerada apenas como um requisito lógico, isto significa que o conjunto de normas *precisa ser* normativamente consistente. Que o conjunto *precise (ou tenha que)* ser normativamente consistente não significa que o contrário seja uma impossibilidade. A consistência é apenas uma *necessidade prática*. Na nova abordagem, uma contradição normativa não é impossível, apenas inexecutável e sua presença em uma ordem normativa simplesmente indica a irracionalidade do legislador. Que uma norma seja «consequência» de um conjunto de normas, apenas significa que promulgar sua norma-negação geraria impossibilidade de obediência e isso seria irracional para quem quer ver suas normas obedecidas (o que se pressupõe, em se tratando do legislador). Dessa forma, implicação normativa não nos leva da existência (ou validade) de um conjunto de normas à existência (ou validade) da norma por ele implicada, apenas expressa uma relação entre o que foi exigido (permitido) e o que seria irracional exigir (permitir) além disso. Por «tautologia normativa», que dá sentido aos teoremas da lógica deôntica, não se entende uma verdade necessária, mas simplesmente que demandar o contrário seria irracional. Os princípios (teoremas) da lógica deôntica seriam, portanto, apenas padrões para julgar ordens normativas, meros *objetos de comparação*. (MARANHÃO, 2013, p. 49-50, grifos do original)

3.5.2 A lógica deôntica da ação em NTL

Os contornos da lógica da ação apresentados em NTL são muito semelhantes àqueles já delineados em *Norm and Action*, com modificações técnicas pontuais. O conceito de mudança e a lógica respectiva não constituem mais a base do sistema. O modelo fundamental é constituído por dois operadores, B, significando produção (ou produção da negação, isto é, destruição) de estados de coisas (p), e S, para conservação (ou manutenção da negação) de estados de coisas (p). B e S são implicitamente subscritos por índices ($B_{a,o}p$ e $S_{a,o}p$), onde a é um agente e o é uma ocasião para a produção ou manutenção de p . Note-se que ambos os

operadores denotam ações, seja de produção, conservação ou manutenção (da presença ou da ausência) de p , de modo que não há mais um operador específico para omissões. A unidade completa de operador mais escopo é, para von Wright, uma proposição genérica (destituída de valor-verdade) caso os índices a e o não sejam especificados. A determinação indexical, porém, é suficiente para a instanciação da proposição, com a consequente introdução de valores-verdade em sua interpretação. De todo modo, as expressões-BS, em qualquer de suas acepções, afiguram-se unidades lógicas proposicionais, descritivas de estados de coisas. Nesse sentido, não há qualquer controvérsia acerca da aplicação a elas de conectivos lógicos, com a constituição de fórmulas-BS moleculares.

A associação aos operadores B e S de um símbolo \neg gera o conceito agencial de omissão. Com todos os símbolos e operadores o sistema de ação de NTL é capaz de gerar as mesmas oito ações e omissões elementares verificadas em *Norm and Action*:

| | |
|----------------|---|
| Bp | produzir p |
| $\neg Bp$ | omitir a produção de p (deixar que p se mantenha ausente) |
| Sp | conservar p |
| $\neg Sp$ | omitir a conservação de p (deixar que p desapareça) |
| $B\neg p$ | destruir p |
| $\neg B\neg p$ | omitir a destruição de p (deixar que p se mantenha) |
| $S\neg p$ | impedir que p |
| $\neg S\neg p$ | omitir o impedimento de p (deixar que p seja o caso) |

Às fórmulas atômicas ou moleculares do cálculo-BS, von Wright aplica os operadores deônticos O e P, integrando o sistema deôntico à base técnica da lógica da ação. O sistema deôntico-agencial assim constituído incorpora os mesmos caracteres atribuídos à lógica deôntica como parâmetro de racionalidade.

A cláusula semântica de uma norma obrigatória incidente sobre uma expressão-BS estipula que a satisfabilidade da expressão resultante ocorre “se, e somente se, é possível que as ações ou omissões que constituem seus conteúdos ocorram em todas as ocasiões que são oportunidades para a realização das ações

ou omissões em questão”, enquanto uma norma permissiva sobre expressões-BS pode ser satisfeita “se, e somente se, é possível que as ações ou omissões que constituem seus conteúdos ocorram em alguma ocasião.” (VON WRIGHT, 1983b, p. 186, adaptou-se).

Com respeito a um corpo de normas referente aos mesmos agentes, ocasiões e condições de aplicação, as cláusulas de satisfabilidade afirmam que o sistema normativo é “capaz de ser satisfeito se, e somente se, é possível que todas as ações e omissões tornadas obrigatórias pelo corpus normativo sejam cumpridas por seus destinatários em todas as situações que constituem ocasiões para a aplicação de suas normas, e todas as ações e omissões permitidas sejam o caso em alguma situação que constitua uma ocasião para a aplicação das normas permissivas respectivas.” (Idem, Ibidem, p. 187, adaptou-se).

Equivalentemente, normas capazes de serem satisfeitas são consideradas consistentes, assim como *corpus* que podem ser satisfeitos são entendidos como globalmente consistentes. Todos os demais aspectos sintáticos do sistema deôntico-agencial de NTL constituem assimilações diretas dos princípios já postulados (noções de tautologia, implicação, negação, etc.).

3.6 A LÓGICA DEÔNTICA WRIGHTIANA ENTRE AÇÕES E PROPOSIÇÕES

Desde 1951, com *Deontic Logic*, até os últimos trabalhos desenvolvidos no âmbito da lógica da linguagem prática, já no final do século XX, von Wright submeteu a quase totalidade de suas teses lógicas a sucessivas revisões, e manteve-se como interlocutor frequente de todos os principais autores do campo. Pudemos apreender parcialmente os vários momentos de sua trajetória intelectual ao observarmos os quatro textos e obras sumarizados, correspondentes a quatro distintos sistemas de lógica deôntica e de lógica da ação. Muitos outros poderiam ser apresentados, o que nos ofereceria ainda mais pontos de vista acerca do objeto privilegiado nesta investigação: a estruturação de sistemas de lógica deôntica em termos de dever-ser e dever-fazer. Por ora, me pareceu bastante indicar os aspectos

cruciais dos sistemas sob análise e apontar o desviante papel que o conceito de ação ocupa em cada um deles. No tocante a esta dicotomia interpretativa, von Wright assim sumariza sua trajetória:

A lógica deôntica de meu artigo inicial tratava-se de uma lógica normativa pertencente ao tipo *Tun-sollen* (e, *a fortiori*, *Tun-Dürfen*). Esta concepção está relacionada a alguns obstáculos formais e também a algumas limitações. Desse modo, outros dois pioneiros na área, Alan Anderson, que estudou comigo em Cambridge, e Arthur Prior, deram preferência a uma concepção *Sein-Sollen* (*-Dürfen*) de fórmulas deônticas [...]. Esta abordagem logo se transformou em padrão – e eu igualmente segui este caminho. [...] minha primeira tentativa de construção de uma lógica deôntica foi do tipo dever-fazer, no lugar de uma abordagem de dever-ser. (Ainda que eu não tenha dado atenção à distinção) tomei as variáveis *p*, *q*, etc., como representações esquemáticas de categorias de ação, como furto, assassinato, o ato de fumar, etc. Por razões de conveniência formal, porém, logo optei por uma concepção onde tais categorias representassem sentenças. Esta foi uma mudança em direção a uma concepção de dever-ser. Eu e outros acreditamos que esta concepção abrangesse a interpretação de fórmulas deônticas segundo o dever-fazer. Aquilo que deve (ou pode) *ser* não é aquilo que deve (ou pode) *ser feito*?⁶³ (VON WRIGHT, 1999, p. 29 e 36, grifos do original, tradução minha)

A abordagem inicial aludida por von Wright, concernente à representação simbólica autônoma de ações como conteúdos irredutíveis das normas, jamais retornaria a seus cálculos. Isso nos leva a questionar quais razões sustentaram o abandono do projeto contido embrionariamente em *Deontic Logic*. O que pareceu determinante, em primeiro lugar, foi sua relutância em abandonar a lógica proposicional clássica em favor do empreendimento incerto de erigir um sistema lógico-normativo sobre uma base que ele mesmo deveria também construir e determinar. O cálculo proposicional, ademais, oferece uma maneira mais familiar de interpretar conectivos e operadores em termos de relações de inferência. Interessantemente, nenhuma dessas questões pareceu perturbá-lo quando símbolos de ações foram ligados por meio de conectivos sentenciais, tendo como únicas restrições técnicas do sistema a não-iteração de operadores e a circunstância de que fórmulas mistas (de ações e proposições) não eram bem formadas.

⁶³ “The deontic logic of my early paper was a norm-logic of the *Tun-sollen* (and *a fortiori Tun-Dürfen*) type. This conception is connected with some formal snags and also some limitations. Therefore, two other early pioneers in the field, Alan Anderson, who studied with me at Cambridge, and Arthur Prior preferred a *Sein-Sollen* (*-Dürfen*) conception of deontic formulas [...]. This soon became standard – and I too followed the same track. [...] my first attempt to build a deontic logic was of the ought-to-do rather than the ought-to-be type. (Although I did not then pay attention to the distinction.) I took the variables *p*, *q*, etc., to be schematic representations of categories of action such as theft, murder, smoking, etc. But, for reasons of formal convenience, I soon shifted to a conception of them as representing sentences. This was a shift to an ought-to-be conception. And I, and others, first thought that this also covered the ought-to-do interpretation of deontic formulas. For, cannot that which ought to (or may) be that something or other ought (or may) be *done*?”

Outra importante razão parece estar relacionada com as várias maneiras como von Wright encarou a relação entre lógica deôntica e modal. A lógica modal, sabemos, é em seus aspectos centrais uma extensão da lógica proposicional. Quanto mais estreita foi assumida a proximidade entre lógica modal e deôntica, mais próximas se deram as analogias entre os sistemas, incluindo a definição do escopo de operadores como sendo definitivamente unidades proposicionais, como é o caso nos sistemas modais aléticos.

Creio que razões semânticas também exerceram um papel crucial nessa opção. A valoração de entidades proposicionais tem uma longa tradição na história da lógica e foi exaustivamente debatida no século XX, dando azo ao surgimento de numerosas teorias acerca da conexão entre verdade, fatos e proposições. Por outro lado, a representação semântica de ações e normas enfrenta notáveis dificuldades técnicas e intuitivas. Von Wright, apesar de criador da lógica deôntica, não manteve intocada sua posição quanto à semântica de normas ao longo de sua carreira filosófica. Apesar de não ser possível encontrar em sua obra um momento de endosso da verifuncionalidade do discurso propriamente normativo, a rejeição enfática da existência de uma lógica diretamente aplicável a normas, tendo por base a impossibilidade de associar valores-verdade ao discurso prescritivo, somente vêm à tona em um dos últimos trabalhos do autor, *Norms, Truth and Logic*, de 1983.

Insistentemente, porém, a perspectiva agencial jamais deixou de acompanhar seus sistemas deônticos, na condição de base formal das lógicas deônticas sobre ela erigidas. Não há, obviamente, contradição entre esse dado e o abandono final da legitimidade lógica (da perspectiva de um construtivismo axiomático) de sistemas formais normativos. O ponto para o qual ele aponta diz respeito a uma possibilidade nunca completamente desenvolvida por von Wright, consistente no desenvolvimento de um sistema agencial robusto para a caracterização de normas constituídas sobre núcleos agenciais. O próprio autor parece ter ciência dessa tarefa inconclusa, como aponta González Lagier:

[...] von Wright ha afirmado que "lamentablemente pocos estudiosos en este campo han prestado una atención especial a los problemas conectados con una lógica del Deber-Hacer". Dos motivos hacen desafortunada esta falta de

interés por la lógica de las reglas de acción: En primer lugar, "Es dudoso (...) que las reglas ideales⁶⁴ puedan existir independientemente de las reglas de acción. Aquéllas requieren (lógicamente) que algo se haga o se evite en aras de la obtención o preservación del ideal. Pero las normas de acción, según parece, no dependen lógicamente de las reglas ideales". En segundo lugar, "las normas del tipo Deber-hacer son con mucho las más importantes. Las normas tienen que ver primariamente con la acción humana, en contextos morales, legales, económicos, etc. (LAGIER, 1994, p. 490-491)

O protótipo de 1951, por razões que aponte, era excessivamente falho para servir a essa finalidade. A partir de então, e mesmo em *Norm and Action*, a raiz da lógica deôntica, correspondente à unidade fundamental sobre a qual progressivamente os sistemas lógicos (de mudanças, ação e normas) foram constituídos, manteve-se sendo a *proposição*.

A separação estrita entre ações e proposições e a rejeição integral de uma delas como componente da linguagem normativa, porém, não é o que se pretende. Tanto é assim que von Wright moveu-se frequentemente entre uma e outra interpretação, atribuindo proeminência ora às ações ora às proposições como conteúdo das normas, quando não buscou conciliá-las⁶⁵. Ações e proposições afiguram-se plausíveis como interpretações para os sufixos de normas. No primeiro caso, está diretamente em causa uma conduta humana que pode envolver movimentos corporais, emissão de sinais linguísticos e os efeitos que delas se seguem. Tal conduta (ação), por sinal, pode ser descrita e, assim, igualmente interpretada proposicionalmente. No segundo caso está em questão um estado de coisas fixo que, em chave agencial, tanto pode ser o resultado quanto a descrição

⁶⁴ As regras ideais não estipulam condutas específicas a serem realizadas, mas ideais ou padrões a serem perseguidos. É nesse sentido que von Wright afirma que as regras ou normas ideais dizem respeito ao ser, e não tanto ao fazer: "Seguindo G.E. Moore, denominarei normas concernentes ao ser no lugar do fazer de *regras ideais*. Regras ideais são utilizadas quando, por exemplo, dizemos que um homem deve ser generoso, confiável, justo, moderado, etc., e também quando dizemos que um soldado no exército deve ser corajoso, destemido e disciplinado, um professor deve ser paciente com as crianças, mas firme e compreensivo; um sentinela deve ser alerta, atento e resoluto, e assim por diante." (Idem, 1963, p. 14, grifos do original, tradução minha). "Following G. E. Moore, I shall call norms which are concerned with being rather than with doing, *ideal rules*. Ideal rules are referred to, for example, when we say that a man ought to be generous, truthful, just, temperate, etc., and also when we say that a soldier in the army should be brave, hardy, and disciplined; a schoolmaster patient with children, firm, and understanding; a watchman alert, observant, and resolute; and so forth."

⁶⁵ O estabelecimento de uma correspondência entre ações e interferências em estados de coisas é explícito em *An Essay*: "Normas estão (usualmente) relacionadas a ações. Ação, em sentido amplo, significa interferência com um (dado) estado de coisas existente (uma situação, um mundo) e consiste na substituição por este outro (alternativo) estado de coisas." (VON WRIGHT, 1968, p. 23, tradução minha). "Norms are (usually) concerned with actions. Action, broadly speaking, is interference with an existing (given) state of affairs (a situation, a world) and consists in substituting for this another (an alternative) state of affairs."

de uma ação. Em um ou outro caso estamos diante de opções conceituais cuja determinação encontra-se subordinada a uma teoria mais geral. Tenho chamado essas teorias subjacentes de semânticas⁶⁶ e as distingo, respectivamente, em *dever-ser* e *dever-fazer*.

No capítulo subsequente observaremos os contornos de um projeto lógico que levou às últimas consequências a sugestão primitiva de tomar a ação como objeto central da lógica deôntica.

⁶⁶ Uma vez mais, a acepção empregada distingue-se de *semântica lógica*, tomada como valoração de expressões bem-formadas de uma linguagem lógica qualquer.

4 PRÁTICAS E JUÍZOS DEÔNTICOS EM CASTAÑEDA

4.1 PRELÚDIO: ALTERNATIVAS AO SDL NA CRÍTICA DE GEACH

Na tradição contemporânea em lógica deôntica, von Wright, além de ser um autor pioneiro, procurou conciliar as inúmeras tendências da disciplina em formação, ainda que tais posições tomassem cursos notadamente divergentes e apenas com muita dificuldade pudessem ser reconduzidas a um ponto comum. Von Wright, nesse sentido, ocupa uma posição intermediária entre o estreitamento das analogias modais e a autonomização conceitual da lógica deôntica. De qualquer maneira, a abordagem-padrão, sintaticamente caracterizada em termos de estados de coisas tornados exigíveis por operadores deônticos, e semanticamente definida por meio de mundos possíveis deônticos acessíveis a um mundo considerado, sagrou-se como o campo majoritário da lógica deôntica, envolvendo o maior número de trabalhos produzidos e pesquisadores dedicados ao seu desenvolvimento.⁶⁷

Se o sistema-padrão fora construído sobre o solo conceitual do dever-ser, interpretando o escopo do operador como proposição e se a constituição axiomática do sistema-padrão ocorre basicamente como extensão em linguagem normativa de lógicas modais, a adoção da semântica de mundos possíveis dá fechamento ao SDL, tornando-o completo (*complete*) e correto (*sound*). Além disso, a importação da semântica de Kripke para a lógica deôntica tornou indisputável a interpretação das entidades de linguagem situadas no escopo dos operadores, cristalizando a teoria interpretativa subjacente como uma semântica do dever-ser. Mundos possíveis refletem estados de coisas alternativos. Ações podem ocorrer no interior da moldura formal de mundos possíveis mas, ainda assim, são, no limite, interpretadas como eventos encerrados em mundos e, como tal, também tornadas classes linguísticas proposicionais.

⁶⁷ O SDL é, segundo McNamara, “o mais citado e estudado sistema de lógica deôntica, e um dos primeiros a ser axiomáticamente especificado (definido).” (McNAMARA, 2006, p. 207, tradução minha). “the most cited and studied system of deontic logic, and one of the first deontic logics axiomatically specified.”

Assim, a lógica deôntica consolidou-se como lógica de operadores normativos sobre estados de coisas. Formalmente o sistema é sólido. O preço, porém, parece ter sido o sacrifício de algumas de nossas intuições básicas em razão prática (como foi possível verificar por ocasião da apresentação dos paradoxos do SDL).

A evolução técnica da lógica deôntica em bases proposicionais foi chamada por Peter Geach (1982, p. 1), em expressão contundente, de “doença” (“malady”). Geach lamenta o caminho desviante trilhado pela lógica deôntica após o artigo seminal de von Wright e sugere de que modo esta teria se desenvolvido se houvesse sido consolidada como lógica deôntica da ação (dever-fazer). O sistema deveria ser capaz de formalizar em símbolos especiais nomes de agentes e ações, e de associar quantificadores a variáveis agenciais; obrigações deveriam ser projetadas em uma estrutura temporal e relativizadas no tempo, na forma de uma lógica temporal de Prior (*tense logic*) (GEACH, *Ibidem*, p. 2). Tal extensão do sistema original de von Wright, porém, não ocorrera até então. No trabalho compilatório de Prior (1955) o sistema deôntico foi apresentado em bases proposicionais e o lógico finlandês aparentemente não opôs resistência⁶⁸. A formulação agencial original não assumiu o *status* de padrão e, conseqüentemente, não se tornou o campo de trabalho majoritário da disciplina.

Os últimos desenvolvimentos em lógica deôntica introduziram novos mecanismos e ideias, mas este ponto não foi reconsiderado: que a questão não é o que um agente é obrigado a fazer ou sofrer, permitir ou abster-se, mas quais estados de coisas *devem ser o caso*. [...] obrigações estão essencialmente relacionadas com agentes, trata-se da obrigação de *alguém*; se, porém, tentarmos refletir acerca da condição de dever-ser (*ought-to-be-ness*), *Sein-sollen*, de uma situação envolvendo o agente, então nossos pensamentos ficarão *confusos*; nossa visão mental, por assim dizer, estará obstada de atingir um foco adequado.⁶⁹ (*Idem*, *Ibidem*, p. 2-3, grifos do original, tradução minha)

⁶⁸ Em *An Essay in Deontic Logic* (1963) von Wright volta atrás em relação à natureza dos sufixos dos operadores e passa a considerá-los como estados de coisas possíveis. Essa mudança é sustentada com base na caracterização de Prior para a lógica deôntica e aqui criticada por Geach: “Me parece melhor, agora, considerar as variáveis como frases esquemáticas que expressam proposições. Isso está de acordo com o caminho trilhado pela maioria dos autores subsequentes em lógica deôntica [...]. O primeiro autor a optar sistematicamente por este caminho em lógica deôntica parece ter sido Prior, em *Formal Logic* (1955)”. (VON WRIGHT, 1963, p. 16, grifo meu, tradução minha). “It now seems to me better to treat the variables as schematic sentences which express propositions. This agrees with the course taken by most subsequent authors on deontic logic [...]. The first author systematically to take this course in deontic logic seems to have been Prior in *Formal Logic* (1955).”

⁶⁹ “Later developments of deontic logic have introduced further devices and new ideas, but *this* point has not come in for reconsideration: that the topic is not what an agent is obliged to do or suffer or

A parte final do período em destaque oferece um argumento de natureza gramatical. O verbo auxiliar do verbo ‘dever’ nas expressões *dever-ser* (português), *ought-to-be* (inglês) e *seinsollen* (alemão) é ‘ser’ (ou ‘to be’ e ‘sein’); tal estrutura gramatical escamoteia a função do agente no cumprimento e na atribuição de deveres e transfere o foco para um estado de coisas (*ser*) almejado pela prescrição.

A este argumento, Geach associa outro, de natureza igualmente gramatical, que considera mais forte, fundado na diferença entre obrigações estipuladas na voz passiva ou ativa de sentenças. As vozes passiva e ativa de sentenças no indicativo são equivalentes (Zé Pequeno fere Dadinho \equiv Dadinho é ferido por Zé Pequeno). Quando, porém, um operador deôntico é inserido na sentença a equivalência deixa de fazer sentido (Zé Pequeno deve ferir Dadinho \neq Dadinho deve ser ferido por Zé Pequeno). Isso parece querer dizer que o operador não se aplica sobre o estado de coisas desejado (Zé Pequeno ferir Dadinho ou Dadinho ser ferido por Zé Pequeno que, tomado como estado de coisas, é indiferente na voz ativa ou passiva), mas apenas sobre o predicado da sentença, tendo por índice o agente ao qual a obrigação é dirigida, o que gera obrigações distintas:

Ferir Dadinho (p), índice agencial ‘Zé Pequeno’, operador de *dever*, i.e., Zé Pequeno deve executar a ação p ’;

Ser ferido por Zé Pequeno (p ’), índice agencial ‘Dadinho’, operador de *dever*, i.e., Dadinho deve executar a ação p ’. (Idem, Ibidem, p. 3).

A essas considerações sintáticas, Geach inclui críticas ao modelo semântico padrão em lógica deôntica, i.e., o modelo de mundos possíveis e de mundos deonticamente perfeitos. As razões de suas críticas, porém, se assentam sobre bases morais e não necessariamente técnicas (o conceito de mundos deonticamente perfeitos seria incapaz de representar estados passados do mundo, plenos de atos contrários ao dever, bem como de guiar deveres atuais, uma vez que

permit or abstain from, but which states of affairs *ought to be*. [...] obligation essentially relates to an agent, it is *somebody's* obligation; if instead we try to think of the ought-to-be-ness, *Sein-sollen*, of a situation involving the agent, then our thinking is going to be *confused*; our mental vision, so to say, is prevented from coming to a proper focus.”

as próprias condutas indevidas geram outras, dessa vez de reparação). Uma afirmação, no entanto, me parece relevante:

Argumentei há pouco que a lógica deôntica recente fornece uma abordagem defeituosa da sintaxe lógica de sentenças de 'dever': se eu estiver certo, então não há necessidade, do ponto de vista lógico, de demonstrar que a semântica que introduz um mundo deonticamente perfeito apenas torna as coisas piores. Mas as considerações materiais que introduzi [...] não são irrelevantes para a lógica deôntica enquanto disciplina. Não é saudável que um campo da lógica que se propõe a ordenar nosso pensamento em uma área se desenvolva sem manter articulações aparentes com o pensamento *sério* nessa área; [...] minha opinião é que foi isso o que ocorreu, particularmente em relação às teorias sobre mundos deonticamente perfeitos.⁷⁰ (Idem, *Ibidem*, p. 11, grifo do original, tradução minha)

Ainda que mundos deonticamente perfeitos sejam meros constructos teóricos concebidos para estabelecer valorações em lógica deôntica, a formalização da razão prática, creio, deve guardar pontes com as formas de expressão concretas que a veiculam, como Geach aparentemente sugere, caso o sistema formal se pretenda relevante na investigação do campo de linguagem considerado. E essa parece ser uma das razões subjacentes pelas quais a opção por ações no escopo de operadores deônticos, no lugar de proposições, é de interesse para a lógica deôntica.

4.2 O SISTEMA DE CASTAÑEDA

4.2.1 Notas Introdutórias

Os lógicos deônticos, desde o estabelecimento de seu campo de estudos em meados do século passado, procuraram oferecer, para cada limitação trazida à

⁷⁰ "I argued earlier that recent deontic logic gives a defective account of the logical syntax of 'ought' sentences: if I was right, then there was no logical need to show that semantics bringing in a deontically perfect world only makes matters worse. But the material considerations I have introduced [...] are not irrelevant to deontic logic as a discipline. It is not healthy for a branch of logic that purports to order our thinking in a certain area to be developed as having no apparent liaison with *serious* thinking in that area; [...] my view is that this is what has happened, particularly in theorizing about deontically perfect worlds."

tona nos sistemas (representadas sobretudo pelo tema dos paradoxos, que retomarei mais à frente), novas alternativas formais mais ou menos eficazes em dirimi-los. Esse método de investigação privilegiou soluções técnicas pontuais em detrimento da reorganização geral dos modelos conceituais subjacentes à lógica deôntica, mais pertinente a abordagens propriamente filosóficas do fenômeno normativo. Tal questão não é de somenos importância uma vez que o problema fundamental da lógica deôntica, ao menos na opinião de David Makinson (1999) – o dilema de Jørgensen –, bem assim o conceito de norma e a delimitação de quais objetos encontram-se sujeitos à modalização pelos operadores (ações, proposições, estados de coisas, mundos possíveis) são questões cujo enfrentamento parece exigir definições conceituais rigorosas, tipicamente associadas à filosofia, e no campo da lógica, à chamada lógica filosófica.

Creio que uma abordagem próxima a essa foi endossada por von Wright quando da elaboração de seu primitivo projeto lógico para ações (*Norm and Action*)⁷¹, considerado “filosoficamente mais correta[o] para se desenvolver uma lógica de normas” (VON WRIGHT, 1989, *apud* MARANHÃO, 2013, p. 45). Acredito, de igual modo, que o projeto lógico-filosófico de Castañeda guarda semelhanças com essa pretensão. Os interesses teóricos de Héctor-Neri Castañeda⁷², como os de von Wright, se estendem bem além dos limites da lógica formal. O aparato simbólico sem dúvida cumpre uma função primordial em seus trabalhos, permitindo ao autor divisar categorias conceituais cuja mesclagem teria se revelado determinante na emergência de alguns dos problemas interpretativos clássicos de lógica deôntica. Sua pretensão filosófica primária, porém, diz respeito à formulação de modelos explicativos para a razão prática, com ênfase na análise formal de seus

⁷¹ Ao mencionar a obra em questão no prefácio do volume I de *Practical Reason*, von Wright dela afirma: “Minhas contribuições para a lógica de ações e normas podem ser irrestritamente consideradas “lógica filosófica”, no sentido de que utilizam métodos e técnicas da lógica formal para o propósito de clarificar a estrutura do discurso normativo e agencial.” (VON WRIGHT, 1983b, p. vii, tradução minha). “My contributions to the logic of actions and norms are straightforward “philosophical logic” in the sense that they use methods and techniques of formal logic for the purpose of clarifying the structure of actionist and normative discourse.”

⁷² Nascido em San Vicente Zacapa, Guatemala, Héctor-Neri Castañeda iniciou seus estudos filosóficos na Universidade de São Carlos, na Guatemala. Nos Estados Unidos obteve o título de Ph.D. em filosofia pela Universidade de Minnesota, sob a orientação de Wilfrid Sellars. Lecionou em várias universidades, dentre elas: Wayne State University, Oxford University, Indiana University, University of Texas. Foi fundador da revista filosófica *Nóus*. Faleceu em 1991. (RAPAPORT, 2005).

componentes linguísticos básicos a partir de dados retirados sobretudo da linguagem ordinária.

Na tradição clássica da lógica deôntica, Castañeda foi responsável pela formulação de inúmeras críticas ao sistema-padrão e foi um dos principais proponentes de retificações fundadas no reconhecimento do conceito de ação como *solo filosófico* da razão prática e dos sistemas formais correlatos, dentre eles a lógica deôntica. Essa crítica passa por uma análise detida do comportamento da linguagem ordinária nas atividades assertiva e prescritiva e procura isolar os aspectos cruciais dos elementos linguísticos mobilizados em cada um desses campos do pensamento prático (*practical thinking*).

A estrutura da exposição procurará respeitar a autonomia relativa de tais componentes lógico-linguísticos, ao mesmo tempo em que buscará inseri-los no campo geral das preocupações filosóficas de Castañeda. Desse modo, após uma breve exposição dos contornos da filosofia que subjaz ao seu projeto lógico, me deterei especificamente sobre os componentes em questão, pretendendo integrá-los tanto à sua teoria filosófica do pensamento prático, quanto à sintaxe e semântica da lógica deôntica proposta. Só então retomarei o problema dos paradoxos deônticos, detalhando a solução elaborada por Castañeda.

4.2.2 Pensamento contemplativo e pensamento prático

O ponto de partida da filosofia de Castañeda consiste no estabelecimento de conceitos claros para duas dimensões aparentemente bem organizadas do pensamento. Na primeira delas, chamada por Castañeda de *pensamento contemplativo* (*contemplative thinking*), a razão humana se volta ao conhecimento e à descrição dos fatos do mundo, preocupando-se com a verdade ou falsidade de suas asserções – a atitude tipicamente teórica do pensamento. Naquela que recebe o nome de *pensamento prático* (*practical thinking*), os enunciados pretendem determinar cursos de ação a seus destinatários, indicando ou exigindo como se deveriam conduzir agentes determinados ou indeterminados.

Nós exercitamos nossos poderes de pensamento ao aprender o que as coisas são e como elas se relacionam e afetam umas às outras. Postulamos hipóteses e inventamos teorias acerca do que são as coisas e como se afetam mutuamente. Estas são todas instâncias do pensamento nas quais o mundo, seus conteúdos e suas leis são contemplados. Elas são variavelmente chamadas de usos descritivos, teóricos e contemplativos da razão. Aqui nós as chamaremos de instâncias do *pensamento contemplativo ou proposicional*. Mas nós também exercitamos nossos poderes de pensamento ao descobrir ou decidir o que fazer, bem assim ao auxiliar outros a decidir ou a aprender o que fazer. [...] Pensar o que se deve fazer, ou o que outros devem fazer, pretender ou decidir fazer algo (o que quer seja), aconselhar ou dizer a outros o que fazer são apenas alguns dos usos práticos da razão; tratam-se de formas do *pensamento prático*. Elas e seus cognatos constituem o locus das investigações levadas a termo [...]. Exploraremos aqui a 'natureza' do pensamento prático.⁷³ (CASTAÑEDA, 1975, p. 5-6, grifos do original, tradução minha)

Castañeda tem em mente aqui a distinção clássica em filosofia entre razão prática e razão teórica (pura). Uma das célebres teses na história da filosofia que remete a essa distinção é a dicotomia estabelecida por David Hume entre ser e dever. Hume, como se sabe, institui uma barreira inferencial entre as estruturas descritivas da linguagem, pertencentes ao domínio do ser, e as expressões designativas de imperativos, normas ou quaisquer conteúdos voltados à determinação de padrões para a ação, integrantes do âmbito do dever. No contexto em que a evoca, porém, Castañeda distancia-se das dicotomias do tipo humeano, buscando ressaltar não a segregação, mas os pontos de acoplamento entre contemplação e práxis, que caracteristicamente se revelam no modo prático do pensamento.

Vir a saber o que fazer é ter um pensamento que, por si mesmo, consiste em saber de sua capacidade de produzir uma ação, ou de gerar ao menos um rearranjo dos poderes causais contidos em si mesmo [...]. Dizer a um agente o que fazer significa guiá-lo, ou mesmo forçá-lo a contemplar os fragmentos alternativos do futuro que entram em choque com a multiplicidade de seus poderes causais [...]. O pensamento prático é uma

⁷³ "We exercise our thinking powers in learning what things are and how they relate to, and affect, one another. We postulate hypotheses and invent theories about what things are and how they affect one another. These are all instances of thinking in which one contemplates the world, its contents, and its laws. They are variously referred to as descriptive, or theoretical, or contemplative, or pure uses of reason. Here we shall call them instances of *contemplative or propositioned thinking*. But we also exercise our thinking powers in finding out or deciding what to do, as well as in helping others to decide or learn what to do. [...] Thinking what to do oneself, or what another is to do, intending or deciding to do something (whatever it may be), advising or telling others what to do, are just some of the practical uses of reason; they are forms of *practical thinking*. They and their cognates are the locus of the investigations carried out [...]. We will explore here the 'nature' of practical thinking."

intrincada tessitura de consciência e ação”⁷⁴ (Idem, Ibidem, p. 6, tradução minha)

Essa trama, que une circunstâncias, poderes causais de agentes que partem de circunstâncias e produzem e modificam estados de coisas, proposições relevantes na determinação das condições do agir, fragmentos práticos que entram nas considerações de agentes, instituindo ou sugerindo cursos de ação, é, ela mesma, na diversidade semântica de seus elementos, o espaço próprio da razão prática. Essa tese fundamental do sistema filosófico de Castañeda, aqui frouxamente exposta, se revelará a superfície sobre a qual todos os conceitos do pensamento prático serão erigidos. Veremos alguns deles na sequência.

4.2.3 Os componentes estruturais do pensamento prático

Indiquei *en passant* que o método filosófico de Castañeda envolve a colheita de subsídios para o estudo da razão prática diretamente da linguagem natural (em um procedimento incomum em investigações de natureza formal). A face aparente do pensamento prático na linguagem é constituída por uma multiplicidade de componentes significativos que precisam ser distinguidos, categorizados, separados por um lado das impurezas semânticas que não interessam à função prática que exercem, mas escrupulosamente considerados no tocante ao papel que desempenham na orientação de condutas.

Na medida em que a linguagem é apta para o exercício do pensamento prático, esta linguagem contém categorias sintático-semânticas que refletem as estruturas de noemata práticos. Uma vez que estamos ansiosos para compreender as próprias estruturas e categorias do que surge diante de nós em nosso uso do pensamento prático, devemos estudar tais estruturas e categorias do modo como elas se apresentam na linguagem de que nos valem para fazer frente ao mundo, tanto na pura contemplação quanto na ação. Dessa maneira, o exame das categorias sintático-semânticas da linguagem ordinária é o método adequado a ser seguido nos estágios iniciais de nossa investigação. A linguagem ordinária contém todos os conceitos dos quais necessitamos em nossa experiência cotidiana e em

⁷⁴ “To come to know what to do is to have a thought which itself consists of an awareness of its bringing about an action, or of its bringing about at least a re-arrangement of the causal powers in oneself [...]. To tell another agent what to do is to guide him to, or even to force him into, a contemplation of the alternative fragments of the future of the world that impinge on his manifold of causal powers [...]. Practical thinking is a most intricate intermeshing of awareness and action”

nossos pensamentos a respeito do mundo; assim ela contém todos os vestígios filosóficos. Tais vestígios, porém, não aparecem rotulados, despidos ou isolados. Eles se apresentam misturados junto a crenças empíricas e mesmo superstições. Eles devem ser extraídos e em algumas ocasiões submetidos a elaborados processos de refino e destilação.⁷⁵ (CASTAÑEDA, 1975, p. 18)

A partir do procedimento de submissão da linguagem prática às lentes analíticas, Castañeda “refina e isola” as seguintes categorias conceituais: *proposições*, *prescrições*, *pratições*, *mandatos*, *juízos deônticos*, *deliberações* e *intenções*. Dentre as estruturas de significação em comento, apresentarei de maneira mais detida, por sua relevância decisiva na estruturação interna do sistema de Castañeda, apenas as cinco primeiras.⁷⁶ Vejamos, em primeiro lugar, como esse método é utilizado na identificação do papel que as proposições exercem no pensamento prático.

4.2.3.1 Proposições

Ao menos desde o atomismo lógico preconizado por Wittgenstein e Russell, a proposição foi considerada a unidade fundamental da linguagem e também dos então nascentes estudos de lógica simbólica. É o que sugere, com certa radicalidade, o aforismo 4.001 de Wittgenstein no *Tractatus*: “A totalidade das proposições é a linguagem.” (2010, p. 165). Se as inúmeras funções não-assertivas da linguagem, dentre as quais está a função prescritiva, parecem infirmar a

⁷⁵ “To the extent that a language is fit for the exercise of practical thinking, that language has syntactico-semantical categories that reflect the structures of practical noemata. Since we are anxious to understand the very structures and categories of what appears to us in our actual practical thinking, we must study those structures and categories as they are present in the language we use to face the world, both in pure contemplation and in action. Hence, an examination of the syntactico-semantical categories of ordinary language is the proper method to follow in our investigation in its early stages. Ordinary language contains all the concepts we need in our ordinary experience and thinking of the world; thus it contains all the philosophical clues. But these clues do not come labeled, or naked, or isolated. They come mixed with empirical beliefs and even superstitions. They must be mined, and sometimes subjected to elaborate processes of refinement and distillation.”

⁷⁶ Apesar do autor enumerá-la como uma das “personagens” de sua obra, a rigor a deliberação não é uma unidade significativa autônoma, mas um feixe de pensamentos cujas relações sistemáticas constituem raciocínios tendentes ao agir (Idem, Ibidem, p. 26). Já as intenções são conceitualmente muito próximas às prescrições, endereçadas, porém, ao próprio agente. Castañeda é enfático ao afirmar que não se tratam de comandos auto-referentes, bem como de sentenças, frases, locuções e palavras. Isso porque as intenções, apesar de denotarem também operações mentais, devem ser entendidas apenas em sua acepção conteudística (noema), como é o caso das prescrições e proposições, para os propósitos de sua teoria.

taxatividade do primeiro Wittgenstein, não é possível também diminuir a importância que as descrições ocupam em qualquer linguagem dotada de significado.

Uma consideração apressada da proeminência que Castañeda atribui ao pensamento prático na linguagem da conduta poderia conduzir à conclusão de que o autor pretende remover as proposições do espaço característico das ações e prescrições. Afinal, como vimos, Castañeda distingue com clareza os âmbitos teórico e prático do pensamento e situa seu projeto lógico no interior deste último. Vimos também, por outro lado, que circunstâncias e proposições parecem constituir as próprias condições de possibilidade da concepção de cursos para a ação concreta. Um dado da ontologia da razão em Castañeda é o primeiro indício de que uma separação do tipo sugerido não pode ser encontrada em sua filosofia. Refiro-me à anterioridade ontológica do pensamento puro sobre o pensamento prático e da necessária conexão existente entre ambos na estrutura da razão humana. O homem, assim, não é apenas uma bem construída máquina de formular hipóteses, mas igualmente não é um ser que puramente age, sem considerar as circunstâncias que o cercam:

[...] existe um sentido óbvio em que o puro pensamento contemplativo e seus conteúdos têm primazia ontológica sobre o pensamento prático e seus conteúdos. Trata-se do sentido a partir do qual não há inconsistência na suposição de que pode haver uma criatura puramente contemplativa, imbuída da capacidade de pensar e do poder de conhecer o mundo, mas privada do poder de agir deliberadamente sobre o mundo: isto é, privada do poder de conceber intenções ou mandatos e incapaz de considerar noemata deônticos. Por outro lado, se uma criatura é um agente dotado de razão prática, ela é, a fortiori, dotada do pensamento contemplativo. É por isso que proposições são conteúdos também do pensamento prático. Nossas intenções e nossos deveres de agir dependem de nossas circunstâncias. [...] A abrangência do pensamento prático, que inclui e requer o pensamento contemplativo, é característica de uma mente que possui o mecanismo adequado, com grande valor de sobrevivência, para aferrar-se à *necessária* unidade do mundo da contemplação e do mundo da ação. Enquanto o pensamento contemplativo, como explicado, é ontologicamente anterior e poderia, em princípio, surgir de maneira pura em criaturas angelicais, o pensamento prático se torna psicologicamente dominante e logicamente envolvente. A unidade última da razão é a unidade do pensamento prático.⁷⁷ (Idem, 1975, p. 8, grifos do original, tradução minha)

⁷⁷ “[...] there is an obvious sense in which purely contemplative thinking and its contents have an ontological primacy over practical thinking and its contents. This is the sense in which there is no inconsistency in the supposition that there might be a purely contemplative creature, endowed with the capacity to think and the power to cognize the world, but deprived of the power to act deliberately on the world: that is, deprived of the power to conceive intentions or mandates and unable to consider deontic noemata. On the other hand, if a creature is an agent endowed with practical reason, he is, a

Do argumento ontológico de Castañeda, que reconhece a possibilidade lógica da existência de criaturas puramente contemplativas, é possível deduzir, *a contrario sensu*, ser logicamente impossível conceber um ente puramente agente, cujo pensamento é dotado dos mecanismos de ação e deliberação, mas é destituído da capacidade de conhecer e formular proposições.

A precedência ontológica da razão teórica sobre o pensamento prático se reflete na própria estrutura da linguagem da ação e na estipulação dos seus elementos característicos. Pois ao lado dos componentes que Castañeda considera tipicamente práticos, como as deliberações, mandatos, práticas e normas ou juízos deônticos, reconhece-se também a proposição como unidade genuína da razão prática. Vejamos por meio de um exemplo, de que modo proposições necessariamente ingressam como peças linguísticas no repertório das deliberações.

Valendo-se da estrutura narrativa da *Antígona*, de Sófocles, Castañeda ordena o conflito de deveres responsável pela decisão trágica de Antígona, chegando à oposição entre 1) o dever de obedecer ao édito de Creonte e, desse modo, deixar Polinices, irmão de Antígona, perecer insepulto e 2) o dever de seguir a lei divina que outorga ao parente mais próximo a obrigação de sepultar o ente familiar morto e, assim, dar enterro a Polinices. Estes dois deveres antagônicos, a exigir uma decisão do agente trágico, decorrem de um complexo processo de deliberação que envolve, dentre outros, os seguintes conteúdos de pensamento (Idem, Ibidem, p. 26-31):

(A)

(A.1) Polinices está morto.

(A.2) Antígona é a irmã de Polinices.

fortiori, endowed with contemplative thinking. This is why propositions are also contents of practical thinking. Our intentions and our duties to act depend on our circumstances. [...] The comprehensiveness of practical thinking that includes and requires contemplative thinking is characteristic of a mind that has the adequate mechanism, with great survival value, for keeping fast to the needed *unity* of the world of contemplation and the world of action. While contemplative thinking is, as explained, ontologically prior, and could in principle appear pure in an angelic creature, practical thinking becomes psychologically dominant and logically encompassing. The ultimate unity of reason is the unity of practical reason."

(A.3) Há um dever instituído por Creonte de que traidores do reino devem permanecer insepultos.

(A.4) Há um dever instituído pelos deuses de que parentes próximos devem sepultar um parente morto.

(B)

(B.1) Os decretos reais devem ser obedecidos.

(B.2) Os decretos divinos devem ser obedecidos.

(B.3) Considerado (A.3), Antígona deve abster-se de enterrar o irmão.

(B.4) Considerado (A.4), Antígona deve enterrar o irmão.

(B.5) Decretos divinos devem se sobrepor a decretos humanos.

(C)

(C.1) Antígona, enterre Polinices.

(D)

(D.1) Intenção de Antígona (a partir de B.5): Eu enterrarei Polinices.

(E)

(E.1) Antígona enterrou Polinices.

A cadeia de sentenças (A)-(D) exprime uma deliberação completa (i.e., que tem início com constatações e se encerra com uma decisão, sem que todos os seus possíveis conteúdos, porém, tenham sido explicitados). (E) é o resultado da decisão tomada ao concluir-se o processo deliberativo. Seguindo a taxonomia de conceitos práticos proposta por Castañeda, podemos classificar as expressões (A)-(E) do seguinte modo:

(A) e (E): proposições que descrevem, respectivamente, as condições fáticas do processo deliberativo e o resultado da decisão tomada.

(B): juízos deônticos que exprimem as condições prescritivas da deliberação (i.e., os deveres que devem ser tomados como relevantes na tomada de decisão).

(C): o mandato que se extrai da consideração conjunta de juízos proposicionais e juízos deônticos.

(D): a intenção de Antígona, consideradas todas as coisas relevantes.

A estrutura deliberativa completa da tragédia inclui, portanto, 1) proposições fáticas; 2) noemata deônticos⁷⁸; 3) intenções; 4) mandatos. A decisão trágica de Antígona, informalmente reconstituída por meio das unidades de pensamento destacadas, somente teve espaço em vista de ocorrências fáticas expressas por sentenças descritivas cujo conteúdo são proposições. No caso em questão e da perspectiva das unidades linguísticas manejadas, proposições revelam-se o solo de sentido da função deliberativa (e prática) do pensamento.

Castañeda, porém, indica ao menos outras duas razões pelas quais as proposições devem ser consideradas componentes essenciais da linguagem prática. Primeiramente, as relações de inferência proposicionais são, na tradição lógica contemporânea, paradigmáticas. O estudo de quaisquer outras possíveis relações de implicação (inclusive entre imperativos, como veremos) depende da compreensão integral da inferência proposicional. Depois, fatos decorrem logicamente de prescrições admitidas e cumpridas por um agente⁷⁹ e constituem o estágio final da ação correspondente. Isso significa, no campo da linguagem, que noemata deônticos eficazes (i.e., cumpridos) desdobram-se imediatamente em proposições descritivas da ação realizada. Proposições, então, não apenas figuram na estrutura de raciocínios práticos, como são condição ontológica do agir deliberado e resultado direto de noemata deônticos. Qualquer separação estrita de

⁷⁸ A expressão surgiu em notas e citações anteriores. *Noemata* é o plural da palavra grega *noema*. Na terminologia de Castañeda trata-se da unidade mental básica de pensamento que se distingue do ato de enunciação, do próprio enunciado, do significado do enunciado e mesmo da linguagem, compondo uma espécie de conteúdo das prescrições, práticas e proposições: “Nós chamaremos qualquer unidade mínima do *que* é pensado, teoreticamente ou não, de um *noema*, plural *noemata*. Essa é antiga palavra grega νόημα, que significa pensamento, conselho, propósito ou fim.” (Idem, 1974, p. 29, grifos do original, tradução minha). “We shall call any minimal unit of *what* is thought, whether theoretical or not, a *noema*, plural *noemata*. This is the old Greek word νόημα, which means thought, piece of advice, purpose, and end.”

⁷⁹ “Por um lado, prescrições pressupõem proposições. Uma prescrição somente pode ser compreendida como dependendo de fatos e apontando para fatos, estes últimos correspondendo à prescrição, isto é, os fatos que existem se, e somente se, a prescrição é cumprida.” (Idem, 1975, p. 121, tradução minha). “For one thing, prescriptions presuppose propositions. A prescription can be understood only as depending on facts and as pointing to facts, the latter being the ones corresponding to it, namely, the facts that exist if and only if the prescription is fulfilled.”

prescrições e proposições no interior do pensamento prático revela-se, portanto, artificial.

4.2.3.2 Prescrições e práticas, mandatos e imperativos

Proposições são classicamente distinguidas das expressões concretas de linguagem que manifestam descrições de estados de coisas. É nesse sentido que se diz que a proposição é distinta de afirmações, declarações, descrições, asserções, atos de fala, símbolos escritos, emanações sonoras, todas manifestadas diretamente na linguagem. Proposições constituem uma espécie de núcleo funcional-veritativo comum aos vários meios linguísticos capazes de expressá-las. Estes são veículos de expressão, mas não são, em si mesmos, definições ou instâncias proposicionais.

Do mesmo modo, a linguagem detém diversas expressões capazes de veicular modos práticos do pensamento: comandos, ordens, pedidos, conselhos, petições e súplicas que, por seu turno, constituem nuances significativas da categoria mais abrangente dos mandatos. Mandatos ou imperativos, portanto, são expressões práticas concretas que manejam prescrições por meio da seguinte estrutura canônica, tomado *X* como um ou mais de um agente, e *A* como uma ação:

| | |
|------------------|--------------------|
| <i>X, faça A</i> | imperativo/mandato |
|------------------|--------------------|

Ao lado destes, temos, como estruturas básicas das demais formas práticas da linguagem, os seguintes exemplos:

| | |
|--|----------|
| <i>X, por favor, faça A</i> | pedido |
| <i>X, eu te peço, faça A</i> | pedido |
| <i>X, é aconselhável que você faça A</i> | conselho |
| <i>X, suplico que você faça A</i> | súplica |

Assim como as proposições constituem o centro de significação das formas descritivas e assertivas da linguagem, o núcleo de sentido comum a estas unidades, objeto de atitudes práticas análogas às atitudes proposicionais, é precisamente o que Castañeda concebe como prescrição ou prática:

O conteúdo completo de nossa atitude de aprovação claramente não é uma proposição, mas também não é um mandato. O conteúdo completo de nossa aprovação não é nem um comando, nem uma ordem, nem mesmo um conselho ou petição: é, entretanto, um conteúdo abstrato que pode ser formulado, invocado ou comunicado na forma de um comando ou conselho ou requisição ou petição. O conteúdo completo de nossa aprovação é, de fato, o núcleo comum a um conjunto de mandatos relacionados entre si. Ao referir-nos a este núcleo comum de agora em diante, o denominaremos de *prescrição*.⁸⁰ (Idem, *Ibidem*, p. 40, tradução minha)

O neologismo *practition*, que traduzo por *prática*, se refere ao escopo das normas para Castañeda (o que veremos mais à frente). O termo, por sua vez, designa o gênero do qual fazem parte duas espécies de objetos normativos, as prescrições e as intenções. Conceitualmente, a única distinção entre prescrições e intenções diz respeito à referência do conteúdo prático: destinatários externos, no primeiro caso, e o próprio instituidor da norma, no segundo. A palavra foi cunhada por Castañeda basicamente com o intuito de reunir prescrições e intenções sob um conceito comum.

Prescrições, semelhantemente às proposições, devem ser entendidas como um núcleo de sentido prático comum às várias categorias linguísticas normativas que expressam um mesmo conteúdo. Se uma ordem, um pedido, um mandato, um comando, uma petição ou um conselho expressarem um sentido comum, este conteúdo abstrato deve ser entendido como uma prescrição/prática. Na condição de estruturas abstratas, as práticas não podem ser diretamente formuladas na linguagem, sendo caracteristicamente não asseríveis (*unassertable*). Exatamente como proposições, elas somente são comunicadas por meio de um dos vetores práticos mencionados, isto é, os mandatos ou imperativos. Apesar disso, Castañeda também propõe um modo canônico para as prescrições, consistente na estipulação

⁸⁰ "The whole content of our attitude of approval is clearly not a proposition; but neither is it a mandate. The whole content of our approval is neither a command nor an order nor a piece of advice nor a petition: it is, however, an abstract content which can be formulated or put forward or communicated in the form of a command, or a piece of advice or a request or a petition. The whole content of our approval is, in fact, the core common to a set of related mandates. We must refer to this common core from now on, it will be called a prescription."

de um agente e uma ação copulados de um modo particular pelo verbo fazer no infinitivo⁸¹.

X fazer A

prescrição canônica

A distinção fundamental entre as duas unidades do pensamento prático em questão (proposições e prescrições), assim, pode ser identificada na maneira como um determinado agente e a ação dele exigida se encontram unidos nas prescrições, isto é, na copulação peculiar entre sujeito e predicado. Trata-se de uma cópula que não somente atribui uma ação a um agente (o que poderia, em princípio, ocorrer também em proposições agenciais, que descrevem predicados constitutivos de ações conferidas a sujeitos lógicos), mas que o faz *prescritivamente*. Ainda que Castañeda não desenvolva com vagar os exatos contornos de seu conceito de cópula prescritiva, o autor aponta, em argumento análogo ao de Peter Geach, um indício de sua particularidade: entre agentes e ações prescritivamente reunidos se instaura certa assimetria cujo indicativo é a impossibilidade de transformar obrigações formuladas na voz ativa em correlatos passivos.

Claramente, mandatos pertencem a famílias. Uma mesma sentença imperativa, p. ex., ‘Karl, vá para casa às 3 da tarde’, pode expressar uma ordem, um comando, um conselho, uma petição, uma solicitação, etc. O que todos estes têm em comum é uma estrutura consistente na referência a uma entidade denominada ‘Karl’ e a ação predicativa de ir para casa às 3 da tarde. Nós chamaremos esta estrutura de *prescrição*. Ela é como uma proposição ou afirmação, mas, nesse caso simples ou atômico, há uma diferença em relação à proposição correspondente, expressa por meio das frases ‘Karl vai para casa às 3 da tarde’ e ‘Karl irá para casa às 3 da tarde’, que consiste no modo como sujeito e predicado estão relacionados, i.e., na cópula entre sujeito e predicado. A *cópula prescritiva*, nós diremos, transforma o sujeito em um agente prescritivamente considerado e, do mesmo modo, faz da ação uma ação prescritivamente considerada. O ponto crucial é que um agente prescritivamente considerado mantém certa assimetria com respeito aos outros membros de uma relação. Uma pista disso surge no fato de que uma sentença no indicativo (i.e., que expressa proposições) que formula a performance ou realização de uma ação tem tanto um correlato ativo quanto outro passivo, mas não há tal correlação em sentenças imperativas (i.e., que expressam prescrições). Por exemplo: nós podemos dizer “Paul atingiu Mary” ou “Mary foi atingida por Paul” asserindo, assim, a mesma proposição. Nós não podemos, porém, transformar a prescrição contida em “Paul, atinja Mary” na versão passiva “Mary, seja

⁸¹ “Eu usarei o modo infinitivo do tipo “X fazer A” em expressões canônicas de prescrições puras, despidas de roupagem mandamental.” (CASTAÑEDA, 1974, p. 40, tradução minha). “I shall use infinitive clauses of the form “X to A” as canonical expressions of pure prescriptions bereft of their mandate clothing.”

atingida por Paul".⁸² (CASTAÑEDA, 1970, p. 452-453, grifos do original, tradução minha)

Em relação à existência de relações lógicas mantidas entre entidades prescritivas, Castañeda postula a clássica pergunta em teoria da norma e lógica jurídica acerca da possibilidade de uma lógica peculiar a prescrições/imperativos. Parecem ser sinais dessa possibilidade o uso de conectivos lógicos, quantificadores e expressões inferenciais (e, ou, todo, algum, não, nenhum, se, então, portanto, logo, etc.) em frases imperativas sem que haja notória modificação no significado das constantes lógicas, bem como a existência de padrões inferenciais envolvendo imperativos e a possibilidade de qualificar determinadas inferências prescritivas como válidas ou inválidas.

Sabe-se que há uma respeitável tradição vinculada, sobretudo, à teoria do direito (tendo em Hans Kelsen e Alf Ross seus autores mais destacados) que repele enfaticamente essa alternativa, sustentando-se em uma das faces mais notórias do Dilema de Jørgensen, segundo a qual normas, ao contrário de proposições, não seriam falsas ou verdadeiras. Especificamente com respeito às normas jurídicas, no argumento kelseniano, estas poderiam receber a qualificação de válidas ou inválidas, conforme tenham sido promulgadas pela autoridade competente nos termos do procedimento legislativo adequado, o que sob nenhum aspecto guardaria relação com a característica bivalência das proposições⁸³.

⁸² "Clearly mandates belong into families. One and the same imperative sentence, e.g., 'Karl, go home at 3 p.m.', may express an order, a command, a piece of advice, a petition, a request, etc. What all these have in common is a structure consisting of a reference to an entity named 'Karl' and the predicative action going-home-at-3-p.m. This structure we shall call a *prescription*. It is like a proposition or statement; but in this simple or atomic case it differs from the corresponding proposition expressed with the sentences 'Karl goes home at 3 p.m.' and 'Karl will go home at 3 p.m.' in the way subject and predicate are related, i.e., in the copulation of the subject and predicate. The *prescriptive copulation*, we shall say, makes of the subject an agent prescriptively considered, and, likewise it makes of the action na action prescriptively considered. The crucial point is that an agent prescriptively considered has a certain asymmetry with respect to the other members of a relation. A clue to this appears in the fact that an indicative (i.e., proposition-expressing) sentence formulating the performance or doing of an action has both a passive and an active counterpart; but there is no such counterpart for an imperative (i.e., prescription-expressing) sentence. For example: we can say either 'Paul hit Mary' or 'Mary was hit by Paul' asserting the same proposition. But we cannot choose to put the prescription embedded in 'Paul, hit Mary' in the passive version 'Mary, be hit by Paul'."

⁸³ Acerca dessa relação Kelsen afirma o seguinte: "Sobre esta suposição do paralelo de valor-validade e valor-verdade baseia-se em grande parte a doutrina de que princípios lógicos são aplicáveis igualmente – ou de modo análogo – tanto a enunciados quanto normas. Mas este paralelo não existe. Sobretudo opõe-se-lhe que a relação entre o ato com o qual é estabelecida a norma e a validade da norma é fundamentalmente diferente da relação entre o ato com o qual é feito o enunciado e a verdade do enunciado." (KELSEN, 1986, p. 215)

Essa sorte de argumentos não desafia diretamente a proposta de Castañeda, porque em seu sistema há uma distinção clara entre *normas* e *prescrições*, que não é captada pela referência uniforme a entidades de linguagem prescritivas sob o conceito de “norma”. De todo modo, veremos isto mais à frente. No que toca às prescrições, Castañeda propugna por um alargamento do âmbito da lógica, em estratégia assemelhada à de Alchourrón e Martino, em *Logic without Truth* (1990).

É apenas porque sabemos, no caso de proposições, que as abordagens inferencial e semântica são virtualmente equivalentes que identificamos um problema na lógica de imperativos, quando não somos capazes de encontrar valores semânticos disponíveis para prescrições, esperando por nós. É apenas pressa, porém, que conduz à negação da lógica de imperativos (i.e., de prescrições e mandatos). Seria mais apropriado manter que prescrições e mandatos demonstram que as abordagens inferencial e semântica não são, afinal de contas, universalmente isomórficas.⁸⁴ (CASTAÑEDA, 1975, p. 102, tradução minha)

Há uma continuidade tão natural entre inferência e semântica em lógica proposicional (representada pelo princípio lógico de que a inferência é uma relação de preservação da verdade), que comumente não nos damos conta de que tal imbricação é um constructo em teoria lógica como tantos outros. Isso aparentemente significa que, para além do paralelismo entre implicações e algo como um “circuito semântico” que transporta a *verdade* entre os componentes de um argumento, ambas as estruturas formais podem ser autonomamente consideradas sem, necessariamente, serem definidas uma em relação à outra, como é feito no princípio lógico que ressaltai. Dito de outro modo, inferência é uma coisa, conteúdos semânticos e o mecanismo de comunicação de valores é outra. Se a relação entre uma e outra parece ter sido estabelecida de modo necessário em lógica proposicional, bem pode ser que não haja o mesmo paralelismo em outros sistemas, o que não exclui a existência de relações genuinamente lógicas (sobretudo a inferência) entre objetos linguísticos não dotados de valores-verdade (mas possivelmente dotados de outros valores).

⁸⁴ “It is only because in the case of propositions we know that the inferential and the semantical approaches are virtually equivalent, that we find a problem about the logic of imperatives when we do not find semantical values of prescriptions really available, waiting for us. But it is only rashness that leads to a denial of the logic of imperatives (i.e., of prescriptions and mandates). It would be more appropriate to hold that prescriptions and mandates show that the inferential and the semantical approaches to implication are not after all universally isomorphic.”

Esse modelo de implicação obedece, como vimos, às propriedades contidas na relação de inferência lógica paradigmática, isto é, a inferência proposicional. O estudo lógico da relação de inferência, seja proposicional, seja prático, pode ser feito abstraindo-se o conteúdo semântico dos itens lógicos implicados, no que Castañeda chama de *relação de dedutibilidade* (Idem, Ibidem, p. 75). As inferências imperativas, assim, são isomórficas às inferências proposicionais, uma vez que a relação de inferência em si é anterior aos conteúdos lógicos que nela ingressam. Isso não significa, porém, que as implicações práticas não possam ser concebidas em termos semânticos. Ao lado da relação de dedutibilidade estrita em lógica deôntica, há também, para Castañeda, relações de natureza semântica entre unidades prescritivas. A diferença fundamental consiste no valor associado às prescrições. Se proposições são verdadeiras ou falsas, prescrições são semanticamente caracterizadas por meio de valores análogos, mas não exatamente valores-verdade: “prescrições e mandatos detêm valores ontológicos ou “semânticos” que são formalmente, logicamente exatamente análogos a valores de verdade.”⁸⁵ (Idem, Ibidem, p. 120, tradução minha).

Quais são estes valores? Castañeda os denomina de valores de *Legitimidade* (uso que se distingue das acepções ordinárias da palavra pelo emprego da letra maiúscula) ou *ortóticos* (*orthotic*), em seu sentido positivo, e valores de *Ilegitimidade* ou *anaortóticos* (*anorthotic*), na acepção negativa⁸⁶. Que aspectos das prescrições e práticas Castañeda procura ressaltar a partir da propositura de um valor semântico a elas correspondente? Em primeiro lugar, ainda que a inferência prático não seja funcional-veritativa, como ocorre com a relação de inferência proposicional, ela envolve o mesmo mecanismo de transposição semântica ao longo da cadeia implicativa, ou seja, inferências prescritivas de premissas designadas positivamente (premissas ortóticas, no caso) transmitem seu valor semântico para as consequências lógicas. Depois, apesar de se referirem a

⁸⁵ “[...] prescriptions and mandates have ontological, or semantical values that are formally, logically exactly analogous to truth-values.”

⁸⁶ Uma vez que prescrições e práticas, como vimos, são o núcleo significativo de mandatos e intenções, estes últimos também partilham dos valores semânticos dos primeiros. Assim, tanto as práticas abstratamente consideradas quanto os mandatos e intenções são, do ponto de vista semântico, Legítimos (ortóticos) ou Ilegítimos (anaortóticos), ainda que o valor pertença propriamente ao noema (prática) e não à expressão concreta, assim como o valor-verdade está nas proposições, e não nas sentenças que as veiculam.

ações, tais valores não se comprometem, em sua acepção positiva ou negativa, nem com a performance nem com a omissão da ação em questão (Idem Ibidem, p. 131). Mas se os valores de práticas e mandatos ingressam em inferências práticas e são comunicados na estrutura do argumento, apesar de não garantirem a realização das ações estipuladas (como seria o caso de uma proposição verdadeira), do ponto de vista intuitivo eles aludem à razoabilidade ou correção das prescrições e mandatos correlatos Legítimos ou ortóticos:

O objetivo de ordenar, aconselhar, recomendar ou requerer que algo seja feito quando a ordem, conselho, recomendação ou pedido é dado de um modo inferencial ou quase inferencial é apelar para a razão do agente: a questão é procurar persuadir o agente a realizar uma ação, convencendo-o por meio de razões que a ação recomendada, ordenada ou requerida tem certa razoabilidade. Não há na linguagem ordinária nenhuma palavra que se refira ao valor designado de imperativos. Nós aludimos a ela quando dizemos que a ação exigida por um imperativo é razoável ou conveniente, boa ou própria, correta ou apropriada, justificada ou devida, ou a ação correta em dadas circunstâncias. [...] Considere, então, um mandato que exige de certos agentes ações boas, próprias, adequadas ou convenientes para estes agentes, dadas certas circunstâncias. Nós diremos [...] que um imperativo nesta posição é *Legítimo* ou *ortótico*, com respeito às circunstâncias em questão. Nós falaremos dos valores de Legitimidade, ou dos valores ortóticos de imperativos. Nossa alegação é que os valores ortóticos são os valores de prescrições e mandatos envolvidos em inferências.⁸⁷ (Idem, Ibidem, p. 132, grifos do original, tradução minha)

Uma teoria semântica baseada exclusivamente na razoabilidade genérica de determinadas unidades de linguagem prescritivas não parece ser capaz de oferecer sequer um começo de terreno sólido para a constituição de um sistema formal completo (sintaticamente e semanticamente caracterizado)⁸⁸. O que Castañeda busca apreender nas considerações gerais de razoabilidade, correção, conveniência, etc, que associa aos valores ortóticos são apenas as intuições práticas por trás da designação positiva de mandatos e prescrições/práticas, bem

⁸⁷ "The aim in commanding, advising, recommending, or requesting to do something when the command, advice, recommendation or request is given in an inferential or quasi-inferential dress is to appeal to the agent's reason: the point is to attempt to persuade the agent to perform by convincing him by reasons that the action recommended, ordered, or requested, has certain reasonableness. In ordinary language there is no standard word to refer to the designated value of imperatives. We allude to it when we say that the action demanded by an imperative is reasonable or convenient, or allright, or proper, or correct, or appropriate, or justifiable, or due, or the right one in given circumstances. [...] Consider, then, a mandate demanding of certain agents actions that are allright, or proper, of fine, or convenient for those agents to perform, given certain circumstances. We shall say [...] that an imperative in that position is *Legitimate*, or *orthotic*, with respect to the circumstances in question. We shall speak of the Legitimacy-values, or of the orthotic values, of imperatives. Our claim is that orthotic values are the values of prescriptions and mandates involved in inferences."

⁸⁸ Vimos, porém, que isso não se revela um problema para von Wright, em *Norms, Truth and Logic* (1983).

assim o âmbito de sentido expresso pelos neologismos que concebe. A constituição de uma teoria semântica que se aproxime da robustez filosófica das teorias semânticas da lógica proposicional, apta a preservar a proximidade da analogia que Castañeda quer manter com a inferência proposicional e com a semântica verifuncional equivalente, mas que mantenha a flexibilidade necessária à consideração de itens práticos da linguagem, depende da concepção de algum tipo de *quadro de referência* para o estabelecimento de um procedimento de verificação que torne decidíveis os valores semânticos de práticas e mandatos.

O quadro de referência em apreço é chamado por Castañeda de *contexto de legitimidade*. Os valores de Legitimidade ou valores ortóticos das práticas podem ser determinados a partir de tais contextos, ligados a fins cuja realização é almejada. Fins são estados de coisas correspondentes a proposições (Idem, Ibidem, p. 134). Os agentes aos quais são dirigidas as práticas voltadas à consecução desses fins podem agir Legitimamente ou Ilegitimamente, caso endossem (*endorsement*) ou não as práticas qualificadas por contextos de Legitimidade. Ações e agentes relevantes, nesse particular, são aqueles capazes de influenciar o que Castañeda denomina de Zona de Indeterminação do Futuro (*Future Zone of Indeterminancy*), considerado o fragmento do futuro não submetido à causalidade e às leis naturais, e incluído no campo de influência ativa de um dado agente.

Do ponto de vista formal, contextos de legitimidade são conjuntos $C(A, E, S, \alpha, t)$, onde A é um conjunto de agentes, E é um conjunto de fins almejados, S são situações ou circunstâncias especificadas, α é o conjunto de ações práticas que produzem E , e t é o tempo especificado de ocorrência das ações (Idem, Ibidem, p. 137).

Havendo uma pluralidade de contextos de legitimidade, a depender dos itens lógicos que integram os subconjuntos de C , os valores ortóticos das práticas e mandatos variam segundo o contexto que os qualifica. De acordo com determinados contextos ligados a distintos fins ou objetivos, uma mesma prática pode ser Legítima ou ortótica com respeito ao contexto de Legitimidade p e Ilegítima ou anaortótica (*anarthotic*) com respeito ao contexto de Legitimidade q .

Isso, porém, nos basta para a presente caracterização semântica de práticas. Prestarei maior atenção à relatividade de contextos de Legitimidade, e darei seguimento à exposição dos demais componentes da semântica praticional ao sugerir de que modo as características da semântica de práticas repercutem sobre o estatuto semântico próprio das proposições deônticas (normas).

4.2.3.3 Juízos deônticos

Normas, proposições deônticas e juízos deônticos são expressões sinônimas. Tratam-se, para Castañeda, da forma fundamental das normas institucionais, inclusive das normas morais e jurídicas. Sintaticamente, os juízos deônticos são formados pela aplicação dos operadores deônticos de obrigação (O), permissão (P), proibição (PH) e opção (OP) não sobre proposições (SDL) ou ações genéricas (von Wright), mas sobre *práticas*, aqui representadas por letras maiúsculas italicizadas (*A*, *B*, *C*, ...). A unidade completa formada pelo operador e pelo escopo (i.e., a norma), por seu turno, é uma proposição ou juízo deôntico: “Operadores deônticos de dever-fazer são operadores incidentes sobre práticas. Operadores deônticos de dever-fazer geram proposições ou sentenças.”⁸⁹ (Idem, *Ibidem*, p. 258, tradução minha).

Apesar de normas serem indistintamente tomadas como proposições, não se tratam de meras descrições de estados de coisas ou conteúdos abstratos de sentenças declarativas. A acepção em que Castañeda toma os juízos deônticos é notoriamente agencial. Aqui, portanto, o autor demarca sua posição em face dos sistemas-padrão, que concebem operadores deônticos como incidentes sobre classes linguísticas proposicionais, gerando sentenças do tipo “É obrigatório/proibido/permitido ser o caso/que seja o caso que *p*”, comumente considerada uma norma. O atributo normativo do enunciado no SDL fica restrito à natureza deôntica do operador, sem considerações acerca de agentes, ações ou ligações (cópulas) de tipo prescritivo. Já os operadores deônticos de dever-fazer se

⁸⁹ “D.1. Deontic operators of the Ought-to-do type are operators on practitions. D.2. Deontic operators of the Ought-to-do type yield propositions or statements.”

aplicam sobre classes de linguagem constituídas por agentes e ações prescritivamente unidas e geram, por sua vez, normas que tanto descrevem cursos de ação exigíveis quanto estipulam deveres, e não estados de coisas deonticamente considerados (dever-ser). No limite, sistemas de dever-ser são capazes de formular desejos e utopias em termos gerais sem, contudo, poderem dirigir-se à conduta de agentes. Por essa razão, Castañeda classifica os deveres estipulados sob a semântica do dever-ser como *deveres axiológicos*, meras declarações de vontade não-agenciais.

As proposições deônicas cuja estrutura temos analisado devem ser cuidadosamente distinguidas de outras proposições, também frequentemente expressas por meio de sentenças contendo palavras deônicas. Na terminologia tradicional filósofos anteriores estabeleceram distinções entre o Dever-ser e o Dever-fazer. Nossas proposições deônicas pertencem ao dever-fazer. Nossas proposições deônicas são o resultado da aplicação de operadores sobre práticas: elas exigem um sujeito lógico que exerça o papel de agente e uma ação relacionada a um agente não como mero predicado proposicional, mas tomada na forma prescritiva ou intencional de cópula. Por outro lado, o Dever-ser não envolve agentes ou ações: ele meramente se aplica a estados de coisas independentemente da existência de uma obrigação de que alguém o produza ou não. Por exemplo, a frase 'Não deve haver doenças' pode, e geralmente é usada para formular uma sentença que não exige de quem quer que seja uma ação. A declaração é meramente a formulação de uma condição cuja realização tornaria o mundo melhor. [...] O dever envolvido nessa declaração é um valor positivo, i.e., uma propriedade axiológica acerca da inexistência de doenças.⁹⁰ (Idem, *Ibidem*, p. 207, tradução minha)

Os operadores deônicos em questão, também chamados pelo autor de propriedades deônicas (*deontic properties*), encontram-se implícita ou explicitamente subscritos por um índice que denota seu pertencimento a um específico sistema normativo – a exemplo de obrigatório_{*i*}, que poderia ser uma obrigação em sentido jurídico. Essa característica se estende aos juízos deônicos, entendidos como partícipes normativos dos sistemas denotados pelos índices de

⁹⁰ "The deontic propositions whose structure we have been analyzing must be carefully distinguished from other propositions that are often expressed also with sentences containing deontic words. In traditional terminology, former philosophers distinguished between the Ought-to-do and the Ought-to-be. Our deontic propositions belong in the ought-to-do. Our deontic propositions are the result of operations on practices: they require a logical subject that plays the role of an agent and an action that is related to an agent not as a mere propositional predicate but in the prescriptive and intentional form of copulation. On the other hand, the Ought-to-be does not involve agents or actions: it merely applies to states of affairs independently of anybody having an obligation to bring it about or not. For instance, the sentence 'There ought to be no illnesses' can be, and is often, used to make a statement that demands no action of anyone. The statement is merely the formulation of a condition the realization of which would make the world a better world. [...] The oughtness involved in that statement is a positive value, i.e., an axiological property of there being no illnesses."

seus operadores. É precisamente por essa razão que Castañeda entende que os operadores deônticos são verdadeiras *propriedades* dos juízos que os incluem: Diferentes âmbitos normativos (direito, moral, regras de um jogo) determinam distintas propriedades deônticas (legalidade, moralidade, correção segundo regras) que, por sua vez, geram normas pertencentes a sistemas normativos diversos entre si.

Proposições deônticas, ademais, mantêm relações especiais com os mandatos a elas correspondentes. Isso se dá através de uma espécie de solo ou fundamento normativo constituído pelos juízos deônticos com respeito aos mandatos de igual conteúdo, isto é, aos mandatos que veiculam a mesma prática contida no juízo. Desse modo, se existe no sistema normativo *i* uma proposição deôntica que estipula que 'X é obrigado_i a fazer A', então o mandato 'X, faça A' decorre diretamente desta norma. É nesse sentido que Castañeda diz que normas implicam mandatos/imperativos e que estes são capazes de reforçar as proposições deônticas originárias. (Idem, Ibidem, p. 191).

O aspecto mais surpreendente, porém, da caracterização que Castañeda faz dos juízos deônticos diz respeito à teoria semântica que sustenta a verifuncionalidade de normas. A complexidade do tema, bem assim a estreita ligação entre as semânticas de normas e de práticas, tornam mais adequada sua apresentação autônoma.

4.2.4 Semântica da linguagem prática

Vimos brevemente que Castañeda assume deliberadamente o caráter proposicional das normas institucionais. A consequência imediata que advém dessa conclusão não é outra senão a de que as normas são verdadeiras ou falsas, em moldes similares à verifuncionalidade das proposições⁹¹.

⁹¹ Valores de verdade, para Castañeda, são condições suficientes e necessárias para o caráter proposicional de um objeto de linguagem (Idem, Ibidem, p. 55). Isso talvez possa explicar a facilidade com que o autor atribui às normas o *status* de proposições. Se os critérios definidores das entidades proposicionais se esgotam no valor semântico (valor-verdade), então basta construir uma teoria

Creio que aqui há um ponto de tensão que precisa ser mencionado e que diz respeito ao tratamento que uma certa tradição da lógica deôntica confere ao problema da semântica normativa, em oposição ao tratamento propugnado por Castañeda. Afirmei no início do trabalho que as questões filosóficas que orbitam o dilema de Jørgensen não seriam diretamente enfrentadas, mas que caberia tratar de algumas delas à medida em que a discussão em pauta o exigisse. Pois bem, sabe-se que existem três alternativas fundamentais de enfrentamento das dificuldades impostas pelo dilema (NAVARRO; RODRÍGUEZ, 2014, p. 51). Tratam-se, em linhas muitas gerais, 1) da aceitação da impossibilidade de formulação de um modelo propriamente lógico para a análise e formalização da linguagem normativa, e da substituição dessa pretensão por algum tipo de padrão de racionalidade⁹²; 2) da extensão do âmbito da lógica para além dos limites da verdade, a partir da concepção de que relações lógicas não estão subordinadas, no nível sintático, a uma univocidade semântica veritativa⁹³; 3) da rejeição do dilema e da definição de que normas, afinal, são unidades lógicas funcional-veritativas.

Cabe ressaltar que, a depender do ponto ou fragmento do sistema de Castañeda tomado em consideração, duas alternativas diferentes são eleitas. Isso ocorre porque há uma evidente distinção entre, por um lado, práticas e mandatos, que incluem todos os entes propriamente imperativos e mandamentais da linguagem, e normas. No nível prático, por assim dizer, Castañeda opta pela segunda alternativa ao *puzzle*. No nível normativo (i.e., ao tratar de normas propriamente ditas) o autor recorre à rejeição pura e simples do dilema de Jørgensen, assumindo que juízos deônticos são, de fato, verdadeiros ou falsos.

Dito isto, o ponto cujo esclarecimento se faz necessário é o seguinte: Quando Castañeda afirma que juízos deônticos ou normas são proposições, ele está afirmando a mesma coisa que von Wright (como pudemos verificar), Bulygin, Alchourrón, Hedenius, Ross e, em alguma medida, Kelsen (BULYGIN, 2015, p. 195-

semântica em termos de verdade para autorizar que entidades linguísticas muito distintas de meras descrições de estados de coisas sejam também chamadas proposições.

⁹² Essa parece ter sido a opção de von Wright em *Norms, Truth and Logic*.

⁹³ Estratégia adotada por Alchourrón e Martino, em *Logic without Truth* (1990), cuja semelhança com a pretensão de autonomia da *relação de dedutibilidade* em Castañeda ressaltarei alhures.

196) dizem sobre as proposições normativas, isto é, que estas equivalem às acepções descritivas de uma ambiguidade que admite também acepções prescritivas concernentes aos mesmos enunciados da linguagem normativa? O fragmento a seguir sugere que Castañeda parece ignorar (talvez deliberadamente) a conhecida polissemia:

Para começar, noemata deônticos são adequadamente ditos verdadeiros ou falsos. Por exemplo: é verdadeiro que nos Estados Unidos deve-se dirigir pelo lado direito da pista; é verdadeiro que os moradores de Detroit devem pagar o imposto de renda para o Município de Detroit; é verdadeiro que na Universidade de Wayne State um professor assistente tem o direito de candidatar-se ao Prêmio de Reconhecimento do Fundo de Wayne State [...].⁹⁴ (CASTAÑEDA, 1975, p. 182, tradução minha)

Os exemplos fornecidos por Castañeda seriam tipicamente tomados pela tradição aqui evocada como representativos do sentido descritivo das sentenças deônticas. Deve-se considerar, então, que Castañeda comete o mesmo equívoco contra o qual tantas vezes se advertiu em lógica deôntica, consistente em confundir os sentidos prescritivo e descritivo de expressões deônticas? Creio, por algumas razões, que essa opção não é plausível. Retornarei a elas, porém, somente ao final do capítulo. Antes, vamos nos deter sobre os exatos contornos da estrutura semântica de proposições deônticas.

A assunção por Castañeda de que normas são entidades linguísticas portadoras de valores-verdade parece ser um passo radical em lógica deôntica e em teoria da norma⁹⁵. Sabedor das controvérsias historicamente associadas à tese (lembremo-nos, por todos os outros, da integral rejeição de Kelsen a essa ideia), Castañeda repercute essas dificuldades: “O que faremos? Diremos que os juízos deônticos são verdadeiros ou falsos? São eles verdadeiros ou falsos exatamente no mesmo sentido em que proposições comuns são verdadeiras ou falsas?”⁹⁶ (Idem, *Ibidem*, p. 183, tradução minha). Tais questões parecem decorrer de uma sensação

⁹⁴ “To begin with, deontic noemata are properly spoken of as true or false. For instance: it is true that in the United States one must drive on the right-hand side of the road; it is true that residents of Detroit have to pay an income tax to the City of Detroit; it is true that at Wayne State University an assistant professor has a right to apply for the Wayne State Fund Recognition Award [...].”

⁹⁵ Um dos únicos autores que aceitam essa hipótese – por razões filosóficas completamente distintas, no entanto – é Georges Kalinowski. Ver KALINOWSKI, 1996.

⁹⁶ “What are we to do? Are we to say that deontic judgments are true or false? Are they true or false in exactly the same sense in which ordinary propositions are true or false?”

de estranhamento adequadamente identificada por Castañeda quando compara a suposta verdade deôntica com as verdades científicas e matemáticas:

Não obstante, há uma diferença entre os procedimentos de verificação científicos e matemáticos e todos os procedimentos de verificação de verdades deônticas. A diferença é, grosseiramente, que as verdades deônticas parecem ser construções humanas em um sentido em que verdades científicas e matemáticas não o são.⁹⁷ (Idem, Ibidem, p. 183, tradução minha)

O que seria, então, verdade em sentido deôntico? Qual é o quadro de referência apto a estabelecer uma ligação com as proposições deônticas, a fim de lhes conferir valores de verdade, à semelhança da relação de isomorfismo entre fatos e proposições que identifica a verdade para as proposições em geral?

Voltemos, momentaneamente, às práticas. Vimos que seus valores de Legitimidade ou valores ortóticos podem ser determinados a partir de contextos de Legitimidade, ligados a fins cuja realização é almejada. Vimos, também, que isso confere uma inerente variabilidade aos valores de práticas, o que quer dizer que, ao contrário dos valores de verdade que se presumem perenes e independentes dos contextos dos quais são extraídos, os valores de Legitimidade de práticas lhes são intimamente dependentes.

Há uma diferença tremendamente importante entre os valores semânticos de proposições, i.e., aqueles envolvidos em implicação, nomeadamente verdade e falsidade, e os valores semânticos de práticas. Os primeiros são apenas dois valores absolutos no sentido de que uma proposição tem seus valores de uma vez por todas e independentemente de quão largo seja um segmento do universo atual considerado. [...] Por outro lado, os valores semânticos das práticas são inúmeros e dependem intimamente de segmentos do universo. Eles pertencem à Legitimação de comandos, ordens, requerimentos, conselhos, petições ou resoluções formuladas.⁹⁸ (Idem, Ibidem, p. 240, tradução minha)

⁹⁷ Nevertheless, there is a difference between mathematical and scientific verification procedures and all the procedures for verifying deontic judgments. The difference is, roughly, that many a deontic truth seems to depend intimately on legislative procedures, so that deontic truth seems man-made in a way in which scientific and mathematical truths are not man-made."

⁹⁸ "There is a tremendously important difference between the semantical values of propositions, i.e., those involved in implication, namely truth and falsity, and the semantical values of practitions. The former are just two absolute values in the sense that a proposition has its values once and for all tenselessly and regardless of how large a segment of the actual universe we consider. [...] On the other hand, the semantical values of practitions are many and depend intimately on segments of the universe. They pertain to the Legitimization of the commands, orders, requests, pieces of advice, or petitions, or resolutions they formulate."

Acabamos de ver, agora com relação às proposições normativas, que Castañeda admite irrestritamente o caráter proposicional dos juízos deônticos. Esse aspecto, porém, não reproduz a noção de verdade no exato sentido em que as proposições relativas a fatos brutos, por exemplo, revelam-se verdadeiras. Ao contrário, o valor de verdade das proposições deônticas está ligado, em última instância, ao valor de Legitimidade das práticas que são seus conteúdos. A proposição deôntica é verdadeira se a prática que ela encerra for legítima para a consecução dos fins instituídos pelo contexto de Legitimidade do qual ambos fazem parte.

Situados no espaço prático dos contextos de legitimidade, práticas e proposições deônticas naturalmente entram em conflito com unidades práticas pertencentes a outros contextos de legitimidade. A ação concreta, porém, só é possível se em algum momento tais conflitos forem resolvidos e um contexto de legitimidade unificado daí emergir.

Um imperativo pode ser Legítimo em um contexto e Ilegítimo em outro, tendo em vista os possíveis conflitos de fins, bem como de procedimentos. Mas a Legitimidade ou Ilegitimidade de um imperativo relativo a certo contexto constituído por um conjunto de fatos, fins, convenções procedimentais seria inútil, a não ser que o conflito fosse resolvido em um contexto mais amplo. Em casos de conflito, a própria vida nos impele a tomar decisões e a produzir equilíbrio, de modo que podemos falar de um contexto total, no qual observamos os fins e convenções procedimentais como hierarquicamente organizados, ainda que a organização seja grosseira e sujeita a revisão e mesmo se a sua estrutura e seus contornos sejam apenas vagamente concebidos (assim pode realmente ser, especialmente no caso de um conflito).⁹⁹ (Idem, *Ibidem*, p. 241, tradução minha)

Os contextos totais de fins hierarquicamente organizados aqui referidos são chamados por Castañeda de contextos absolutos (*absolute contexts*). Tais contextos são o resultado da revisão mínima (efetuada pelos agentes relevantes) capaz de tornar complexos hierárquicos de fins conflitantes mutuamente compatíveis

⁹⁹ “An imperative may be Legitimate in one context and Nonlegitimate in another in view of the possible conflicts of ends as well as of procedures. But the Legitimacy or Non-legitimacy of an imperative relative to a certain context constituted by a set of facts, ends, procedural conventions and decisions would be useless unless the conflict were resolved in a larger context. In cases of conflict, life itself forces us to make choices and produce a balance, so that we may speak of a total context, in which we regard the ends and procedural conventions as hierarchically organized, even if that organization is rough and revisable and even if its structure and outline are only dimly conceived (as it may well be, especially in the case of a conflict).”

(harmonização). Com efeito, o uso ordinário dos imperativos prescinde da constante indicação do contexto que legitima o emprego de um mandato. Isso significa que nem todo uso de imperativos se vale de contextos específicos legitimadores, ou melhor, que alguns deveres extraem sua legitimidade de contextos absolutos implícitos, onde todos os conflitos normativos, finalísticos e práticos são conjuntamente considerados e harmonizados, emergindo daí normas ou deveres derogatórios (*overriding oughts*).

Os valores equivalentes às práticas que emergem de contextos absolutos também recebem uma designação especial; como tais práticas não são qualificadas por contextos específicos o autor as categoriza como *necessariamente Legítimas* (*necessarily Legitimate*), dotadas de valores ortóticos não-qualificados (*unqualified orthotes*). Pois bem, os juízos deônticos cujos núcleos práticos pertencem a essa categoria são igualmente deveres não-qualificados¹⁰⁰, destituídos dos índices inclusos nos operadores que identificam o sistema normativo do qual o dever faz parte, e dotados de um sentido mais forte e perene de verdade prática. (Idem, Ibidem, p. 141-144)

Ao lado da valoração de normas em termos de legitimidade necessária e contextos absolutos, Castañeda propõe uma sua versão da semântica de mundos possíveis, denominando-a *semântica de mundos práticos alternativos* (*alternative practical worlds*). É aqui que Castañeda endereça ao SDL suas mais contundentes críticas.

¹⁰⁰ Em *An Essay* (1968) Von Wright faz menção à abordagem teórica que atribui valores de verdade a normas com fundamento nos fins para os quais a norma aponta. Segundo o autor finlandês, no entanto, esta é apenas uma dentre as classes normativas existentes, tratando-se das *normas técnicas* (*technical norms*): “Cuida-se de uma questão filosófica amplamente debatida se normas podem ter valores de verdade. É útil relacionar este problema à questão acerca de como normas de um dado código, ordem ou sistema estão relacionadas a alguns conjuntos de fins (valores). Normas que em sentido estrito podem ser derivadas de um dado conjunto de fins podem ser concebidas como verdadeiras ou falsas com respeito a estes fins [...]. As chamadas *normas técnicas* são desse tipo. Normas sem relação com fins, normas puramente convencionais, não mantêm qualquer relação com a verdade.” (VON WRIGHT, 1968, p. 70-71, tradução minha). “It is a much debated philosophical question whether norms can have truth-value. It is helpful to relate this problem to the question how the norms of a given code or order or system are related to some set of ends (values). Norms which may be in the strict sense derived from a given set of ends can be said to be true or false relative to those ends [...]. So-called *technical norms* are of this kind. Norms without relation to ends, norms which are purely conventional, have no relation to truth either.”

Verificamos que, do ponto de vista da estrutura interna das normas, isto é, dos componentes que ingressam na formação de expressões normativas e das cópulas lógicas que os unem, as abordagens-padrão não se detém, em geral, sobre a natureza da copulação entre o modal deôntico e a proposição e, assim, não lhe reconhecem qualquer característica distintiva.

A interpretação impessoal da lógica deôntica é sobremaneira reforçada quando a estes aspectos sintáticos se liga a semântica tornada padrão para o SDL. Trata-se, como vimos, da semântica de mundos possíveis que, normativamente interpretada, é conhecida como semântica de mundos deonticamente perfeitos. Nesse particular, Castañeda entende que lógicas deônticas do dever-ser e suas semânticas de utopias não estão aptas a integrar agentes e ações em suas fórmulas bem formadas e, portanto, não se prestam a formular regras de conduta ou prescrições e a orientar o pensamento prático:

Na abordagem padrão se D é uma expressão deôntica e f é uma fbf [fórmula bem formada], Df é uma fbf do mesmo tipo de f . Semanticamente, a ideia é que Df é verdadeiro em um dado mundo possível w se, e somente se, f é verdadeiro (ou falso, a depender de D) em algum (ou em todos os) mundo(s) possível(eis) ideal(ais) com respeito a W . Aqui, um mundo possível W' é ideal com respeito a W se, e somente se, todas as obrigações pertencentes a W são tanto obrigações de W' quanto cumpridas em W' . [...] O contraste primário na concepção de lógica deôntica acima é o contraste entre o que é e o que deve ser. A ideia de *quem* deve realizar a obrigação não é considerada, de forma que a abordagem pode lidar apropriadamente com enunciados impessoais como 'Não deveria haver dor', significando meramente a articulação de algo acerca do universo, que não é concebido como agente, mas simplesmente como a totalidade das coisas que existem e dos fatos. Esse enunciado impessoal expressa o que seria uma ausência necessária em todo o universo, e tanto não atribui responsabilidade por qualquer ação a alguém, quanto não exige nenhuma ação de ninguém: o enunciado não é orientado a nenhum agente: ele tem a estrutura do enunciado 'É (seria) desejável que não houvesse dor'.¹⁰¹ (CASTAÑEDA, 1970, p. 450, nota explicativa e tradução minha e grifos do original)

¹⁰¹ "[...] on the standard approach if D is a deontic expression and f is a wff, Df is a wff of the same general kind f is. Semantically, the idea is that Df is true in a given possible world w if and only if f is true (or false, depending on D) in some (or every) possible world which is ideal with respect to W . Here a possible world W' is ideal with respect to W if and only if all obligations belonging to W both are also obligations belonging to W' and are fulfilled in W' . [...] The primary contrast in the above conception of deontic logic is the contrast between what is and what ought to be. The idea of *who* is to realize the obligation is not considered, so that the approach can handle very nicely genuinely impersonal statements like "There ought to be no pain", meant merely to articulate something about the universe, which is not conceived as an agent but simply as the totality of all existents and all facts. This impersonal statement tells of what would be a necessary lack in every universe, and neither attributes responsibility for any action to somebody nor demands any action from anybody: the statement is oriented to no agents: it has the structure of the statement 'It is (would be) desirable that there were no pain'."

Mantendo-se sobre a estrutura conceitual da semântica de mundos, Castañeda oferece a sua proposta. Uma vez que nela os componentes lógicos básicos são práticas, e não proposições descritivas de estados de coisas, não há qualquer exigência com respeito ao cumprimento de deveres em mundos ideais ou à verdade de proposições em mundos acessíveis ao mundo real; tão-somente se exige que as práticas derivadas de um ordenamento de normas qualquer sejam necessariamente prescritas a agentes.

Em artigos recentes adotei uma visão não-padronizada da lógica deôntica. Essa visão direciona seu foco para enunciados de dever agenciais, e está baseada em uma generalização da estrutura comum subjacente a todos os processos legislativos ou de elaboração de leis. [...] Assim, um fragmento legislativo confronta o mundo real, imbuído de todos os seus fatos e leis da natureza, com outros possíveis mundos práticos em que os mesmos fatos e leis da natureza se mantêm, mas diferentes decisões e ordens tomam lugar: a elaboração de um conjunto de regras é, no fundo, nada mais (nesta análise) que a adoção de um sistema S_β de mundos *práticos* alternativos, que compartilham os mesmos fatos e o mesmo conjunto β de prescrições ou comandos. Uma prescrição ou comando contingente (com respeito a S_β) é aquele que se mantém em alguns mundos, mas deixa de se manter em outros mundos de S_β . O que é obrigatório com respeito à legislação ou legalização de β , i.e., o que é obrigatório $_\beta$ é aquilo que é 'comandado' em todos os mundos de S_β : O que é obrigatório é, então, em certo sentido, o que é necessariamente prescrito ou comandado.¹⁰² (Idem, Ibidem, p. 452, grifos do original, tradução minha)

As cláusulas de Legitimidade para as normas obrigatórias baseadas na estrutura de mundos práticos alternativos são as seguintes, onde O_i é uma obrigação qualificada por um contexto de legitimidade i , O (sem índices) é um dever ou obrigação derogatório (*overriding ought*), A é uma prática, D_0 é o mundo atual, D_h é um mundo considerado, D_h' é o conjunto dos mundos práticos alternativos ao(s) mundo(s) considerado(s) e S é o conjunto de conjuntos de mundos do universo.

$O_i(A) \in D_h$ se, e somente se, $A \in D_h'$, para todo D_h' de S

¹⁰² "In earlier papers I have adopted a non-standard view of deontic logic. That view focuses on the agential ought statements, and is based on a generalization of the common structure underlying all processes of legislating or rule-making [...]. Thus, a piece of rule-making confronts the real world, with all facts and laws of nature, with other possible practical worlds in which the same facts and laws of nature hold, but different decisions and orders take place: the making of a set of rules is, at bottom, nothing more (on this analysis) than the adoption of a system S_β of alternative *practical* worlds which share both the same facts and the same set β of prescriptions or commands. A contingent prescription or command (with respect to S_β) is one that holds in some worlds but fails to hold in other worlds of S_β . What is obligatory with respect to the legislating or enacting of β , i.e., what is obligatory $_\beta$ is what is 'commanded' in every world of S_β . What is obligatory is, thus, in a sense, what is necessarily prescribed or commanded."

$O(A) \in D_h$ se, e somente se, $A \in D_{h'}$ e $A \in D_0$, para todo $D_{h'}$ de S

Cumpra apenas ressaltar que, ao contrário da semântica de Kripke, caracterizada pela existência de relações lógicas de acessibilidade entre os mundos possíveis, não há a postulação por Castañeda de algo assemelhado a esse dado técnico, o que parece enfraquecer sua proposta.

4.2.5 Axiomatização

A apresentação dos componentes lógicos básicos do pensamento prático autoriza, enfim, o oferecimento de uma estrutura axiomática para o sistema de lógica deôntica propugnado por Castañeda. A axiomatização não apenas diz respeito à possibilidade de avaliar o sucesso da transposição de teses filosóficas para um cálculo lógico, como também lança as bases sintáticas para o exame da eficácia dos métodos de solução dos paradoxos deônticos defendidos por Castañeda, e que introduzirei a seguir. A e B são práticas, p é uma proposição, p^* é uma proposição ou prática (para os princípios referentes a ambos), os conectivos lógicos são os conectivos booleanos usuais, com exceção da implicação material, substituída por \supset , e entendida como em linguagem ordinária como “não ...e não ...” ou, de modo mais simples, como se, e se aplicam sobre proposições (puras ou deônticas) e práticas. Por fim, O_i é o operador deôntico de obrigação subscrito por um índice contextual (Idem, 1975, p. 255-272).

Axiomas:

(A1) Axiomas do CP

(A2) $O_i A \supset \neg O_i \neg A$

(A3) $O_i A \wedge O_i B \supset O_i (A \wedge B)$

(A4) $O_i A \supset A$

Regras de inferência:

(R1) $p^* \supset q^*, p^* \vdash q^*$ modus ponens

(R2) $\vdash (p \wedge A_1 \wedge \dots \wedge A_n) \supset B \vdash (p \wedge O_i A_1 \wedge \dots \wedge O_i A_n) \supset O_i B$ princ. de consequência

Vale destacar, pela importância que tem na solução dos paradoxos deônticos, que R2 é o princípio de consequência deôntica retificado por Castañeda (PCD*), segundo o qual o escopo dos operadores deônticos é constituído exclusivamente por práticas.

4.3 A SOLUÇÃO DOS PARADOXOS DEÔNTICOS EM CASTAÑEDA

Tivemos a oportunidade de considerar brevemente a classe de problemas técnicos que mais insistentemente aponta para a existência de inadequações linguísticas no cálculo deôntico padrão, os paradoxos deônticos, responsáveis pela produção de uma abundante literatura respectiva. À medida em que soluções pontuais foram apresentadas, versões mais resistentes dos paradoxos eram sugeridas em resposta, bem como novos e mais profundos dilemas deônticos, a exigir soluções diferentes de meras retificações técnicas em aspectos sintáticos pontuais do SDL.

Me deterei agora sobre a proposta de solução unificada introduzida por Castañeda e procurarei demonstrar como a solução deriva diretamente de sua teoria do pensamento prático e da crucial distinção por ele introduzida entre *proposições* e *práticas*.

A metodologia tradicional de solução dos paradoxos, segundo Castañeda, consistiria ora em estabelecer, da perspectiva semântica, distintas restrições para a relação de acessibilidade entre mundos, ora em remover, acrescentar ou modificar os axiomas do sistema, impedindo a provabilidade dos teoremas problemáticos. Abordagens desse tipo são duramente criticadas pelo autor (1981, p. 38) por seu caráter *ad hoc*: os paradoxos que deixam de surgir cedem lugar a novos dilemas não previstos pela solução inicial, decorrentes das modificações impostas ao sistema. O método que propõe, por seu turno, mantém escrupulosa atenção aos contornos semântico-sintáticos da linguagem natural, de modo que a estruturação lógica das sentenças deônticas espelhe a forma gramatical de sentenças da

linguagem ordinária. Consideremos o seguinte exemplo de raciocínio prático, a partir do qual o autor pretende reconhecer os aspectos lógico-gramaticais principais da linguagem prescritiva (aqui e nos demais exemplos citados os trechos em itálico representam *pratições*):

1. Alchourrón está obrigado a fazer o seguinte: (a) se Bulygin envia o segundo esboço do último artigo conjunto deles e ele não está trabalhando em sua fazenda, *revisar o artigo* e (b) *escrever o esboço do próximo artigo de ambos*, se, e somente se, Bulygin o convoca para avisar que ele irá a Copacabana.
2. Bulygin tanto enviou a Alchourrón o segundo esboço do último artigo conjunto de ambos, quanto o convocou para avisá-lo que ele irá a Copacabana, e Alchourrón não está trabalhando em sua fazenda.

Assim,

3. Alchourrón está obrigado a fazer o seguinte: *revisar o segundo esboço do último artigo em conjunto* [com Bulygin] e *escrever o esboço do próximo artigo deles*.¹⁰³

A cadeia inferencial descrita acima oferece subsídios para o reconhecimento de uma importante diferença estrutural nas sentenças em linguagem natural, com consequências imediatas para representação formal de deveres no cálculo deôntico. Trata-se da distinção dos modos indicativo e infinitivo na linguagem deôntica e do que isto representa para o valor de sentido das sentenças respectivas:

As orações no indicativo são condições e não ações consideradas como obrigatórias. Condições são circunstâncias que determinam se Alchourrón tem certas obrigações específicas ou não. As condições não são, assim,

¹⁰³ A assimetria semântica que Castañeda pretende ressaltar corresponde à distinção gramatical entre sentenças no modo indicativo e no modo infinitivo, presentes no fragmento destacado. Traduzir o trecho da maneira mais direta, porém, diluiria a diferença, já que tanto os verbos no indicativo, característicos da parte *circunstancial* ou *proposicional* do argumento, quanto os verbos no infinitivo, correspondentes à parte *prática* ou *prescritiva* do raciocínio (no original, em inglês) seriam indistintamente vertidos para o modo infinitivo em língua portuguesa. A fim de preservar a característica do original optei por esta versão mais truncada (p.ex., “se Bulygin envia” no lugar de “se Bulygin enviar”). Evidente, portanto, que as considerações de Castañeda transparecem com mais fluidez na gramática da língua inglesa e apenas com algum grau de dificuldade podem ser representadas em língua portuguesa. Segue, para comparação, a versão original do exemplo:

“1. Alchourron is obliged (obligated) to do the following: Both (a) if Bulygin sends him the second draft of their latest joint paper and he is not working in his farm, revise it, and (b) write the outline of their next paper, if and only if Bulygin calls him up to report that he will be going to Copacabana.
2. Bulygin has both sent Alchourron the second draft of their latest joint paper and called him up to report that he will be going to Copacabana, and Alchourron is not working in his farm. Therefore,
3. Alchourron is obliged to do the following: both revise the second draft of their latest joint paper [with Bulygin] and write the outline of their next paper.” (Idem, Ibidem, p. 39)

propriamente obrigatórias; desse modo, ainda que descrevam ações a serem possivelmente tomadas por Bulygin, elas não submetem Bulygin a nenhum tipo de obrigação. Em resumo, a não ser que um poderoso argumento final seja encontrado, *nenhum cálculo deôntico suficientemente rico pode ignorar a dualidade infinitivo-indicativo no escopo dos prefixos deônticos*.¹⁰⁴ (Idem, Ibidem, p. 41, grifos do original, tradução minha)

Tais diferenças semânticas, situadas no nível da linguagem natural, devem ser cuidadosamente consideradas na concepção de um cálculo deôntico para a formalização da linguagem normativa. As sentenças de dever apresentadas indicam que o emprego de conceitos deônticos na linguagem natural obedece a certas regras estruturais segundo as quais apenas uma modalidade específica de frases é capaz de recair no escopo dos operadores. Não as frases consideradas como circunstâncias (i.e., como descrições proposicionais de contexto), mas apenas as expressões que evocam ações exigidas, cujas condições de ocorrência correspondem às descrições fáticas formuladas no modo verbal indicativo.

Pois bem, a distinção entre ações tomadas como circunstância (modo indicativo) e ações cujo cumprimento é exigido de Alchourrón (modo infinitivo) corresponde com exatidão aos já apresentados conceitos de *proposição* e *pratição*, respectivamente. O reconhecimento dessa distinção linguística revela-se crucial para a dissipação dos paradoxos deônticos já que, de acordo com Castañeda, a confusão entre tais componentes do raciocínio prático torna indiscerníveis os focos deônticos adequados para os operadores, e a incidência destes sobre classes proposicionais transforma em ações devidas aquelas que deveriam ser consideradas meramente como circunstâncias das ações propriamente exigidas.

A vantagem metodológica desta proposta, de acordo com o autor, consiste em eliminar “de um só golpe”¹⁰⁵ e de maneira uniforme, sem modificações técnicas introduzidas com o propósito de eliminar um ou outro dilema particular, *todos* os paradoxos então formulados. Consideremos, então, diretamente alguns dos casos enfrentados por Castañeda. Na exposição dos exemplos farei a tradução das

¹⁰⁴ “The indicative clauses are conditions and not actions that are considered as obligatory. The conditions are circumstances that determine whether Alchourron has certain specific obligations or not. The conditions are as such not properly obligatory; so much so that, even though they describe possible actions by Bulygin, they do not present Bulygin as being under any obligation. In short, unless a powerful overriding argument is to be found, *no deontic calculus of worthy richness can ignore the infinitive-indicative duality in the scope of deontic prefixes*.”

¹⁰⁵ *In one fell swoop*, como denota o subtítulo de seu artigo.

versões dos paradoxos sugeridas pelo próprio autor (exceção feita aos paradoxos de Forrester e Åqvist) e introduzirei formalizações próprias, adaptadas em grande medida, porém, de Barros (2014, p. 47-69).

O paradoxo do bom-samaritano

As inúmeras versões do paradoxo do bom-samaritano aparentemente têm origem nos resultados contraintuitivos gerados pela incorporação do princípio de consequência (PCD, $\vdash p \rightarrow q, \vdash Op \rightarrow Oq$) ao cálculo deôntico padrão. Mais do que isso, o que efetivamente está em jogo na emergência dos paradoxos do bom-samaritano, segundo Castañeda, é novamente a incapacidade dos sistemas-padrão de distinguirem ações proposicionalmente consideradas, e ações prescritivamente consideradas (pratições). A versão de Castañeda para o paradoxo é a que segue (onde o índice l/m indica a propriedade legal/moral da obrigação):

- (1) Arthur está legalmente (moralmente) obrigado a realizar a ação de *enfaixar o homem* a quem ele matará na próxima semana;

$O_{l/m}p$

- (2) A ação de *enfaixar o homem* a quem Arthur matará implica a ação de matá-lo dentro de uma semana.

$\vdash p \rightarrow q$

- (3) Arthur estar legamente (moralmente) obrigado a *enfaixar o homem* a quem ele matará dentro de uma semana implica Arthur estar legalmente (moralmente) obrigado a matar o homem dentro de uma semana

$\vdash O_{l/m}p \rightarrow O_{l/m}q$ (2), PCD

- (4) Arthur está legamente (moralmente) obrigado a matar um homem dentro de uma semana

$O_{l/m}q$ (1), MP

A dificuldade imposta por este paradoxo teria origem na versão tradicional do PCD, que faz refletir na linguagem deôntica, cujo componente característico é a prática, as relações de implicação existentes entre sentenças descritivas de fatos. Isso considerado, Castañeda propõe a seguinte modificação de PCD (PCD*),

denominando-a *Princípio da dispersão da obrigação ao longo de linhas praticionais*¹⁰⁶:

(PCD*) Se a prática *X* fazer *A* implica a prática *Y* fazer *B*, então é obrigatório_i que *X* faça *A* implica é obrigatório_i que *Y* faça *B*.¹⁰⁷

Aplicando PCD* à versão do paradoxo citada, é possível obter o seguinte resultado:

(1*) Arthur está legalmente (moralmente) obrigado a realizar a ação de *enfaixar o homem* a quem ele matará na próxima semana;

$O_{l/m}A$

(2*) A ação (prática) de *enfaixar o homem* a quem Arthur matará implica a ação (circunstância) de matá-lo dentro de uma semana.

$A \supset q$

~~(3*) Arthur estar legalmente (moralmente) obrigado a enfaixar o homem a quem ele matará dentro de uma semana implica Arthur estar legalmente (moralmente) obrigado a matar o homem dentro de uma semana~~

~~$\nvdash O_{l/m}p \rightarrow O_{l/m}q$~~

(3*) Arthur estar legalmente (moralmente) obrigado a *enfaixar o homem* a quem ele matará dentro de uma semana implica que Arthur matará o homem dentro de uma semana

$O_{l/m}A \supset q$ (2*), (PCD*)

(4*) Arthur matará o homem dentro de uma semana

q (1*), (MP)

A e *q* são ações, mas apenas a primeira é considerada praticionalmente, recaindo sob o foco deôntico. PCD*, então, gera apenas OA e *q* é mantida como ação circunstancial ao longo de toda a cadeia inferencial, não sendo deonticamente exigida.

¹⁰⁶ *Principle of dispersion of obligatoriness across practical lines* (Idem, Ibidem, p. 53)

¹⁰⁷ If practice *X* to do *A* entails practice *Y* to do *B*, then *It is obligatory_i that X do A* entails *It is obligatory_i that Y do B*. (Idem, Ibidem, p. 53)

O paradoxo do conhecedor

O paradoxo do conhecedor de Åqvist é incapaz de ser solucionado por alternativas de escopo, uma vez que uma mesma proposição reúne a ação equivalente ao dever principal e a ação vedada, como vimos por ocasião de sua apresentação no primeiro capítulo. Vejamos, em atenção a essa versão, como a distinção prática-proposição é capaz de solucionar o problema:

- (1) É proibido que Alfredo maltrate o prisioneiro/é obrigatório que Alfredo não maltrate o prisioneiro ($PH\alpha \leftrightarrow O\neg\alpha$);
 $PHp \ (O\neg p)$
- (2) É obrigatório que Haroldo saiba que Alfredo maltratou o prisioneiro;
 Oq
- (3) Haroldo sabe que Alfredo maltratou o prisioneiro implica que Alfredo maltratou o prisioneiro;
 $q \rightarrow p$
- (4) Se é obrigatório que Haroldo saiba que Alfredo maltratou o prisioneiro, então é obrigatório que Alfredo maltrate o prisioneiro;
 $Oq \rightarrow Op$ (3), PCD
- (5) É obrigatório que Alfredo maltrate o prisioneiro
 Op (2), (4), MP
- (6) É obrigatório que Alfredo não maltrate o prisioneiro e é obrigatório que Alfredo maltrate o prisioneiro
 $O\neg p \wedge Op$ (1), (5)

A solução de escopo transformaria (2) na conjunção da proposição segundo a qual Alfredo maltratou o prisioneiro (p) e na obrigação de que Haroldo deve conhecer esta circunstância (Oq), mantendo a obrigação apenas sobre o segundo item da conjunção: $p \wedge Oq$ (2'). q , porém, permanece exibindo o mesmo significado, o de que Haroldo deve saber que p . Como q reaparece na condição de antecedente de uma implicação em (3), a distinção de escopo em (2') não faz nenhuma diferença para a aplicação de PCD sobre (3) e, assim, o paradoxo permanece.

Reinterpretemos, porém, a cadeia argumentativa de acordo com distinção proposição-pratição, e vejamos o resultado:

- (1*) É proibido que Alfredo maltrate o prisioneiro/é obrigatório que Alfredo não maltrate o prisioneiro ($PHA \leftrightarrow O\neg A$);
 $PHA (O\neg A)$

Castañeda acolhe a proposta de reinterpretação sugerida pela solução de escopo, mas o faz distinguindo claramente a pratição da proposição.

- (2*) É obrigatório que Haroldo saiba que Alfredo maltratou o prisioneiro;
 $OB \wedge p$

A releitura proposta por Castañeda separa o dever de saber o que se faz de proibido da circunstância de fazer o que é proibido. A diferença circunstância-dever resta clara, inclusive, ao compararmos a pratição “Alfredo maltratar o prisioneiro” em (1), objeto do modal deôntico de proibição, da proposição pela qual “Alfredo maltratou o prisioneiro” em (2*), não sujeita à modalização por operadores.

- (3*) Haroldo sabe que Alfredo maltratou o prisioneiro implica que Alfredo maltratou o prisioneiro;
 $B \wedge p \supset p$
- (4*) Alfredo maltratou o prisioneiro
 p

A consideração de pratições e proposições e a restrição imposta ao princípio de consequência (que se refere apenas a pratições) autoriza apenas uma única conclusão. A de que Alfredo efetivamente maltratou o prisioneiro e, por certo, não a de que seja obrigatório a Alfredo maltratar o prisioneiro. A cadeia argumentativa, portanto, se encerra aqui.

O paradoxo do assassinato gentil

Vimos que, para Castañeda, esse é o paradoxo mais desafiador da lógica deôntica. Meramente o estabelecimento da distinção entre proposições e práticas não é o bastante para fazer frente a este *puzzle*, o que enseja propositura de uma extensão de seu sistema original.

Observamos que uma das premissas do paradoxo é a seguinte:

É obrigatório que, se Smith mata Jones, que Smith o mate gentilmente.

$O(p \rightarrow A)$

Mesmo que formalizássemos a sentença com recurso à distinção entre práticas e proposições, o consequente da implicação submetida ao operador deôntico, que corresponde à prática segundo a qual deve Smith matar gentilmente, permaneceria sob o escopo do modal de obrigação. Como a primeira premissa do argumento institui a obrigatoriedade de que Smith não mate Jones, a proposta de Castañeda parece incapaz de afastar a emergência do paradoxo.

A solução depende uma nova distinção conceitual: no caso de ações adverbiais, isto é, ações qualificadas por um advérbio que determina o modo de sua execução, a ação principal é considerada como circunstância, não sendo *foco* do operador, e apenas o fragmento adverbial que qualifica a ação principal (aspecto da ação) é capaz de se submeter ao modal deôntico. Voltemos ao paradoxo e analisemos a eficácia da solução sugerida.

(1) É obrigatório que Smith não mate Jones;

$O\neg A$

(2*) É obrigatório que, se Smith mata Jones, que Smith o mate gentilmente;

$O(p \supset p \wedge B)$

A formalização dessa expressão, seguindo a nova distinção que Castañeda estabelece entre ação principal circunstancial e aspecto da ação, atribui o caráter prático apenas ao advérbio que indica o modo como a ação deve ser levada a cabo. Assim, apenas o aspecto gentil da ação de matar é tornado obrigatório, e não a própria ação de matar Jones.

- (3) $O(p \supset q) \supset p \supset Oq$ (RDD*)
- (4*) Se Smith mata Jones, é obrigatório que Smith o mate gentilmente;
 $p \supset O(p \wedge B)$ (2), (3/RDD*)
- (5) Smith mata Jones;
 p
- (6*) É obrigatório que Smith mate Jones gentilmente;
 $O(p \wedge B)$ (4), (5), MP
- (7*) Se Smith mata Jones gentilmente, então Smith mata Jones;
 $p \wedge B \rightarrow p$
- (8) $\vdash p \supset q / \vdash Op \supset Oq$ (PCD*)

Sabemos que o princípio de consequência retificado por Castañeda torna os operadores deônticos incidentes apenas sobre práticas. A separação da ação circunstancial e de seu aspecto, que é o foco deôntico, atribui o caráter prático somente a esse último. A aplicação de PCD* a (7) gera unicamente esta obrigação:

- (9*) É obrigatório ser gentil ao matar Jones;
 OB (7), PCD*

Uma vez mais é possível perceber que a morte de Jones é aqui tomada como mera circunstância, e que a obrigação se volta unicamente ao modo de realização da ação circunstancial.

O paradoxo de Chisholm

Nesse ponto, Castañeda discute o famoso paradoxo de obrigações contrárias ao dever, cuja formulação original é atribuída a Roderick Chisholm. Mais uma vez, Castañeda pretende demonstrar que a razão da emergência do paradoxo consiste em não estabelecer a correta distinção entre proposições e práticas e especificar que apenas estas últimas unidades linguísticas constituem escopos adequados para operadores deônticos. Vejamos a formulação de Castañeda para o paradoxo (aqui a apresentação simbólica não distingue práticas e proposições e

não há a especificação da natureza especial da implicação práticoal. Ademais, o índice *a* distingue a natureza *acadêmica* da obrigação):

(1) O professor Goldsmith deve_a participar da formatura de junho;

$O_a p$

(2) Goldsmith deve_a fazer o seguinte: usar as insígnias acadêmicas se ele participar da formatura; e

$O_a(p \rightarrow q)$

(3) (Uma vez que a única cerimônia acadêmica em junho é a formatura) se Goldsmith não participar dela, não é o caso que ele deva_a usar as insígnias acadêmicas em junho;

$\neg p \rightarrow \neg O_a q$

(4) Se Goldsmith deve_a participar da formatura de junho, ele deve_a usar as insígnias acadêmicas em junho;

$O_a p \rightarrow O_a q$ (2) e RDD

(5) Goldsmith deve_a usar as insígnias acadêmicas em junho;

$O_a q$ (1), (4) e MP

(6) Goldsmith não participa da formatura de junho;

$\neg p$

(7) Não é o caso que Goldsmith deva_a usar as insígnias acadêmicas em junho.

$\neg O_a q$

À primeira vista o conjunto de inferências parece ter sido adequadamente construído, o que confere legitimidade ao paradoxo, isto é, à emergência conjunta de Oq (5) e $\neg Oq$ (7). De fato, no SDL o paradoxo efetivamente decorre da estrutura axiomática do cálculo, especialmente do princípio de distribuição deôntico (RDD, que é a origem tanto deste quanto de inúmeros outros paradoxos). O princípio distributivo sugerido por Castañeda, porém, dissipa o resultado inconsistente. Dado que os prefixos deônticos se aplicam exclusivamente a práticas (4) não pode ser derivado de (2). Introduzindo RDD* e a distinção entre proposições e práticas (estas em itálico), a estrutura inferencial resultante é a seguinte:

(1*) O professor Goldsmith deve_a *participar da formatura de junho*;

$O_a A$

(2*) Goldsmith deve_a fazer o seguinte: *usar as insígnias acadêmicas* se ele participar da formatura; e

$$O_a(p \supset B)$$

(3*) (Uma vez que a única cerimônia acadêmica em junho é a formatura) se Goldsmith não participar dela, não é o caso que ele deva_a *usar as insígnias acadêmicas em junho*;

$$\neg p \supset \neg O_a B$$

(4*) Se Goldsmith participar da formatura de junho, ele deve_a *usar as insígnias acadêmicas em junho*;

$$p \supset O_a B$$

Introduzindo a modificação de Castañeda à regra de distribuição deôntica (RDD*) não é mais possível distribuir livremente o operador sobre o antecedente e o conseqüente da implicação material. Apenas práticas revelam-se adequadas como escopos próprios dos modais deônticos. Assim, o antecedente p de (2), sendo uma proposição (Goldsmith participa da formatura em junho), não é mais capaz de ser modalizado pelo operador de dever O_a , de modo que (2) e RDD deixam de gerar o dever de Goldsmith participar da formatura. A condição para o uso das insígnias acadêmicas passa a ser não o dever de participação de Goldsmith na formatura, mas sua efetiva participação ou não. (5), então, não pode mais ser derivado de (1) e (4) por *modus ponens*.

(5) ~~Goldsmith deve_r usar as insígnias acadêmicas em junho;~~

$$\nVdash O_r q$$

(5*) Goldsmith não participa da formatura de junho;

$$\neg p$$

(6*) Não é o caso que Goldsmith deva_r usar as insígnias acadêmicas em junho.

$$\neg O_r q \quad (3^*), (6^*) \text{ e MP}$$

O paradoxo de Ross

Mencionei, por ocasião da exposição do paradoxo de Ross, que Castañeda não dedica grande atenção a este dilema, atribuindo-o a um mau uso da linguagem. Em termos gerais, o autor sustenta que normas disjuntivas não representam,

necessariamente, cursos de ação genuínos conferidos ao destinatário da norma. Isso porque um dos itens da disjunção pode, por razões que extrapolam a mera possibilidade lógica de realização da ação contida no disjuntivo, não constituir um curso de ação admissível (dentre as quais Castañeda sugere impossibilidade física, contradição, proibição por outra norma, etc.), apesar de estar incluído na norma.

No caso específico do paradoxo de Ross, a norma primária determina que a carta deve ser enviada. Isso, por si só restringe, o curso de ação estipulado pela conjunção implicada a uma única possibilidade: a de enviar a carta e não a de queimá-la. (Idem, Ibidem, p. 64-65).

4.4 PROPOSIÇÕES DEÔNTICAS DESCRITIVAS OU NORMATIVAS?

Observamos com certo grau de detalhe os elementos lógicos mais destacados do sistema deôntico de Castañeda. Verificamos como sua metodologia de investigação impõe grande proximidade entre os conceitos práticos formulados e os dados característicos da linguagem de conduta ordinária. Notamos como também a linguagem prática possui núcleos significativos semelhantes às proposições, chamadas por Castañeda de *pratições*, e como a rigorosa separação destas de seus correlatos proposicionais é capaz de oferecer uma possível solução a alguns dos mais destacados paradoxos da lógica deôntica (ainda que o paradoxo de Forrester insira dúvidas na pretensão de uniformidade propugnada). Também são as *pratições*, na condição de conteúdos abstratos das proposições normativas, que asseguram a verifuncionalidade do discurso propriamente normativo.

Essa surpreendente tese, relacionada à franca e direta consideração por Castañeda de normas como proposições, sem recurso ou menção à clássica distinção efetuada em lógica deôntica entre normas em sentido estrito e proposições normativas, parece ser de difícil assimilação. Assim, aparentemente há um modo simples de refutar esse ponto de sua teoria, consistente em afirmar que Castañeda confunde as acepções descritiva e prescritiva de normas, reduzindo-as somente à primeira categoria.

Creio, porém, que o argumento não resiste a uma consideração acurada da proposta. A função dos juízos deônticos em seu sistema teórico escapa, em muito, à mera descrição da existência de normas no interior de ordenamentos considerados, como é típico da definição de proposições normativas que toma como relevante a declaração *existencial* (no ordenamento *D* existe a norma *N*, dotada do conteúdo *C*) atribuída às sentenças que as veiculam. Proposições deônticas cumprem, ao lado de imperativos e prescrições propriamente ditas, importante papel na orientação de condutas. Proposições deônticas também operam como estruturas de verificação da correção ou incorreção de ações em um ordenamento considerado. Trata-se de sua função qualificadora de ações em relação ao *standard* estabelecido por um corpo sistemático de normas, capaz de ser identificada sobretudo nos operadores ou prefixos deônticos (que incluem, mas não se limitam à obrigação, proibição e permissão), associados aos predicados conteudísticos de normas e aos índices que indicam a qual sistema normativo pertence a norma considerada. Como tal, cumprem a tarefa prática de servirem como parâmetro de valoração de condutas concretas para as autoridades decisórias de um sistema institucional qualquer.

Mantida a chave interpretativa relativa à polissemia da linguagem normativa, isso parece significar que Castañeda reúne e torna indissociáveis os sentidos prescritivo e descritivo do discurso deôntico. Essa decisão não se dá, porém, em razão de uma irrefletida ou deliberada confusão das duas faces da ambiguidade, de que von Wright é tão consciente, mas da consideração de que o pensamento prático somente se revela em sua inteireza quando reunido à função proposicional do pensamento, o que parece ocorrer de modo exemplar no caso das proposições deônticas, como verificamos quando de sua defesa da unidade do pensamento sob a égide da razão prática. As funções estritamente descritivas ou prescritivas da linguagem deôntica, de todo modo, são cumpridas por outros componentes do pensamento prático, a saber, as proposições puras e sentenças declarativas de um lado, e os imperativos, mandatos, comandos, ordens, pedidos, súplicas e intenções, de outro.

5 CONCLUSÃO

Esta investigação pretendeu lançar luzes sobre um campo da lógica deôntica à qual foi dedicada razoavelmente pouca atenção teórica – a lógica deôntica da ação e dos sistemas lógicos que atribuíram papel central ao conceito de ação na constituição de modelos formais para normas e sistemas normativos. Trata-se, assim, do resgate de uma proposta timidamente sinalizada em 1951, por von Wright, mas ignorada pela maioria dos lógicos deônticos que o sucederam e que conduziram o desenvolvimento técnico e filosófico da lógica normativa sobre as estruturas conceituais do dever-ser.

Apontei, com respeito ao sistema-padrão de lógica deôntica, as dificuldades técnicas que emergiram no rastro da propositura do conceito lógico de norma como relacionado a operadores normativos incidentes sobre proposições, a saber, a restrição ao axioma-T, os paradoxos deônticos e, aqui e ali, os momentos em que o dilema de Jørgensen constrangia a lógica deôntica com a sombra do problema semântico.

Na apresentação dos sistemas de Georg Henrik von Wright dei destaque às estruturas agenciais que, desde o começo, estiveram presentes em seu projeto formal para normas. Procurei demonstrar como modelos de ação estiveram na base de todos os seus principais sistemas de lógica deôntica, e como a maior ou menor proximidade mantida junto às lógicas modais aléticas significou proporcionalmente o caráter mais ou menos fundamental do conceito de ação na descrição formal de entidades prescritivas. Procurei, ademais, compreender as razões da mudança de rota ocorrida, sem descurar da derradeira proposta wrightiana, que buscou dar cabo dos paradoxos e das dificuldades semânticas da lógica deôntica por meio de uma ressignificação filosófica do papel cumprido por modelos formais em relação a normas e ordenamentos de normas concretos.

A lógica deôntico-agencial de Hector-Néri Castañeda surge no trabalho na condição de uma das mais completas e radicais propostas de estruturação de sistemas formais normativos em termos de agentes e ações. A unidade básica de

seu modelo, por sinal, não é mais a proposição (ainda que a função descritiva e teórica da linguagem – pensamento teórico – tenha grande relevância no estabelecimento da forma prática do pensamento), mas estes mesmos agentes e ações reunidos por meio de cópulas prescritivas, que constituem seu peculiar conceito de prática. A estas, e somente a estas, se aplicam os operadores deônticos, e essa aparentemente sutil modificação teria sido capaz, segundo Castañeda, de eliminar de um só golpe todos os paradoxos deônticos. O paradoxo de Forrester sugere que as coisas não são tão simples, e por isso apresentei a solução ulterior de Castañeda, cuja eficácia real cabe ao leitor avaliar.

Cumprе ressaltar que o âmbito específico da Lógica Deôntica da Ação que foi aqui tomado como relevante se pode classificar como *clássico*. A literatura principal, constituída pelos textos de von Wright e Castañeda analisados, abrange o período compreendido entre o renascimento da lógica deôntica em 1951, pelo esforço do lógico finlandês, até trabalhos produzidos por ambos os autores em meados da década de 80. Ainda que não as ignore, as propostas contemporâneas em Lógica da Ação, refletidas em pesquisas realizadas sobretudo a partir da década de 90 por John Horty, Nuel Belnap, Michael Perloff, Ming Xu, dentre outros, em razão da diversidade de preocupações que as ocupam (os paradoxos deônticos clássicos, por exemplo, praticamente não recebem atenção dos lógicos deônticos e da ação atuais), não fizeram parte do âmbito deste trabalho. O estabelecimento desta ponte entre o período clássico e as investigações contemporâneas, bem assim a sistematização das preocupações teóricas atuais da lógica deôntica permanecem como possibilidades a serem exploradas em futuras investigações.

De todo modo, creio que o trabalho, ao ater-se ao período clássico da lógica deôntica, e ao delinear os contornos de uma tradição negligenciada, lança as bases para que, das teses clássicas, se possa avançar sobre as pesquisas contemporâneas.

Por fim, a objeção que inaugura este trabalho, formulada por Joseph Raz em relação às pretensões da lógica deôntica junto à teoria normativa, permanece não respondida, ou sequer tangenciada. Se, por um lado, as conexões conceituais entre ação, normas e sistemas normativos me parecem por demais óbvias para serem

ignoradas pela teoria do direito contemporânea, não fui capaz, por outro, de oferecer respostas à objeção raziana, em razão de limitações que impedem, neste momento, o estabelecimento dos pontos de ligação conceitual necessários à introdução de elementos derivados da lógica formal e de seu substrato filosófico (que, espero, o trabalho tenha sido capaz de sugerir) ao âmbito próprio da teoria normativa e, mais especificamente, da teoria do direito. Isso está, portanto, a exigir investigações que também partiriam das bases conceituais indicadas por este trabalho. A principal delas, creio, corresponderia à introdução do conceito de *dever-fazer* diretamente na análise de problemas em teoria do direito, principalmente em relação àqueles vinculados à dicotomia ser-dever. Essa é, no entanto, apenas outra sugestão de eventuais investigações futuras.

Creio, porém, que a pretensão básica do trabalho, consistente em apontar a perspectiva agencial como suficientemente rica técnica e filosoficamente para que ao menos seja seriamente considerada como alternativa à formalização de sistemas normativos e ao enfrentamento dos problemas mais destacados da lógica deôntica, inclusive dos problemas de natureza semântica, restou cumprida. Se ações e agentes parecem pertencer diretamente à constituição de normas, é sinal de que os problemas lógicos da normatividade e suas possíveis soluções estão também estreitamente relacionados à clarificação formal e filosófica do papel que agentes e ações ocupam na orientação de condutas humanas.

REFERÊNCIAS

- ALCHOURRÓN, Carlos; MARTINO, Antonio. Logic Without Truth. **Ratio Juris**, v. 3, n. 1, p. 46-67, mar. 1990.
- ANDERSON, Alan Ross. A Reduction of Deontic Logic to Alethic Modal Logic. **Mind**, Oxford, v. 67, n. 265, p. 100-103, jan. 1958.
- ÅQVIST, Lennart. Good Samaritans, Contrary-to-Duty Imperatives, and Epistemic Obligations. **Noûs**, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 361-379, dez. 1967.
- AUSÍN, Txetxu. **Entre la Lógica y el Derecho**: Paradojas y conflictos normativos. México: Plaza y Valdés, 2005
- BARROS, Toni Cézar Pinto Ferreira. **Lógica deôntica**: os paradoxos deônticos e práticas em Castañeda. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- BULYGIN, Eugenio. Norms, Normative Propositions and Legal Statements. In: BERNAL, Carlos et al. **Essays in Legal Philosophy**: Eugenio Bulygin. Oxford: Oxford University Press, p. 188-206, 2015.
- CASTAÑEDA, Héctor-Neri. Obligations, Aspectual Actions, and Circumstances. **Philosophical Papers**, 15: 2-3, p.155-170, 1986.
- _____. On the semantics of the ought-to-do. **Synthese**. Dordrecht, v. 21, nº3-4, p.449-468, 1970.
- _____. The Paradoxes of Deontic Logic: the simplest solution to all of them in one fell swoop. In: HILPINEN, Risto (Ed.). **New Studies in Deontic Logic**: Norms, Actions and the Foundations of Ethics. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, p. 37-85, 1981.
- _____. **The Structure of Morality**. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1974.
- _____. **Thinking and Doing**. Dordrecht/Boston: D. Reidel Publishing Company, 1975.
- CHELLAS, Brian. **Modal Logic**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. **The Logical Form of Imperatives**. Tese de Doutorado, Departamento de Filosofia, Universidade Stanford, 1969.
- CHISHOLM, Roderick. Contrary-to-Duty Imperatives and Deontic Logic. **Analysis**, Oxford, v. 24, n. 2, p. 33-36, dez. 1963.

CORCORAN, John. Hare and Others on the Proposition. **Principia: an international journal of epistemology**, v. 15, n. 1, p. 51-76, 2011.

FORRESTER, James William. Gentle Murder, or the Adverbial Samaritan. **The Journal of Philosophy**, v. 81, n. 4, p. 193-197, 1984.

GEACH, Peter. Whatever happened to deontic logic?. **Philosophia**, v. 11, n. 1, p. 1-12, 1982.

GOMES, Nelson Gonçalves. Um panorama da lógica deôntica. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 49, n. 117, p. 9-38, jun. 2008

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HANSSON, Bengt. An Analysis of Some Deontic Logics. In: HILPINEN, Risto (Ed.). **Deontic Logic: Introductory and Systematic Readings**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, p. 121-147, (1969[1971]).

HILPINEN, Risto; MCNAMARA, Paul. Deontic Logic: A Historical Survey and Introduction. In: GABBAY, Dov et al (Ed.). **Handbook of Deontic Logic and Normative Systems**. Milton Keynes: College Publications, 2013. p. 3-136, 2013.

HINTIKKA, Jaakko. Quantifiers in deontic logic. **Societas Scientiarum Fennica, Commentationes Humanarum Litterarum**, Helsinki, v. 23, n. 4, p.1-23, 1957.

_____. Some Main Problems of Deontic Logic. In: HILPINEN, Risto (Ed.). **Deontic Logic: Introductory and Systematic Readings**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, p. 59-104, 1971.

HORTY, John. **Agency and Deontic Logic**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

JØRGENSEN, Jørgen. Imperatives and logic. **Erkenntnis**, v. 7, n. 1, p. 288-296, 1937.

KANGER, Stig. New Foundations for Ethical Theory. In: HILPINEN, Risto (Ed.). **Deontic Logic: Introductory and Systematic Readings**. Dordrecht: Reidel Publishing Company, p. 36-58, (1957 [1971]).

KALINOWSKI, Georges. **Lógica de normas y lógica deôntica**. México: Fontamara, 1996.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral das Normas**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1986.

KRIPKE, Saul. A Completeness Theorem in Modal Logic. **Journal of Symbolic Logic**, Cambridge, v. 24, n. 1, p.1-14, mar. 1959.

_____. Semantical analysis of modal logic I Normal modal propositional calculi. **Mathematical Logic Quarterly**, v. 9, n. 5-6, p. 67-96, 1963.

LAGIER, Daniel González. **Acción y Norma en G. H. von Wright**. Tese (Doutorado) – Curso de Direito, Universidad de Alicante, Alicante, 1994. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/14031>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

MAKINSON, David. On a Fundamental Problem of Deontic Logic. In: MCNAMARA, Paul; PRAKKEN, Henry (Ed.). **Norms, Logics and Information Systems**: New Studies in Deontic Logic and Computer Science. Amsterdã: IOS Press, p. 29-53, 1999.

MARANHÃO, Juliano. A terapia de von Wright para a síndrome de Jørgensen. In: MARANHÃO, Juliano. **Estudos sobre Lógica e Direito**. São Paulo: Marcial Pons, p. 29-62, 2013.

MARTINHO, Fernando. In: BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves (Ed.). **Enciclopédia de Termos Lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, p. 573, 2006.

McNAMARA, Paul. Deontic Logic. In: GABBAY, Dov; WOODS, John (Ed.). **Handbook of the History of Logic**: Logic and the Modalities in the Twentieth Century. Amsterdã: Elsevier, p. 197-288, 2006.

MONTAGUE, Richard. Logical necessity, physical necessity, ethics, and quantifiers. **Inquiry**, v. 3, n. 1-4, p. 259-269, 1960.

NAVARRO, Pablo; RODRÍGUEZ, Jorge. **Deontic Logic and Legal Systems**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

NOWELL-SMITH, Patrick Horace; LEMMON, Edward John. Escapism: The logical Basis of Ethics, **Mind**, n. 69, p. 289-300, 1960.

PRIOR, Arthur Norman. Escapism: the logical basis of ethics. In: MELDEN, Abraham Irving (Org.). **Essays in moral philosophy**. Seattle e Londres: University of Washington Press, p. 135-146, 1958.

_____. **Formal logic**. Oxford: Oxford University Press, 1955.

RAZ, Joseph. **Practical Reason and Norms**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

RAPAPORT, William. CASTAÑEDA, Hector-Neri (1924-1991). In: **Dictionary of Modern American Philosophers**, Briston: Thoemmes Press, 2005. Disponível em: <<http://www.cse.buffalo.edu/~rapaport/Papers/hncdict.tr.pdf>>. Acesso em 1 de fevereiro de 2016.

RODRÍGUEZ, Jorge Luis. Lógica deóntica, mundos ideales y mundos perfectos. **Doxa**, Alicante, v. 36, p. 461-477, 2013.

SEGERBERG, Krister. Getting Started: Beginnings in the Logic of Action. **Studia Logica**: An International Journal for Symbolic Logic, Varsóvia, v. 51, n. 3/4, p. 347-378, 1992.

SERBENA, César. **Lógica e direito**: elementos para uma reconstrução formal do raciocínio jurídico. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2002.

VON WRIGHT, Georg Henrik. **An Essay in Deontic Logic and the General Theory of Action**. Amsterdã: North-holland Publishing Company, 1968. (Acta Philosophica Fennica).

_____. Deontic Logic. **Mind**. New Series, v. 60, n. 237, p. 1-15, jan., 1951.

_____. Deontic Logic: a Personal View. **Ratio Juris**, Oxford, v. 12, n. 1, mar., p. 26-38, 1999.

_____. **Norm and Action**: a logical enquiry. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963.

_____. On the Logic of Norms and Actions. In: VON WRIGHT, Georg Henrik. **Practical Reason**: Philosophical Papers Volume I. Oxford: Basil Blackwell, p. 100-130, 1983a.

_____. **Practical Reason**: Philosophical Papers Volume I. Oxford: Basil Blackwell, 1983b.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

WOLEŃSKI, Jan. Deontic logic and possible worlds semantics: A historical sketch. **Studia logica**, v. 49, n. 2, p. 273-282, 1990.